TRABALHADORES, MIGRAÇÕES E NATUREZA NO BRASIL EQUATORIAL

Adalberto Paz Alexandre Cardoso Lara de Castro (Organizadores)

TRABALHADORES, MIGRAÇÕES E NATUREZA NO BRASIL EQUATORIAL



Macapá 2018

Copyright © 2018, Autores

Reitora: Prof. Dr. Eliane Superti

Vice-Reitora: Prof.^a Dr.^a Adelma das Neves Nunes Barros Mendes Pró-Reitora de Administração: Wilma Gomes Silva Monteiro Pró-Reitor de Planejamento: Jefferson da Silva Martins Pró-Reitor de Gestão de Pessoas: Aretha Barros Silva

Pró-Reitora de Ensino de Graduação: Prof. a Dr. a Daize Fernanda Wagner Silva Pró-Reitora de Pesquisa e Pós-Graduação: Prof. a Dr. a Helena Cristina Guimarães Queiroz Simões Pró-Reitor de Extensão e Ações Comunitárias: Prof. MSc. Adolfo Francesco de Oliveira Colares Pró-Reitor de Cooperação e Relações Interinstitucionais: Prof. Dr. Paulo Gustavo P. Correa

Diretor da Editora da Universidade Federal do Amapá Tiago Luedy Silva

Editor-Chefe da Editora da Universidade Federal do Amapá Fernando Castro Amoras

Conselho Editorial

Artemis Socorro do N. Rodrigues César Augusto Mathias de Alencar Cláudia Maria do Socorro C. F. Chelala

Daize Fernanda Wagner Silva Elinaldo da Conceição dos Santos Elizabeth Machado Barbosa

> Elza Caroline Alves Muller José Walter Cárdenas Sotil Luis Henrique Rambo

Marcus André de Souza Cardoso da Silva Maria de Fátima Garcia dos Santos

Patrícia Helena Turola Takamatsu

Patrícia Rocha Chaves

Robson Antonio Tavares Costa Rosilene de Oliveira Furtado Simone de Almeida Delphim Leal

Simone Dias Ferreira Tiago Luedy Silva

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

T758t

Trabalhadores, Migrações e Natureza no Brasil Equatorial / Adalberto Júnior Ferreira Paz; Antonio Alexandre Isidio Cardoso & Lara Vanessa de Castro Ferreira (Orgs) – Macapá: UNIFAP, 2018. 140 p.

ISBN: 978-85-5476-016-8

1. Trabalhadores, 2. Migrações, 3. Brasil Equatorial. I. Lara de Castro. II. Adalberto Paz. III. Alexandre Cardoso. IV. Fundação Universidade Federal do Amapá. V. Título.

CDD: 900

Editoração Eletrônica: Editora da Universidade Federal do Amapá





Editora da Universidade Federal do Amapá Site: www2.unifap.br/editora | E-mail: editora@unifap.br Endereço: Rodovia Juscelino Kubitschek, Km 2, Campus Marco Zero do Equador Macapá-AP, CEP: 68.903-419

Sumário

1.	Apresentação
2.	Muitos sujeitos, outros governos, nenhuma pátria: fugitivos, autoridades e disputas territoriais na Amazônia entre os séculos XIX e XX
3.	Caboclos Titânicos no Inferno Verde: trabalhadores migrantes cearenses entre a história, a memória e a literatura
4.	Cassacos, Retirantes, Migrantes, Trabalhadores: memória e representações em torno dos trabalhadores das obras públicas dos tempos de secas
5.	De Arigó a Soldado da Borracha e o fazer-se seringueiro na Amazônia
6.	Trabalhadores do Açaí: história, memória e ambiente 89 Fabrício Ribeiro
7.	Trabalhadores extrativistas e o uso comum dos recursos naturais no sul do Amapá (1950-1990)
8.	Luta pela posse da terra na Amazônia Tocantina: Trabalhadores Rurais em ação e suas parcerias com a igreja Católica Progressista (1979-1991)

Apresentação

O presente livro incorpora alguns dos textos apresentados no Simpósio Temático *Mundos do Trabalho* organizado durante o I Encontro Estadual da Associação Nacional de História – Secção Amapá, ocorrido no final de 2014, acrescidos de outros estudos, resultados de pesquisas igualmente desenvolvidas por pesquisadores que se organizam em torno da temática do trabalho e suas intercessões com os debates sobre família, conflitos agrários, política, ambiente, dentre outros tópicos.

Todos esses estudos têm sido partícipes das mudanças que vem ocorrendo nos últimos anos, valorizando as experiências protagonizadas pelos mais diversos sujeitos em diferentes universos de trabalho. A ampliação temática, geográfica, epistemológica e cronológica, juntamente com o rompimento de antigas dicotomias (trabalhador livre / escravo; rural / urbano; formal / informal), discussão largamente debatida em recentes produções, têm se destacado nas jornadas, seminários e nos últimos STs organizados pelo *GT Mundos do Trabalho* nacionalmente.

Dentre as várias questões abordadas. serão adensadas importantes problemáticas sobre o complexo inter-relacionamento entre trabalhadores, migrações e natureza, tônica principal do dossiê reunido nesta obra. Os capítulos ora apresentados permitem apreciar o papel decisivo da natureza no universo de trabalho amazônico, assim também, da importante relação estabelecida entre a dinâmica das migrações e outras formas de deslocamentos e modos de trabalho. Os produziram seus pesquisadores textos com atenção especial à historicidade do componente espacial. Poder-se-á observar trabalhadores. autoridades públicas e particulares tendo como território de disputa o domínio e o ordenamento de áreas de comércio, de recursos naturais, usos da terra e povoamento, utilização reprodução da força de trabalho nas cidade, rios e florestas.

Nesse sentindo, no primeiro capítulo desse livro, Adalberto Paz busca entender diferentes experiências protagonizadas por negros, indígenas, migrantes, autoridades públicas e particulares numa área de litígio entre Brasil e França, situada no extremo norte brasileiro, na segunda metade do século XIX. Um território cujo peculiar processo de ocupação, intensas e específicas formas de circulação e trabalho e contexto de disputas políticas transnacionais impactaram os modos de vida de uma população pobre e marginalizada, durante a transição política do império para a república brasileira.

Cada vez mais, ao longo do século XIX, adentrando o XX, o que se buscava era restringir a ampla circulação de pessoas e mercadorias pela imensidão amazônica, além de combater associações entre fugitivos e os regatões, estes profundos e experientes conhecedores dos rios, furos e igarapés. Tratava-se também, claro, de continuar a exercer algum controle sobre a heterogeneidade de indivíduos presentes na região, especialmente após a abolição.

Entre esses indivíduos estavam os cearenses. Situando-os nos embates entre a memória e a história, Antônio Alexandre Cardoso nos conduz, através de uma leitura crítica e bastante sugestiva, por autores que estabeleceram uma longa tradição literária e historiográfica sobre os constantes trânsitos entre o Ceará e a Amazônia, construindo estereótipos e lugares comuns que consolidaram o binômio secamigração, ligando as mazelas das estiagens à "oportunidade" do desbravamento do vale amazônico.

Desde as últimas décadas do século XIX propagou-se, de modo mais incisivo, determinadas representações que tomavam os trabalhadores sertanejos como potenciais retirantes, sinônimos das aves de arribação, que em época de estiagem buscavam abrigo em outras paisagens. Assim, nesse mesmo sentido, Lara de Castro analisa as diversas nomenclaturas atribuídas ao migrante nacional da região conhecida atualmente por Nordeste. A autora problematiza algumas dessas facetas, em especial as representações construídas em torno dos trabalhadores que migravam para as obras públicas em tempos de secas, através de uma discussão centrada na literatura, memória e

Referências especializada.

A partir dos anos 1940, a Amazônia passa a ser objeto de iniciativas governamentais que visavam acelerar o seu processo de ocupação e aproveitamento econômico, tendo como um dos princípios norteadores desse pensamento político, a transformação dos hábitos e costumes da população local e um vigoroso projeto de povoamento dos chamados "espaços vazios" utilizando majoritariamente braços de migrantes nordestinos.

No quarto capítulo, Frederico de Oliveira analisa as experiências dos chamados Soldados da Borracha, arregimentados durante a II Guerra Mundial para o serviço nos seringais amazônicos. O pesquisador aponta como eixo de discussão a transformação dos migrantes nordestinos — alcunhados de arigós — em Soldados da Borracha, analisando ainda o aparecimento de uma consciência ambiental rumo às lutas em nome da preservação da floresta.

Na Amazônia, o hábito de extrair da floresta e rios o necessário para sobreviver faz da natureza um elemento importante para o entendimento do modo de vida dos amazônidas. Fabrício Ribeiro, autor do quinto capítulo, analisa tais referências tendo em conta as experiências dos trabalhadores extrativistas do açaí e suas formas de sustento, avaliando as complexas relações laborais estabelecidas na extração da fruta sob os moldes do trabalho familiar, especialmente atentando às mudanças vivenciadas a partir da introdução da indústria de exportação. Segundo Ribeiro, as referidas transformações vêm alterando não somente os circuitos produtivos, mas também a relação desses trabalhadores com a própria natureza.

No capítulo seguinte, Rafaele Flexa introduz uma discussão sobre os trabalhadores extrativistas do sul do Amapá e o uso dos recursos naturais entre as décadas de 1950 até 1990, problematizando a relação dos trabalhadores com a natureza dentro de um cotidiano em progressiva transformação. A autora discute o usufruto comum de recursos da floresta, as formas de uso, e o estabelecimento de regras e normas. Em acréscimo, Flexa contextualiza os grandes projetos agromineralógicos da segunda metade do século XX na Amazônia,

sugerindo que a população não assistia as violentas mudanças de forma pasmada, articulando-se em lutas pela garantia do acesso à terra e demais recursos. Em tal conjuntura, as políticas de colonização dos supostos "espaços vazios" tornavam-se base para uma economia de exportação assentada em processos de concentração fundiária, que corroboravam na escalada ascendente da desigualdade social que afligia e ainda aflige muitos amazônidas.

Analisando referências semelhantes, o último capítulo desse livro, de Adriane Silva, dá continuidade ao debate estudando as experiências de trabalhadores rurais do baixo Tocantins (PA), que em parceria com a igreja católica progressista, trabalhavam numa lógica oposta aos grandes projetos à época da Ditadura Militar no Brasil. Nessa ocasião, em nome da garantia do uso da terra e da permanência do costume da agricultura em família ou em mutirão, foram formados os "animadores de comunidade" e os "sítios demonstrativos", espaços de aprendizado da lida e de outras sociabilidades.

Esta produção pretende corroborar, portanto, para o aprimoramento do debate acadêmico sobre a temática Trabalho, sem perder de vista, entretanto, as relações mais amplas desta com as noções de espacialidades, ambiente, migrações e outras formas de deslocamento, privilegiando os agentes do processo e as suas mais diferentes formas e manifestações de ações e posicionamentos.

Adalberto Paz*
Alexandre Cardoso**
Lara de Castro***

[.]

^{*} Professor do colegiado de História da UNIFAP. Doutor em História Social pela UNICAMP.

^{**} Doutor em História Social pela Universidade de São Paulo.

^{***} Professora do colegiado de História da UNIFAP. Doutora em História Social pela Universidade Federal da Bahia.

Muitos sujeitos, outros governos, nenhuma pátria: fugitivos, autoridades e disputas territoriais na Amazônia entre os séculos XIX e XX.

Adalberto Paz*

No final do século XIX, a crescente movimentação de indivíduos de um lado a outro da instável fronteira do Brasil com a Guiana Francesa, passou a ser assunto recorrente nos contatos entre os presidentes da província do Pará e os secretários de negócios estrangeiros, nos últimos anos do Império. Desde o começo do século XVIII, um acordo entre o governo francês e português havia estabelecido uma zona politicamente neutra entre os rios Oiapoque e Araguari, abarcando boa parte da porção norte do atual estado do Amapá até o limite com aquela possessão francesa, constituindo, assim, uma área livre de qualquer jurisdição de ambos os países. Tal situação tornou esse território bastante propício ao surgimento de quilombos e mocambos, facilitando a circulação de fugitivos, desertores e aventureiros em busca de riquezas, sobretudo nas regiões de garimpo.¹

Porém, não eram apenas as constantes fugas de escravos em direção à Caiena, ou mesmo os quilombos no próprio Amapá, o que preocupava as autoridades brasileiras. O movimento no sentido contrário também passou a incomodar, mais especificamente, as sucessivas incursões de expedições francesas atravessando o rio Oiapoque em direção às vilas amapaenses. Durante décadas, o olhar governamental sobre essa região se transformou em um significativo

-

^{*} Professor do colegiado de História da Universidade Federal do Amapá. E-mail: adalbertojrpaz@gmail.com

¹ GOMES, Flávio dos Santos. *A hidra e os pântanos*: mocambos, quilombos e comunidades de fugitivos no Brasil, (séculos XVII-XIX). São Paulo: Ed. UNESP; Ed. Polis, 2005.

volume de documentos que atualmente compõem o acervo do Arquivo Histórico do Itamaraty, criado em 1828.²

No Brasil, segundo José Honório Rodrigues, a política de gestão documental dos governos centrais mantém arquivos no interior da sua estrutura administrativa desde o Primeiro Reinado. Nesse quadro se inserem desde instituições como o Arquivo Nacional, criado pela constituição de 1824, passando pelos arquivos ministeriais, até aquilo que o autor chama de "salas centrais de arquivamento", muitas vezes simples depósitos que apenas cumprem a função de separar os documentos ativos dos inativos nos órgãos e repartições, com a eventual perda ou destruição destes últimos por descuido, mau armazenamento, descarte, incêndio (ou incineração deliberada) e outras intempéries.³

Pelo expressivo volume de documentos mantidos pelo Arquivo Histórico do Itamaraty, contudo, pode-se deduzir que a maior parte do que foi produzido e recebido pelo Ministério dos Negócios Estrangeiros foi conservado, o que nos possibilita acompanhar a sequência de muitos eventos dos quais aquele órgão se ocupou ao longo de décadas, assim como alguns personagens e seus posicionamentos, com significativa riqueza de informações.

Dessa forma, embora se trate de uma documentação diplomática, este trabalho pretende analisar as correspondências oficiais do Ministério dos Negócios Estrangeiros como fonte de pesquisa para a História Social. Assim, o desafio posto desde o início é o de perceber os sujeitos e suas experiências em diferentes dimensões, através do olhar de diversas autoridades (políticas, militares, civis, religiosas, etc.), mesmo quando estas estavam muito pouco interessadas no cotidiano e na complexidade populacional

² A maior parte da documentação diplomática brasileira produzida até 1959 encontra-se no Palácio do Itamaraty, no Rio de Janeiro. O acervo posterior a essa data está em Brasília, no Ministério das Relações Exteriores. http://www.itamaraty.gov.br/divulg/documentacao-diplomatica/pes. Acesso em: 4 de dez. 2012.

³ RODRIGUES, José Honório. *A pesquisa histórica no Brasil*. 3ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1978, p. 183.

amazônida do período aqui analisado, ou seja, o século XIX.

Através de sucessivas séries de ofícios e relatórios podemos entender melhor alguns dos caminhos percorridos pelas autoridades no intuito de apurar situações que pareciam demandar maior atenção. É o que se pode notar, por exemplo, através de uma série iniciada com um ofício da presidência do Pará datado de 24 de setembro de 1883, informando que um jornal da vila de Vigia, um posto fiscal próximo a Belém, havia noticiado a presença de engenheiros, médicos e dois padres franceses no que já era conhecido como Contestado francobrasileiro.⁴

Naquele mesmo ofício, o presidente afirma que havia remetido um juiz a Vigia para confirmar ou não a notícia e colher maiores informações. Também declarava que solicitara "toda a atenção" ao comandante da colônia militar Pedro II, localizada no rio Araguari, e em Macapá havia alertado ao juiz e ao comandante da fortaleza de São José. No ensejo, o presidente solicitava o envio à colônia militar de "um padre, um médico, um professor e uma professora, brasileiros", a fim de diminuir a influência francesa que estaria suprindo essa carência no Amapá, insinuando-se "no espírito da população".

É provável que a decisão de enviar um juiz a Vigia não se restringisse somente ao fato da notícia mencionada ter sido publicada por um jornal local. Enquanto posto alfandegário, Vigia era frequentada por muitos comerciantes e viajantes de vários locais da província, os quais certamente levavam e traziam informações e ideias, além das mercadorias. Desse modo, no relatório do juiz Francisco Pereira, escrito apenas um dia após ter saído em sua missão, consta que o mesmo conversou com "pessoas gradas e circunspectas" e obteve de dois comerciantes de peixes recém-chegados do

⁴ Arquivo Histórico do Itamaraty (AHI). Ofício reservado do presidente da província do Pará, Visconde de Maracajú, ao secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros, conselheiro Francisco de Carvalho Soares Brandão, em 24 de setembro de 1883. Correspondências, Pará 1876 – 1887 (avisos recebidos). Códice 308-4-8.

contestado, a informação de que a vila de Cunani,⁵ no Amapá, seria composta de escravos fugidos e desertores do Exército e da Armada, "cujo quilombo (a que eles chamam *village*)" possuía cerca de quinhentas almas e regimento de polícia. Em outro importante povoado daquela região, chamada *village du Amapá*, segundo Pereira, haveria uma capela coberta de palha na qual um padre francês batiza há tempos. Este mesmo padre, aliás, teria visitado Vigia no mês de julho e "conversado longamente" com o vigário local, solicitando imagens de santos e óleos, a fim de celebrar os sacramentos.⁶

Como se pode ver, o juiz atuou como um típico agente de polícia em diligência para investigar um crime, recorrendo a diversos informantes, de comerciantes a clérigos, para fundamentar seu relatório, posteriormente enviado ao ministério. A título de prova, inclusive, anexou àquele documento um folheto colorido que teria recebido de uma das suas "testemunhas" e que estaria sendo distribuído entre a população do Amapá, nas laterais do qual está Marselhesa, centro destaca-se um homem impressa a e ao empunhando uma espada. Sua expressão de orgulho sugere que ele canta o hino enquanto aperta a bandeira francesa contra o peito, o que confirmaria o caráter explicitamente imperialista daquele país sobre o simbolismo revolucionário como contestado e a utilização do instrumento do expansionismo territorial francês na América do Sul.⁷

A quantidade de dados presentes em apenas dois ofícios e um relatório, portanto, é bastante expressiva, e a análise a partir deles pode seguir diferentes direções. De forma mais direta, essas

_

⁵ Nas correspondências arquivadas no Itamaraty, a nomenclatura desta vila apresenta grande variação entre autoridades e jornais. Os nomes mais comuns são Guanany e Coanany. Neste trabalho utilizaremos a forma "Cunani" mais empregada pela historiografia.

⁶ AHI. Ofício reservado do presidente da província do Pará, Visconde de Maracajú, ao secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros, conselheiro Francisco de Carvalho Soares Brandão, em 27 de setembro de 1883. Correspondências, Pará 1876 – 1887 (avisos recebidos). Códice 308-4-8.

⁷ Sobre a importância das imagens e símbolos da revolução francesa, ver HUNT, Lynn. *Política, cultura e classe na revolução francesa*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

correspondências nos ajudam a visualizar as tensões diplomáticas entre Brasil e França no final do século XIX, momento em que questões ligadas ao domínio sobre territórios se tornava estratégico e fundamental para muitos governos, conforme demostrava a situação na África e Ásia. Mas, a preocupação com o trânsito e convívio, fora do controle das autoridades, de escravos e outros tipos de fugitivos, garimpeiros, comerciantes, índios. etc.. das mais diversas nacionalidades entre o Pará e o Caribe, emergem a todo o momento nas falas oficiais, conforme demonstraram importantes estudos sobre a dinâmica daquela região.8

De todo modo, diante da aparente falta de reação do ministério, o presidente do Pará, Visconde de Maracajú, ratificou suas declarações sobre o Amapá em ofício datado em 19 de outubro, acompanhado de um novo relatório do juiz Francisco Pereira, elaborado em Vigia no dia 12, e um mapa detalhando os principais rios, ilhas e vilas entre a foz do Amazonas e o norte da Guiana Francesa.

Seguindo a mesma metodologia anterior na coleta das informações, o juiz reafirmou que no Amapá existiam três importantes povoados compostos, "em sua maioria, por brasileiros – escravos fugidos e desertores – com os quais convivem alguns forasteiros, comerciantes regatões brasileiros e franceses de Caiena". Ao final, alertava que em Cunani teria sido criada uma espécie de "capitania do porto", com a cobrança de multa e até prisão dos navegantes que se dirigiam ao território francês e não possuíam um passe concedido naquela vila. 9

Desse modo, o cenário descrito pelas autoridades paraenses acerca da situação do extremo norte, aos seus superiores na estrutura

_

⁸ QUEIROZ, Jonas Marçal de & GOMES, Flávio dos Santos. Amazônia, fronteiras e identidades: reconfigurações coloniais e pós-coloniais (Guianas – séculos XVIII-XIX). *Lusotopie*, 2002/1.

⁹ AHI. Ofício reservado do presidente da província do Pará, Visconde de Maracajú, ao secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros, conselheiro Francisco de Carvalho Soares Brandão, em 19 de outubro de 1883. Correspondências, Pará 1876 – 1887 (avisos recebidos). Códice 308-4-8.

governamental do Império, era o seguinte. De um lado, quilombolas e outros personagens à margem da censura e regulamentação legal de ambos os países, se reunindo para criar e administrar um conjunto de regras próprias e que, ao invés de se submeter, estavam aplicando sanções e penalidades de acordo com as suas conveniências. Por outro, a constante ameaça de ocupação francesa, representada pela funcionários civis presenca de e eclesiásticos – engenheiros. professores, médicos, naturalistas e padres – esquadrinhando o espaço, instruindo em língua estrangeira, assistindo aos doentes, recolhendo geomorfológicas, informações batizando e tornando cidadãos franceses os habitantes da região contestada.

Se cruzarmos as informações obtidas até aqui, a partir das correspondências entre o Pará e o Ministério dos Negócios Estrangeiros, com outra importante fonte oficial bastante utilizada em estudos sobre o século XIX, os relatórios dos presidentes de província, notamos o quanto a documentação diplomática pode enriquecer a análise, por exemplo, revelando questões que dificilmente estariam presentes nas falas dos chefes do executivo provincial.

especificidades dos relatórios de Duas província estão relacionadas à própria natureza desse documento. Em primeiro lugar, por se tratar de um instrumento cuja finalidade era informar as realizações de um determinado governo, através dele os presidentes almejavam demonstrar-se competentes administradores, não apenas por se tratar de um cargo bastante instável, cuja nomeação e exoneração poderiam ocorrer a qualquer momento, mas porque isso também incidiria sobre o futuro político do ex-presidente. 10 Segundo, apesar da nomeação de sucessivos presidentes não paraenses para aquela província do norte, provocando críticas desconhecimento da região, como em outros locais, os seus relatórios frequentemente apresentam queixas por deficiência na coleta de dados, especialmente econômicos, fato atribuído à extensão territorial,

¹⁰ GRAHAM, Richard. Clientelismo e política no Brasil do século XIX. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1997.

problemas de locomoção, despreparo e reduzido número dos funcionários.¹¹

nenhum desses fatores impediu o presidente Maracajú de tomar conhecimento dos relacionados ao Amapá. Muito pelo contrário, desde o início parece haver um esforço no sentido de reunir a maior quantidade de informações possíveis, designando tarefas aos seus subordinados (magistrados e militares), os quais recorreram às mais diversas instâncias em busca de indícios e provas que pudessem fundamentar um posicionamento mais claro frente à questão. Justamente por isso, é bastante significativo o fato de o relatório do Visconde não citar uma única palavra sobre um tema que incomodou seu governo, entre os anos de 1883 e 1884. Na verdade, segundo ele, não havia nada que indicasse qualquer perturbação da "tranquilidade pública na província, e nem outra cousa se deve esperar da índole pacífica e ordeira do povo paraense".12

Mais do que simplesmente omitir — muito menos esquecer —, podemos dizer que existe um esforço deliberado em informar, negar ou mesmo "eliminar os fatos" através da sublimação do seu registro à posteridade, conforme as circunstâncias. Isso pode ser atribuído, em parte, aos aspectos ligados à constituição e finalidade dos documentos, os quais devem ser levados em consideração na distinção e uso historiográfico daqueles dois tipos de fontes.

Referimo-nos, sobretudo, às diferenças dos registros ainda no seu próprio contexto ou realidade, pois, enquanto uma grande parcela dos documentos diplomáticos era classificada como "reservada", o que limitava seu acesso a autoridades muito específicas, os relatórios

-

¹¹ QUEIROZ, Jonas Marçal de. *Artífices do próspero mundo novo*: colonos, migrantes e imigrantes em São Paulo e no Pará (1868-1889). Tese (doutorado em História)-USP, São Paulo, 2005.

Relatório com que o Exmo. Snr. general Visconde de Maracajú passou a administração da província ao 2.0 vice-presidente, Exmo. Snr. dr. José de Araujo Roso Danin, no dia 24 de junho de 1884. Pará, Typ. de Francisco da Costa Junior, 1884, p. 20. Disponível em: http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/556/>. Acesso em: 06 de dez. 2012.

de província deveriam ser lidos pelos deputados provinciais e no Conselho de Ministros do Império. Sem dúvida, isso também condicionava a escolha dos temas a serem tratados: o que poderia ser dito ou não, para quem e de que forma.

O fato é que a profusão de correspondências entre o presidente do Pará e o Ministro dos Negócios Estrangeiros, acerca do Amapá, contrasta profundamente com o "silêncio" do relatório apresentado pelo Visconde na ocasião da transmissão do seu cargo. Mas, como veremos, a escolha do assunto de acordo com os interlocutores, não implicava necessariamente subserviência hierárquica entre autoridades, uma vez que o presidente insistiria em continuar tratando das questões na fronteira e obter uma resposta do governo central.

Dessa forma, no dia 3 de novembro de 1883, o presidente do Pará remeteu ao ministro Francisco de Carvalho Soares Brandão, um recorte do jornal Liberal do Pará daquele mesmo dia, no qual constava a notícia de que os franceses haviam chegado ao Cunani e feito "os negros fugidos e desertores, que ali se acham, jurarem bandeira, declarando-se cidadãos franceses". Além disso, o jornal publicava trechos de uma suposta carta enviada por um comerciante, datada de 22 de agosto, na qual o remetente prometia copiar e enviar a ata de uma "eleição feita pelos pretos, para v. ver os escravos que tem aqui". Para o Visconde de Maracajú, estava muito clara a intenção da França "de ir pouco a pouco assenhorando-se d'aquele território". 13

Uma semana depois, um verdadeiro dossiê foi enviado em anexo a um ofício datado em 10 de novembro. Nele constavam relatórios sobre o Contestado franco-brasileiro escritos pelo promotor público da comarca de Macapá, pelos diretores interino e efetivo da Colônia Pedro II e por um engenheiro encarregado da comissão de discriminação de terras da província do Pará. Todos relatavam o encontro que cada um teve, em diferentes ocasiões, com o naturalista

AHI. Ofício reservado do presidente da província do Pará, Visconde de Maracajú, ao secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros, conselheiro Francisco de Carvalho Soares Brandão, em 3 de novembro de 1883. Correspondências, Pará 1876 – 1887 (avisos recebidos). Códice 308-4-8.

francês Henri Coudreau, o qual teria se apresentado ao promotor de Macapá com um cartão no qual se lia "professeur de sciences economiques en mission scientifique à l'amazon". 14

Novamente, é importante destacar que esta documentação pode ser vista pelo menos de duas maneiras. Num sentido estrito e mais direto, temos a postura das autoridades preocupadas com a presença francesa no contestado. Neste caso, o alerta constante nas correspondências era sempre o risco da colonização e perda daquele território para a França. Mesmo nessa perspectiva, contudo, podemos ir além, buscando entender como o tema era tratado no interior da burocracia estatal, onde poderia ser mencionado, omitido e o grau de importância dado ao assunto.

Acompanhando a série aqui analisada, por exemplo, chegamos à conclusão de que nenhum dos cinco ofícios expedidos de setembro a novembro pela secretaria da presidência do Pará obteve qualquer resposta, o que deve ter causado, no mínimo, uma constrangedora sensação de desprestígio ao Visconde de Maracajú. No último documento citado acima, em tom de justificativa, mas também repreensão, ele pede ao ministro que "se digne dizer-me o que devo fazer a respeito, por quanto até hoje nenhuma providência tenho tomado por falta das necessárias instruções". 15

Em outro sentido, ultrapassando as intenções voluntárias das correspondências, vemos diversos personagens surgindo ao redor do argumento oficial sobre a ameaça imperialista, mesmo que a intenção ao citá-los seja reforçar essa afirmação. Desse modo, ao invés de nos restringirmos aos condicionamentos das fontes que pretendiam informar que negros fugidos e desertores estavam servindo como "peões" no tabuleiro da diplomacia entre Brasil e França, deixando-se naturalizar, batizar e educar pelos franceses, podemos buscar entender

_

¹⁴ AHI. Ofício reservado do presidente da província do Pará, Visconde de Maracajú, ao secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros, conselheiro Francisco de Carvalho Soares Brandão, em 10 de novembro de 1883. Correspondências, Pará 1876 – 1887 (avisos recebidos). Códice 308-4-8.

¹⁵ Ibidem.

qual a importância atribuída a esses atos pelos moradores do contestado, o que os teria motivado a criar instituições de fiscalização e pedágio restringindo a navegação para a Guiana Francesa, e o que representava para aquela população uma "eleição feita pelos pretos" no Cunani.

Os últimos ofícios enviados pelo Visconde de Maracajú, ao ministro Francisco de Carvalho Brandão, tratavam de um boato sobre uma bandeira brasileira rasgada em uma festa promovida por franceses na vila do Espírito Santo do Amapá. 16 Contudo, mais importante do que o tema dos ofícios é uma informação aparentemente marginal, contida em um recorte do jornal Diário de Belém anexado àquela correspondência. Segundo o periódico, o quilombo de Counani – "conhecido desde largos anos" – habitado por escravos fugidos de Macapá, Vigia, Cintra e Belém, tinha sido elevado a categoria de "colônia, com autoridades constituídas em nome da república francesa". Reproduzindo informações publicadas pelo jornal Liberal de Vigia, o Diário de Belém revelou os nomes dos ocupantes dos cargos do suposto Estado de Counani:

Trajano (escravo de Raymundo Alves), capitão; Emílio Bazini, oficial destacado; João Pinto (escravo de José Alves Dias), 2º oficial; Serafim (escravo do Tenente-Coronel Barbosa de Lima), anspeçada; Manoel Joaquim, M. dos Santos e Germano (livres), praças; Pedro de Souza (escravo de Cassiano Alvares), maire da vila; Lourenço Palha (escravo do capitão Moura Palha), fiscal; Quintino Maciel (escravo da orphã d. Maria da Glória, de S. Caeatano), juiz de paz; Cyriaco (escravo de Raymundo de Souza), capitão do porto. 17

_

AHI. Ofício reservado do presidente da província do Pará, Visconde de Maracajú, ao secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros, conselheiro Francisco de Carvalho Soares Brandão, em 28 de janeiro de 1884. Correspondências, Pará 1884 – 1887 (avisos recebidos). Códice 308-4-7. Além deste, seriam expedidos ofícios sobre o mesmo assunto nos dias 11 de fevereiro, 22 de abril e 10 de maio. O primeiro basicamente informava o boato (através de recortes dos jornais Diário do Gram-Pará, Diário de Belém, Liberal do Pará e Província do Pará), o segundo e terceiro o negavam, enquanto o último confirmava o dilaceramento da bandeira.

Nomeados ou não pelo governo francês, o fato é que o Cunani possuía um corpo burocrático composto em sua maioria por escravos que haviam encontrado refúgio seguro no Amapá, embora seus senhores fossem todos conhecidos, e seria razoável supor que essa população sabia reconhecer muito bem as oportunidades que o litígio entre a França e o Brasil proporcionava a eles. Estamos, portanto, muito distante dos argumentos que preconizam as ações dos subalternos como resultado das oportunidades "oferecidas" pelas elites, principalmente em momentos de dissenção social ou política entre os dominantes.¹⁸

Já no final do século XIX, a publicação de uma grande obra escrita por Domingos Antônio Raiol em cinco volumes, entre os anos de 1865 e 1890, influenciou profundamente o pensamento historiográfico no Pará, disseminando a ideia de que a Cabanagem, e outras revoltas ocorridas entre 1820 e 1835, seriam um nefasto resultado das disputas políticas envolvendo os partidos Liberal e Conservador na província. Segundo o autor, essas intrigas teriam enfraquecido a autoridade governamental, abrindo espaço para a insurreição das classes populares insufladas pelos próprios membros da elite paraense. 19

No final dos anos 1940, Arthur Cezar Ferreira Reis seguiu argumento parecido ao analisar a chamada "República de Cunani". Através de extensa pesquisa no Arquivo Público do Estado do Pará e no Arquivo Histórico do Itamaraty (embora não referencie suas fontes detalhadamente ao longo do texto), o autor concluiu que a

¹⁸ Sobre as ações de escravos em meio a conflitos políticos entre as classes dirigentes, ver ANDRADE, Marcos Ferreira de. Rebelião escrava na Comarca do Rio das Mortes, Minas Gerais: o caso Carrancas. *Afro-Ásia*, n. 21-22, p. 78-80, 1998-1999.

¹⁹ RAIOL, Domingos Antônio. Motins políticos — ou história dos principais acontecimentos políticos na província do Pará desde o ano de 1821 até 1835. Belém: Universidade Federal do Pará, 1970, 3 vols. A partir de 1980, contudo, diversos estudos passaram a criticar o caráter elitista das análises baseadas nesse tipo de interpretação, buscando entender melhor as motivações especificamente populares do movimento. Cf. SALLES, Vicente. Memorial da Cabanagem: esboço do pensamento político-revolucionário no Grão-Pará. Belém: Cejup, 1992.

proclamação do que ele chamou de "pseudo Estado" teria sido uma estratégia do romancista Jules Gros, membro da Sociedade de Geografia Comercial de Paris, para obter lucros com a venda do Cunani a França. Mas, diante do escândalo e ridicularização do caso, o governo francês teria oficialmente extinto aquela república em 2 de setembro de 1887.²⁰ A população do contestado, então, teria sido enganada com promessas de autonomia e liberdade, por um simples charlatão oportunista.

Apesar da extinção da "República de Cunani", haveria outra tentativa de estabelecer um governo autoproclamado e administrado por mandatários locais, desta vez na república. Trata-se de um triunvirato composto por brasileiros, supostamente eleito pelos habitantes da vila do Espirito Santo do Amapá, em dezembro de 1894.²¹ No ano seguinte, um sangrento conflito entre uma expedição vinda da Guiana Francesa e os habitantes do Amapá, acabou tendo dois efeitos imediatos. Precipitou a criação de uma comissão entre o Brasil e a França para a resolução definitiva sobre o domínio do contestado, e criou o mito em torno de um "herói nacionalista" chamado Cabralzinho.

Este último episódio revela bem o quanto os argumentos historiográficos podem variar, de acordo com as intenções e questionamentos de quem os utiliza, pois, enquanto Arthur Cezar Ferreira Reis considerou Francisco Xavier da Veiga Cabral, o Cabralzinho, "a alma do movimento de resistência à agressão francesa de 15 de maio de 1895" e "defensor da integridade territorial da

.

²⁰ REIS, Arthur Cezar Ferreira. *Território do Amapá*: perfil histórico. Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa Nacional, 1949, p. 95. Uma discussão mais aprofundada sobre a República do Cunani encontra-se em PAZ, Adalberto Junior Ferreira. *Repúblicas contestadas*, op. cit., p. 185-211.

²¹ Acta da 1ª sessão, que teve lugar na salla da Capitania para tratar-se da nova forma de Governo que deve de hoje em diante dirigir os destinos do Território do Amapá, *apud* REIS, *Território do Amapá*, *op. cit.*, p. 137. É interessante notar que os autores do documento (considerando-se que Arthur Reis o citou *ipsis litteris*) utilizaram a nomenclatura "Território do Amapá", oficialmente criada apenas em 1943, a partir do decreto nº 5.812 de 13 de setembro.

pátria", Jonas Marçal, através dos mesmos tipos de documentos consultados por Reis, verifica a obscuridade quanto às origens e intenções daquele personagem, tido como um dos fundadores do Partido Republicano Democrata em Belém, o qual fazia oposição ao Partido Republicano Federal, naquele momento à frente do governo paraense.²²

Após situar as conveniências relacionadas a afirmação de Cabralzinho como herói patriota, tendo em vista as vicissitudes e governo republicano recém-instaurado, dificuldades do pondera sobre o tipo de governo conduzido por Francisco Cabral no Amapá, citando um relatório arquivado no Itamaraty que Arthur Reis certamente conhecia, mas preferiu omitir em sua obra. Datado em 19 de outubro de 1895, o diretor do Muzeu Paraense de História Natural e Etnographia, Emílio Goeldi, em visita ao Amapá afirmou que embora não tenha tido oportunidade de conhecer Cabral mais de perto, por ter este seguido viagem logo após a chegada do diretor, notou que "a gente da sua roda [era] uma oligarchia de capangas[...]. A população vive debaixo de uma tyrannia nojenta e percebi desde as primeiras symtomas serios de descontentamento, horas de opposição".23

Tendo ou não conhecido Francisco Cabral, muito menos estado na região contestada, o fato é que os diários paraenses, e logo em seguida os principais jornais do país, passaram a destacar a figura de Cabralzinho, como um verdadeiro defensor da integridade, orgulho e interesses nacionais. Alguém que teria enfrentado – praticamente

.

²² Ver, a respeito QUEIROZ, Jonas Marçal; COELHO, Mauro Cesar. *Amazônia*: modernização e conflito (séculos XVIII e XIX). Belém: UFPA/NAEA; Macapá: UNIFAP, 2001. FARIAS, William Gaia; SILVA, Raimundo Nonato da. "Veiga Cabral e os jogos políticos na transição da monarquia a república". In: AMARAL, Alexandre; OLIVEIRA, Augusto; SANTOS, Dorival; CAMBRAIA, Paulo; LOBATO, Sidney (Orgs.). *Do lado de cá*: fragmentos de história do Amapá. Belém: Acaí, 2011.

²³ AHI. Exposição sumária da viagem realizada ao território contestado francobrasileiro pelo Muzeu Paraense de História Natural e Etnographia. Documentação Rio Branco, parte III, Códice 340-2-3.

sozinho e sem maiores recursos — toda a insolência e cobiça das pretensões estrangeiras sobre uma pobre e indefesa extremidade da nação. Nesse sentido, a exploração político-discursiva do conflito entre os franceses e Cabralzinho, enquanto expressão trágica de múltiplos interesses em disputa pelo Contestado Franco-Brasileiro, alinhava-se com a busca de legitimação por parte do regime republicano como um todo, levando-se em conta as vicissitudes de um sistema político recém-instaurado, sem participação popular, e ainda combalido por sucessivas crises econômicas desde os seus primeiros anos, conforme analisou José Murilo de Carvalho.²⁴

Em consequência, em 1897 os governos da França e do Brasil assinavam um acordo no qual se comprometiam em entregar o arbitramento final sobre o Contestado para a Confederação Suíça. Três anos depois a decisão favoreceria o Brasil, defendido no pleito pelo diplomata Barão do Rio Branco. Mas, o esforço de reestruturação política e administrativa do Amapá exigiria medidas concretas que deveriam ser postas em prática imediatamente.

Então, no ano seguinte ao Laudo Suíço, o governo paraense decretava que a antiga região do Contestado passaria a se chamar "Aricary", criando duas circunscrições chefiadas por delegados: a primeira sediada na vila de Amapá e a segunda sediada em Calçoene. Posteriormente, o Amapá foi dividido em dois municípios. Um deles continuou se chamando Amapá, enquanto o outro teve seu nome mudado para Montenegro, em homenagem ao governador do Pará, mas, segundo alguns pesquisadores, principalmente em virtude da conotação francesa da denominação original.²⁵ Poderíamos, contudo, nos questionar a respeito de qual teria sido a receptividade do arbitramento suíço entre as diferentes populações que habitavam o Amapá naquela virada de século, bem como sobre a nova organização

-

²⁴ CARVALHO, José Murilo de. *A formação das almas*: o imaginário da República no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

²⁵ IBGE. Enciclopédia dos municípios brasileiros. Rio de Janeiro, 1957, v. XIV, p. 19. Ver também PORTO, Jadson Luís Rebelo. Amapá: principais transformações econômicas e institucionais – 1943 a 2000. Macapá: SETEC, 2003, p. 108-111.

política à qual estavam sujeitos.

Assim, poucos dias antes de ser nomeado para administrar a circunscrição de Cassiporé, com sede em Montenegro, Egydio Leão de Salles visitou as vilas de Cunani e Calçoene, reportando-se ao governador através de carta datada de 31 de dezembro de 1900. Segundo ele,

a notícia da decisão a favor do Brasil foi recebida com indiferença pelos cunanienses, em que notei muita frieza: alguém me disse que se a decisão fosse a favor da França era muito possível que a festejassem. Não duvido. [...] Em Calsoene [sic] a notícia foi conhecida no dia 15, sendo nós portadores dela: parece que o resultado causou surpresa a muitos súditos franceses, que tinham por certa a decisão pelo Calsoene. Alguns não podendo ocultar seu descontentamento, inquiriram dos outros se a França se havia conformado com a decisão do árbitro. Os habitantes de Calsoene são na sua maior parte ingleses, franceses e holandeses (das guianas): o elemento brasileiro é quase nenhum.²⁶

No caso da vila de Amapá, porém, podemos supor que a maioria das medidas implantadas pelas autoridades constituídas após o arbitramento foram bem recebidas, não obstante uma testemunha tenha registrado que, para "um povo acostumado a viver sem lei, o princípio da autoridade era a tarefa mais dificultosa" que se impunha àqueles que detinham algum poder público.²⁷

O mesmo autor da frase citada acima, Manoel Buarque, dizia que em 1901 Calçoene permanecia como uma "localidade puramente estrangeira" composta por aproximadamente cinco mil habitantes, quase todos garimpeiros. No entanto, a organização do aparelho burocrático local estaria repelindo boa parte dessa população, uma vez que tais mineiros estariam "acostumados a viverem à lei da natureza,

²⁷ BUARQUE, Manoel. *O Amapá depois do Laudo Suisso*. Belém: Typ. da Casa Editora Pinto Barbosa de Nestor Câmara, 1908, p. 15.

23

_

²⁶ "Carta-oficio do Dr. Egydio Leão de Salles ao Governador, 31/12/1900". Arquivo Público do Estado do Pará apud ROMANI, Carlo. Clevelândia, Oiapoque – aqui começa o Brasil: trânsitos e confinamentos na fronteira com a Guiana Francesa (1900-1927). Tese (doutorado em História) – UNICAMP, Campinas, 2003, p. 86.

matando e roubando, sem crime". ²⁸ Dessa forma, em 1905 a vila do Amapá já possuía uma Intendência Municipal, mercado público, clube recreativo, escola e Coletoria. Calçoene, rebatizada de Montenegro, tinha recebido escola e uma Mesa de Rendas. Cunani também recebera uma escola mista. Por fim, Buarque chama a atenção para uma tentativa frustrada de incentivo ao povoamento e à produção agrícola, a partir de imigrantes nordestinos no Amapá. Entre os anos de 1903 e 1904 trinta famílias vieram do Ceará, mas regressaram em pouco tempo, de forma que todo o investimento deu resultado nulo, "como quase todas as colônias agrícolas no Pará". ²⁹

De maneira geral, no entanto, notamos que as queixas sobre o abandono do Amapá pelas autoridades continuam sendo recorrentes nos primeiros anos do século XX, pois, embora Buarque enfatize algumas das medidas citadas anteriormente, ele próprio acaba reconhecendo que as administrações teriam sido praticamente inócuas diante do que precisaria ser feito.

Em 1907 foi fundada a colônia militar do Oiapoque e desativouse a D. Pedro II, às margens do rio Araguari. Os objetivos eram claros, mesmo não sendo originais: estímulo à colonização defesa territorial. Da mesma forma, pretendia-se controlar o acesso e circulação de pessoas e mercadorias, especialmente se o produto em questão fosse o ouro. Contudo, seria apenas no início da década de 1920 que o governo brasileiro enviaria uma comissão ao Amapá, no intuito de estabelecer as bases para uma experiência agrícola efetiva naquela região de fronteira. Desse modo, nos primeiros meses de 1921 chegavam "os materiais necessários à construção de um hospital, da casa de administração e de uma escola, além de grande cópia de ferragem, instrumentos de lavoura e de uma pequena serraria a vapor, para facilitar a construção das casas dos colonos" ³⁰ – a maioria dos quais eram cearenses atingidos pela grande seca de 1915-1919 - que

²⁸ Ibidem, p. 16.

²⁹ Ibidem, p. 22.

³⁰ "A Noite, 7/4/1921", apud ALICINO, Padre Rogério. *Clevelândia do Norte*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1971, p. 86.

ocupariam o Núcleo Colonial Cleveland.31

Em pouco tempo, porém, Cleveland integrou a longa lista de fracassos em colônias agrícolas no Pará. Todavia, o governo federal não demorou em dar outro destino à infraestrutura já existente naquele local. Transformada em colônia penal, Clevelândia do Norte passou a ser o destino de muitos dissidentes, anarquistas, comunistas e demais "indesejáveis" ao poder público em regime de exceção, a partir da chamada Revolução de 1924. Muitos jamais retornaram aos seus estados de origem, pois, segundo Paulo Sérgio Pinheiro, um relatório encaminhado ao Ministro da Agricultura de Artur Bernardes informava "que, em 1926, dos 946 prisioneiros desterrados para Clevelândia, 444 haviam morrido". 32 Após 1927, com o fim do estado de sítio, foi feita uma nova tentativa de retomar as pretensões agrícolas em Clevelândia, tornando-a ainda um posto avançado do Exército Brasileiro. Mas, com o regresso dos últimos prisioneiros ao Centro-Sul do país, o destacamento foi sendo paulatinamente transferido até que, "em 1930, já não havia mais militares em Clevelândia", 33

Considerações finais

Durante longos anos, a região entre os rios Araguari e Oiapoque teve diferentes significados, em variados contextos. Para as

-

³¹ ROMANI, Clevelândia, Oiapoque... op. cit., p. 108-120.

³² PINHEIRO, Paulo Sérgio. *Estratégias da ilusão*: a revolução mundial e o Brasil. 1922-1935. São Paulo: Companhia das Letras, 1991, p. 95. Sobre Clevelândia, ver também SAMIS, Alexandre. *Clevelândia*: anarquismo, sindicalismo e repressão política no Brasil. São Paulo: Imaginário, 2002. BRITO, Edson Machado de. *Do sentido aos significados do presídio de Clevelândia do Norte*: repressão, resistência e a disputa política no debate da imprensa. Dissertação (mestrado em História) – PUC, São Paulo, 2008. Para uma análise sobre "a vida nas prisões" a partir da repressão do Estado aos diversos tipos de movimentos sociais, operários, militantes e segmentos populares de forma geral, na primeira metade do século XX, ver FERREIRA, Jorge. *Trabalhadores do Brasil*: o imaginário popular: Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1997, p. 99-122.

³³ ROMANI, *Clevelândia, Oiapoque... op. cit.*, p. 383.

autoridades portuguesas e depois brasileiras, representava uma frágil área de fronteira com potenciais invasores, que faziam notar suas presenças através de incursões mais ou menos constantes. Destes, sem dúvida os franceses representavam o "maior perigo", situação que se fez mais tensa com o acirramento das posturas imperialistas no final do século XIX. Ainda assim, surpreende a postura de hesitação das autoridades brasileiras, especialmente aquelas no Rio de Janeiro, mesmo quando o trânsito de exploradores, padres, professores e médicos parecia não deixar mais dúvidas sobre as intenções francesas acerca do contestado.

Por outro lado, a complexa organização social ou alianças de momento surgidas entre fugitivos - notadamente aqueles que eram cativos em suas regiões de origem -, garimpeiros, desertores, aventureiros e outros, demonstra o quanto esses indivíduos estavam atentos às possibilidades criadas pela disputa territorial entre as duas nações. Assim, ao invés de se submeter às leis de uma ou outra, parece razoável pensarmos que essas pessoas estavam dispostas a criar e gerenciar suas próprias instituições, construindo alargando possibilidades de acordo com seus interesses, em sua maior parte muito distante de qualquer vaga noção de nacionalismo, nos moldes europeus, conforme podemos notar através de episódios como a República de Cunani e o Triunvirato do Amapá.

das geral, O fracasso iniciativas colonizatórias particularmente, o terror absoluto representado por Clevelândia do Norte, demonstraram que a definição da posse brasileira sobre o extremo norte não necessariamente trouxe qualquer civilizatório para essa porção da Amazônia. Muito pelo contrário, passados os áureos anos da economia da borracha, a situação daquelas regiões – que, na verdade, nunca participaram de toda pujança e luxo concentrados quase que absolutamente em Belém e Manaus - tendeu a ficar cada vez pior, sem que jamais a Guiana brasileira tenha sido completamente abandonada pelos garimpeiros e outros aventureiros, que continuaram desafiando as instituições de controle e circulação de pessoas na área de fronteira, muito depois do Laudo Suíço.

Referências

ALICINO, Padre Rogério. *Clevelândia do Norte*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1971.

ANDRADE, Marcos Ferreira de. Rebelião escrava na Comarca do Rio das Mortes, Minas Gerais: o caso Carrancas. *Afro-Ásia*, n. 21-22, p. 78-80, 1998-1999.

BRITO, Edson Machado de. *Do sentido aos significados do presídio de Clevelândia do Norte*: repressão, resistência e a disputa política no debate da imprensa. Dissertação (mestrado em História) - PUC/SP, 2008.

BUARQUE, Manoel. *O Amapá depois do Laudo Suisso*. Belém: Typ. da Casa Editora Pinto Barbosa de Nestor Câmara, 1908.

CARDOSO, Francinete do Socorro Santos. *Entre conflitos, negociações e representações*: o contestado franco-brasileiro na última década do século XIX. Belém: Associação de Universidades Amazônicas/Universidade federal do Pará/Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, 2008.

CARVALHO, José Murilo de. *A formação das almas*: o imaginário da República no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

IBGE. Enciclopédia dos municípios brasileiros. Rio de Janeiro, 1957.

FARIAS, William Gaia; SILVA, Raimundo Nonato da. "Veiga Cabral e os jogos políticos na transição da monarquia a república". In: AMARAL, Alexandre; OLIVEIRA, Augusto; SANTOS, Dorival; CAMBRAIA, Paulo; LOBATO, Sidney (Orgs.). *Do lado de cá*: fragmentos de história do Amapá. Belém: Açaí, 2011.

FERREIRA, Jorge. *Trabalhadores do Brasil*: o imaginário popular: Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1997.

GOMES, Flávio dos Santos. A hidra e os pântanos: mocambos,

quilombos e comunidades de fugitivos no Brasil, (séculos XVII-XIX). São Paulo: Ed. UNESP; Ed. Polis, 2005.

GRAHAM, Richard. *Clientelismo e política no Brasil do século XIX*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1997.

HUNT, Lynn. *Política, cultura e classe na revolução francesa*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

PINHEIRO, Paulo Sérgio. *Estratégias da ilusão*: a revolução mundial e o Brasil. 1922-1935. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

PORTO, Jadson Luís Rebelo. Amapá: principais transformações econômicas e institucionais – 1943 a 2000. Macapá: SETEC, 2003.

QUEIROZ, Jonas Marçal; COELHO, Mauro Cesar. *Amazônia*: modernização e conflito (séculos XVIII e XIX). Belém: UFPA/NAEA; Macapá: UNIFAP, 2001.

QUEIROZ, Jonas Marçal de & GOMES, Flávio dos Santos. Amazônia, fronteiras e identidades: reconfigurações coloniais e póscoloniais (Guianas – séculos XVIII-XIX). *Lusotopie*, 2002/1.

QUEIROZ, Jonas Marçal de. *Artífices do próspero mundo novo*: colonos, migrantes e imigrantes em São Paulo e no Pará (1868-1889). Tese (doutorado em História) — USP, São Paulo, 2005.

RAIOL, Domingos Antônio. *Motins políticos* — ou história dos principais acontecimentos políticos na província do Pará desde o ano de 1821 até 1835. Belém: Universidade Federal do Pará, 1970, 3 vols.

REIS, Arthur Cezar Ferreira. *Território do Amapá*: perfil histórico. Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa Nacional, 1949.

RODRIGUES, José Honório. *A pesquisa histórica no Brasil*. 3ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1978.

ROMANI, Carlo. *Clevelândia, Oiapoque* – aqui começa o Brasil: trânsitos e confinamentos na fronteira com a Guiana Francesa (1900-

1927). Tese (doutorado em História) – UNICAMP, Campinas, 2003.

SALLES, Vicente. *Memorial da Cabanagem*: esboço do pensamento político-revolucionário no Grão-Pará. Belém: Cejup, 1992.

SALLES, Vicente. *O Negro no Pará:* sob o regime da escravidão. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1971.

SAMIS, Alexandre. *Clevelândia*: anarquismo, sindicalismo e repressão política no Brasil. São Paulo: Imaginário, 2002.

VERGOLINO-HENRY, Anaíza; FIGUEIREDO, Arthur Napoleão. *A presença africana na Amazônia Colonial:* uma notícia histórica. Belém: Arquivo Público do Pará, 1990.

Caboclos Titânicos no Inferno Verde: trabalhadores migrantes cearenses entre a história, a memória e a literatura.

Antonio Alexandre Isidio Cardoso*

Inferno é o Amazonas... Inferno verde do explorador moderno, vândalo imquieto, com a imagem amada das terrasd´onde veio carinhosamente resguardada na alma anciada de paixão por dominar a terra virgem que barbaramente violenta.

Mas emfim, o inferno verde, si é a gehenna de torturas, também é a mansão de uma esperança: sou a terra promettida às raças superiores, tonificadoras, vigorosas, dotadas de firmesa, intelligencia e providas de dinheiro; e que um dia, virão assentar no meu seio a definitiva obra da civilização, que os primeiros immigrados, humildes e pobres pionniers do presente, esboçam confusamente entre blasphemias e ranger os dentes.³⁴

O inferno *geralmente* é o *lugar* para onde mandamos os *outros*, contudo, o que ocorre quando nós mesmos queremos ir para o inferno? Incoerências a parte, pode-se argumentar que o inferno para uns seja o paraíso para *outros*, pois o que *aqui* é ruim *lá* pode ser bom, e que, portanto, o inferno pode transmutar-se em paraíso, e vice-versa. Alberto Rangel brinca com essas imagens quando classifica o Amazonas como *inferno verde*, personificando a natureza como madrasta assassina dos "insanos" que ousavam ir de encontro aos seus rios e matas, perturbar a sua paz "inculta". Para o autor, transpor o desafio de enfrentar o inferno era tarefa que custava a vida de milhares

^{*} Doutor em História Social pela Universidade de São Paulo. Bolsista da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo. Capítulo advindo das discussões da dissertação de minha autoria: Nem sina, Nem acaso: a tessitura das migrações entre a Província do Ceará e o território amazônico. (1847-1877). Fortaleza — Dissertação de mestrado em História Social, Universidade Federal do Ceará, 2011.

³⁴ RANGEL, Alberto. *Inferno Verde (Scenas e Scenários do Amazonas)*. Tours, Typographia Arrault & C^a, 1927, p. 281.

de pobres *pionniers*, peões que iniciavam o avanço no tabuleiro, limpando o terreno para a ação triunfal e vitoriosa das raças superiores. A floresta homicida de Rangel guarda ainda em sua elaboração discursiva a possibilidade de ser subjugada através do trabalho, de transformar-se um dia em Paraíso, depois de serem sorvidas as vidas dos subalternos pioneiros.

Rangel disponibiliza um arsenal de referências sobre o tema do trabalho dos migrantes na floresta em sua obra. Pupilo de Euclides da Cunha, o autor tem em seus escritos uma forte influência do mestre (que, inclusive, prefacia *Inferno Verde*), tendo como inspiração também um grande sertão, porém verde e úmido, interessando-se, especialmente, pela vida dos intrusos que assaltavam a selva. A composição dos seus personagens tem base essencialmente na figura do *cearense*, sertanejo migrante, que, segundo o autor, na velocidade de uma *infestação* estabeleceu-se pelas matas, pagando duras penas pela audácia de enfrentá-las, sofrendo no cotidiano de trabalho dos seringais.

A onda immigratória, esses cearenses, como elle se exprime (...), em vago resaibo (sic) de desprezo e despeito, chofraria em praga, invadindo a floresta; mal sabe (...) a avidez da sociedade nova acampada no Amazonas, elle com seu caráter reservado, onde paira certa tristeza de exilado na própria pátria.³⁵

Ser um exilado, nesse sentido, significa ser um estranho, perdido diante da imensa floresta, que para Rangel não havia sido ainda incorporada à pátria, e isso, porque "ela" não queria! Vista como vingativa, "ela" erigia todas as dificuldades, ajudando a construir uma sociedade desgraçada, condenada ao trabalho extenuante, que só poderia sobreviver através dos maiores sacrifícios.

Essa personificação dava a floresta nome e sobrenome, era o Inferno Verde, registrado num cartório diferente dos convencionais, pois o documento era fabricado nos seringais, letra por letra, ou

_

³⁵ Idem, Ibdem, p. 45.

melhor, dia após dia, com um tinteiro de suor e sangue, e com o carimbo feito de borracha.

Pode-se considerar, dialogando com Rangel, que a constituição dos mundos do trabalho da floresta, em sintonia com o vertiginoso acréscimo de sua participação como fornecedora de matérias primas ao mercado internacional, que ajudaram a conformá-la como fronteira, contribuiu com os ares da representação do *Inferno Verde*. É possível afirmar, ainda, que essa dedução teve a colaboração das experiências de milhares de trabalhadores, que participaram das tramas do cotidiano do regime e relações de trabalho, que modificou de maneira significativa as características dos caminhos da faina pelas matas.

O corte da seringa, principal atividade extrativa, era organizado a partir de uma longa cadeia de aviamento³⁶, forjada no decorrer do século XIX, que desaguava num regime de trabalho altamente coercitivo, que enclausurava esperanças dos trabalhadores as dedicados ao extrativismo da Hevea. Estes eram presos a dívidas, submetidos a doenças e as distâncias, que praticamente minavam as possibilidades de um breve retorno a terra natal. Nesse sentido, o rush gumífero foi portador das sementes de um inferno amazônico, erigido e vivenciado através das agruras de seus trabalhadores, que reelaboraram em seu cotidiano as mensagens atrativas dedicadas ao Norte das matas, lhes dando outros significados.

Existe também uma íntima relação entre a problemática das migrações e a evidenciação da floresta enquanto território de estorvo, pois ao deslocarem-se os migrantes estavam sofrendo um processo de mudança nos seus referenciais de sobrevivência, levando em conta as drásticas diferenças entre os meios de vida dos lugares de origem e os

-

³⁶ O aviamento era uma prática econômica baseada no endividamento ou crédito que mantinha a cadeia de produtores das "drogas do sertão amazônico", *aviando-os*, ou seja, fornecendo-lhes alimentos, armas, roupas, dentre outros gêneros, em troca dos produtos conseguidos na floresta. Esse sistema também estava atrelado ao transporte de trabalhadores para a floresta, sendo posteriormente cobrados pelos encargos da viagem, devendo esse custo ser pago através de trabalho. Ver. WEINSTEIN, Bárbara. **A borracha na Amazônia:** expansão e decadência, 1850-1920. São Paulo: HUCITEC; Editora da Universidade de São Paulo, 1993.

das matas e rios amazônicos. Havia transformações da lida com a natureza, nos hábitos alimentares, nas relações e no ambiente de trabalho, nas práticas de cura (em resposta as novas doenças), ou seja, sentidas em dimensões fundamentais da vida. Os estranhamentos e a saudade perpassavam a vida dos migrantes que chegavam à floresta, que à época do *boom* gumífero geralmente buscavam os seringais cada vez mais distantes, implicando num acréscimo das dificuldades, principalmente em se tratando das vagas possibilidades de retorno.

Estas feições dos mundos do trabalho da floresta deixaram Euclides da Cunha estarrecido. Em seus escritos, fruto de sua participação como chefe da Comissão Brasileira de Reconhecimento do Alto-Purus em 1905, destacam-se muitos aspectos da vida na floresta, o que ressalta a polivalência intelectual do autor, em comentários que vão desde teorias sobre a sinuosidade dos rios, até revoltadas críticas dirigidas aos ditames do cotidiano de trabalho da extração do látex.

Euclides da Cunha pode ser considerado um dos autores de maior influência na literatura sobre a floresta no século XX, contribuindo grandemente para a constituição homogeneizante que se aglutinou na denominação *Amazônia*, e também no que se refere à representação usualmente utilizada para denominar os migrantes, principalmente os cearenses, como *vítimas* e/ou *heróis*.

A escrita vibrante de Euclides posiciona os leitores a bordo de um vapor, com os olhos fitos nas margens, apreciando um mundo cheio de exotismos aos olhos dele, ou seja, do outro, onde habitavam homens e mulheres que tinham de enfrentar um duríssimo cotidiano de trabalho para conseguir sobreviver. Os homens que sobreviviam diante de todas aquelas dificuldades visualizadas pelo autor de Os sertões foram nomeados como Caboclos titânicos, caracterização que focalizava a vivência dos migrantes na labuta. Ao "suportar" toda a carga de problemas nas matas, depois de enfrentar uma travessia cheia até chegar ao território amazônico, OS agruras migrantes encontrados por Euclides eram vistos também como amansadores de deserto, fazendo "sem o saberem" um trabalho de titãs.

O cearense, o paraibano, os sertanejos nortistas, em geral, ali estacionam, cumprindo, sem o saberem, uma das maiores empresas destes tempos. Estão amansando o deserto. E suas almas simples, a um tempo ingênuas e heróicas, disciplinadas pelos reveses, garantemlhes, mais que os organismos robustos, o triunfo da campanha formidável. (...) O recém-vindo do Sul chega em pleno desdobrar-se daquela azáfama tumultuária, e, de ordinário, sucumbe. Assombramno, do mesmo lance, a face desconhecida da paisagem e o quadro daquela sociedade de caboclos titânicos que ali estão construindo um território.³⁷

O olhar do homem do sul, como o próprio autor assevera fazendo referência a si mesmo, não reconhecia sua face naqueles rios e matas, assombrando-se ante o que considerava alheio aos seus valores. A floresta é caracterizada por Euclides como um ambiente hostil e desértico, que necessitava ser amansado, o mesmo objetivo que os invasores (colonizadores e exploradores em geral) tinham para com os povos indígenas, que deveriam ser afeitos aos valores do "mundo dos brancos". A tarefa de transformar o deserto num território habitável, susceptível e compatível à civilização (vista pelos olhos de um homem de vida urbana, como Euclides), era uma tarefa de dificuldades gigantescas, que só poderia ser executada por titãs, traduzidos na figura dos "cearenses, paraibanos e sertanejos nortistas em geral". Esses eram os heróis ingênuos de Euclides, representados em homens, que apesar da largueza de sua campanha, não tinham noção da gravidade de seus feitos para os interesses do Brasil, cumprindo suas tarefas absortos, ganhando seus míseros tostões diante de enormes dívidas, para depois se juntar aos ritmos dos demais habitantes da floresta, que só viviam "drinking, gambling and lying bebendo, dançando, zombando – na mesma doloríssima inconsciência da vida...'38

_

³⁷ CUNHA, Euclides da. À *margem da história: Euclides da Cunha-* São Paulo: Martins Fontes, 1999 (Coleções temas brasileiros.), p.29-30.

³⁸ Existe um equívoco na tradução feita por Euclides da Cunha, pois "drinking, gambling and lying" significa em português "bebendo, jogando e mentindo" (e não "bebendo, dançando e zombando"). Todavia, entende-se que a expressão e a sua

Um dos momentos mais marcantes do texto euclidiano trata da descrição das comemorações do sábado de aleluia dos habitantes das localidades visitadas, onde não havia lugar para "missas solenes, nem lava-pés procissões luxuosas. nem tocantes. nem comovidas"39. Em alternativa aos ritos considerados tradicionais, os seringueiros organizavam-se em torno da montagem da figura de Judas, representado num boneco que seria mais tarde esfolado como castigo aos crimes do algoz de Jesus Cristo. Segundo Euclides, a figura a ser malhada era feita como uma espécie de autoimagem dos seus construtores, esculpido como uma retaliação voltada aos próprios migrantes. O monstro era montado e jogado no rio para ser fuzilado à medida que passava nas proximidades das habitações, até que finalmente, à deriva, perecia e desaparecia nas águas.

É um triunfo doloroso. O sertanejo esculpiu o maldito à sua imagem. Vinga-se de se mesmo: pune-se, afinal, da ambição maldita que o levou àquela terra; e desafronta-se da fraqueza moral que lhe parte os ímpetos da rebeldia recalcando-o cada vez mais ao plano inferior da vida decaída onde a credulidade de infantil o jungiu, escravo, à gleba empantanada dos traficantes, que o iludiram.⁴⁰

Judas, nesse cenário, é associado ao judeu errante, Judas-Asvero, condenado a vagar eternamente como punição por seus pecados contra Cristo. As representações são posicionadas pelo autor como meio de exemplificar a trajetória dos migrantes como uma sina irretorquível, condenados pela sua *inconsciência* a vagar pelo mundo, pela falta de reflexões ponderadas sobre seus destinos, sofrendo em terras alheias sem nunca conseguir retornar a terra natal. A vida para essas pessoas, no entendimento do autor, ia passando, e a única alternativa seria a *ignorância de si*, até que o trabalho extenuante e as dívidas dessem cabo da errância sem fim.

..

utilização no texto não perdem seu valor explicativo. Agradeço a observação a Davi Avelino Leal, que com uma leitura bastante acurada apontou o equívoco.

 ³⁹ CUNHA, Euclides da. À margem da história: Euclides da Cunha. Op.Cit. p. 52,
 40 Idem, Ibdem, p.55.

Desse modo, o migrante é posicionado como trabalhador inconsciente, mas heroico, pois fazia, sem o saber, um trabalho de gigante, sob as penas de sua decisão infundada e irrefletida de migrar. Esses arrazoados foram tomados como referência para a confecção de várias outras obras que perpassaram o tema dos deslocamentos ao território amazônico. Α ideia do trabalhador robusto. mas inconsciente, que seguia seus caminhos sem reflexão, sem atentar aos problemas, foi um dos moldes largamente atribuídos à representação dos migrantes. Os cearenses foram utilizados como tipo, mesmo caracterizando uma imensa e heterogênea parcela de pessoas que empreendiam a travessia. A lida com essa dedução teve sua raiz no consenso entre os autores no que se refere à origem do maior grupo de migrantes, conformado por cearenses, que teriam sido expatriados de suas terras pelas secas, fracos e incapazes de interferir em seus destinos, mas que ao adentrarem na calha do gigantesco amazonas passavam a impor-se diante dos desafios com a tenacidade de verdadeiros heróis. Essas referências podem ser analisadas em riqueza de detalhes na obra de Craveiro Costa, que também contribuiu com a sedimentação dessas representações.

> Assim, acossados da terra natal pela inclemência do sol, penetraram ousadamente a mata opressora em cujo seio úmido a morte imperava. E subiram os rios amplos cujas margens dominava o selvagem, que se precavia, se amoitava, nas sebes e no cimo das árvores, de tocaia, à espreita do invasor para feri-lo mortalmente; e transpuseram os saltos perigosos das correntes encachoeiradas, realizando a audácia dos primeiros avanços através desses precipícios vertiginosos; iniciaram a entrada pelos igarapés torcicolantes, mata adentro, buscando as nascentes no perlongamento dos meandros traiçoeiros, à cata da seringueira... E, no verdor eterno da floresta virgem, disputando ao índio a terra e a água e ao clima inóspito a própria vida, escondiam as saudades torturantes das campinas natais, afogavam a nostalgia intensa que os devastava, dos lares ermos da sua solicitude. Mas a terra deflorada pelo cearense heróico, que excedeu em pertinácia e arrojo ao bandeirante, a floresta que ele feria, abrindo caminho para frente, lançando a semente da abundância ao redor das primeiras

habitações, restituía dadivosa, com prodigalidade infinita, aquelas rudes canseiras incessantes... 41

O jogo de imagens se movimenta com a travessia, pois na terra natal os migrantes são percebidos como *acossados pela inclemência do sol*, e nos rios e matas amazônicos, como audaciosos, corajosos, guerreiros. Essa ambígua transformação está fortemente presente no texto de Craveiro Costa⁴², alagoano radicado no Acre, que publicou em 1924 a primeira edição de *A conquista do deserto ocidental*, originalmente impressa com o título *O fim da epopeia*.

É interessante não perder de vista a escolha desses títulos, tendo como ideias chave as palavras *epopeia* e *conquista*, que traduzem o raciocínio do autor quanto ao destino dos migrantes cearenses pela floresta. A primeira ideia advém do gênero narrativo ligado às grandezas da aventura, dos perigos enfrentados em busca de tesouros e mistérios, e a segunda antecipa ao leitor o *sucesso* dos participantes da incursão, que, no entender do autor, alcançaram seus objetivos. O território amazônico teria sido tomado de assalto pelos cearenses, numa *epopeia de conquista*, que audaciosos e cheios de coragem, quiçá até ultrapassando os *lendários bandeirantes*, chegaram aos mais distantes rios, desafiaram os mais poderosos indígenas, em busca dos afamados dividendos das seringueiras. A floresta, guardiã das ricas árvores, não passava nesse contexto de um deserto, que deveria ser fecundado pela força desses homens.

Todavia, embora exista a construção da faceta heroica, toda a articulação do cenário, no qual o migrante é o protagonista, tem uma base que se inicia de maneira muito distante das representações de força e coragem apresentadas acima. No começo da epopeia o

⁴¹ COSTA, Craveiro. *A conquista do Deserto Ocidental*. Rio Branco: Fundação Cultural do Estado do Acre, 1998, p.37.

⁴² Membro do Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas, onde possui vasta obra. Participou no Acre da criação do primeiro jornal a circular na cidade de Cruzeiro do Sul em 1906, foi ainda Inspetor da mesa regional e exerceu a presidência do Conselho Municipal da capital do extinto Departamento do Alto Juruá de 1912 a 1915.

personagem heroico não tem as mesmas características, ou seja, no início de sua travessia o cearense é lido como um miserável, vitimado pelas secas, andejo que mal pode com o próprio peso, esquelético, embrutecido pela fome, tendo sido expulso de sua terra quase morto, tangido pela estiagem. Seguindo esse raciocínio, ao chegarem aos portos amazônicos a sorte dessas pessoas não mudava, pois nos primeiros contatos ainda não são cobertos de honrarias, mas jogados nas embarcações como parte das mercadorias, destinando-se aos altos rios e suas florestas cheias de látex.

Levas numerosas de flagelados aportavam a Belém e Manaus com os organismos cambalidos pela fome, e eram logo recrutadas pelo comércio e metidos no bojo das gaiolas, para a longa e torturante jornada da qual muitos nunca mais voltavam a ver as serras natais, mortos nos barrancos ao abandono da mais elementar assistência, pelas endemias reinantes e peculiares às regiões desertas e úmidas (...) Os comerciantes largavam esses homens seminus e esqueléticos aqui e ali, a margem dos rios navegáveis, com grande cópia de mantimentos, armas e munições, à mercê dos fardos incertos, à fabricação da borracha já então ardentemente procurada pelas novas indústrias que surgiam na Europa. 43

É visível uma mudança na faceta dos migrantes, que iniciam a empreitada "seminus e esqueléticos", e depois são alçados a pedestais de deidade, vestindo-se com a indumentária de conquistadores audazes. De esfaimados passam a figurar como ponta de lança da almejada exploração das matas, lutando contra as asperezas da floresta, objetivando conquistá-la, subjugá-la. Pode-se perceber que essas duas referências subsistem, atribuindo significados a figura dos migrantes, mesmo apresentando representações dispares.

A construção dessa noção não é uma particularidade da obra do membro do Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas, Craveiro Costa, levando em conta a repetição desse tipo de dedução em outros autores, que caminham por um percurso parecido.

Samuel Benchimol, importante intelectual amazonense, também

⁴³ Idem, Ibidem, p.36.

não deixou de salientar que "a superioridade do imigrante cearense é flagrante. Quando se fala com ele sente-se estar na presença de algo estranho e inacreditável em sua personalidade de homem livre." 44. Mais uma vez, a alusão é feita através de um tom elogioso, o cearense é tido como *ideal* de trabalhador, destacando-se ante todos os outros os migrantes em sua personalidade, pois fareja riqueza e aventura, com *apetite de seringa*, que o tornaria *superior*.

É importante destacar que o autor possui um amplo e rico trabalho⁴⁵ sobre a problemática dos migrantes cearenses pelo Amazonas, entrevistando muitas dessas pessoas nos idos dos anos 1940. Essa época fora caracterizada pela *Batalha da borracha*, quando havia uma propaganda aberta pelo governo Vargas, além de incentivo estatal, no sentido de possibilitar o deslocamento de trabalhadores para os seringais, em demanda da produção de látex destinada aos países aliados.

Referindo-se não só ao contexto da guerra, mas a toda a *aventura* das travessias, Benchimol evidenciava que todas as facetas do deslocamento de migrantes desde o século XIX tiveram razão através de dois caminhos, sendo ora "tangidos pela seca – imigração por fome -, ora simplesmente atraídos pelo apetite de seringa – imigração por cobiça, fortuna e aventura, ou simultaneamente por ambos." ⁴⁶ Percebe-se de maneira clara que a enumeração de motivos elencados não é muito variada, apesar da grande quantidade de indícios deixados pelos migrantes nas entrevistas colhidas pelo autor, que apontam uma pluralidade de razões, que embora analisadas e discutidas no texto, são resumidas e amarradas aos fatores climáticos e/ou econômicos. A trajetória de todo um contingente de migrantes

⁴⁴ BENCHIMOL, Samuel. *Amazônia*: um pouco – antes e além depois. Manaus: Ed. Umberto Calderaro, 1977,p.180.

⁴⁵ Esse trabalho serviu inicialmente para dar base ao trabalho intitulado "Cearense na Amazônia – um inquérito antropogeográfico sobre um tipo de imigrante", publicado em ocasião do X Congresso Brasileiro de Geografia, em 1944 no Rio de Janeiro.

⁴⁶ BENCHIMOL, Samuel. *Amazônia*: um pouco – antes e além depois. OP. Cit.,p.153.

"que geralmente procediam das zonas agrestes e sertões do Ceará, Paraíba, Pernambuco e Rio Grande do Norte" são resguardadas numa caracterização ambígua, como *duplamente famintos*. Nesse caso a iminência da morte por inanição estava a par da busca pela riqueza do látex

Interessante notar que Benchimol utilizou como metodologia de seu trabalho um "inquérito antropogeográfico", buscando através de suas questões voltadas aos migrantes esclarecer as *razões* do deslocamento de todas aquelas pessoas, no fito de entender quais os principais motivos que as impeliam. No conteúdo das falas dos homens e mulheres entrevistados salta aos olhos com agudeza o lastro de experiências de deslocamento, podendo ser visualizada a grande importância da ancestralidade do fluxo, assim como das redes de sociabilidade. "Assim é que alguns dos imigrantes vinham para repetir a façanha de um tio, de um irmão, do próprio pai" Um caminho ainda hoje pouquíssimo evidenciado, salvo raras exceções, no que trata a análise de migrações de cearenses.

Além disso, são colocados em evidencia a força dos *boatos* sobre o Amazonas, notícias espalhadas sobre as possibilidades de melhoria na floresta. Como foi para Severino Barbosa, de Santa Rita, Paraíba:

"Vim por causa dos boatos. Diziam que o Amazonas era a nossa salvação, e eu estava com vontade de conhecer também. (...) Quase não havia seca. Eu era pedreiro e pintor e ganhava bem, embora o trabalho não fosse constante". 49

Caso semelhante ao de Alfredo Constantino, cearense do Crato, que afirmou: "(...) nunca tinha me passado pela cabeça vir para o Amazonas. Vim por influência. Eu era agricultor e trabalhava no sítio com minha família. Parece que o diabo me tentou". Continuando sua

⁴⁷ Idem, Ibidem, p.153.

⁴⁸ Idem, Ibidem, p. 197.

⁴⁹ Idem, Ibidem, p. 266.

fala o migrante aponta o foco de onde foram apreendidas as notícias que o impeliram a migrar: "Começou a correr os boatos, que os jornais espalhavam que no Amazonas precisava-se de agricultores, que todos nós iríamos ter terras e auxílio do governo para plantar." 50

São ao todo 56 entrevistas publicadas no texto de Benchimol, que ao serem analisadas divergem grandemente da conclusão do autor, que explica o fluxo migratório através da dupla seca/cobiça. Esse raciocínio ainda tem peso na historiografia, corroborando com a constituição de um olhar reducionista voltado ao tema, onde são levados em consideração um par de fatores, como determinantes.

Similar a Craveiro Costa, Benchimol armou seu esquema explicativo baseado nas modificações das facetas dos sujeitos durante a travessia, mas diferente do autor alagoano (que afirma a mudança de perspectiva durante o percurso, de esfaimado à audacioso conquistador), para Benchimol havia a possibilidade da união das duas características na figura do migrante, que ao mesmo tempo estaria fugindo da seca e ambicionando fortuna.

Um ponto de divergência entre os dois autores diz respeito a atitudes e indumentárias representativas de seus *heróis*, pois um refere-se ao cearense como um novo bandeirante, desafiando todos os problemas em nome da conquista do deserto, da aventura, e o segundo fala do migrante como um caçador de fortuna, com apetite de acumulação financeira, que viria através do látex. Apesar das distinções entre Costa e Benchimol o cerne de suas reflexões incide sobre uma elaboração discursiva similar, construída com base numa referência homogeneizante das migrações, chegando a eleger *razões* singulares para a travessia e perfis gerais dos migrantes.

Outro autor que se aproxima desse teor argumentativo é Arthur Cezar Ferreira Reis, que publicou sua primeira obra em 1931, chamada *História do Amazonas*. O livro é dividido de acordo com temporalidades políticas, esboçando uma tentativa de abarcar todos os acontecimentos dignos de nota do estado natal do autor, desde o

⁵⁰ Idem, Ibidem, p. 267-268.

período colonial até os primeiros governos da república velha. Ao falar sobre a migração cearense, Arthur Reis elabora uma trama também cheia de lances de heroísmo, afirmando que apesar de todos os problemas "esses cearenses, contratados pelos pioneiros, não recuaram a um embaraço, (...) O nordestino em páginas de heroísmo, bandeirante, sertanista do século XIX, devassou o vale ocupando-o sem desfalecimentos" 51

Apequena-se no texto o teor problemático do trabalho nos seringais amazônicos em nome da faceta heróica das travessias, além dos demais problemas vividos no processo de reterritorialização dos migrantes, que figuram como aspectos acessórios, amesquinhados diante da empresa conquistadora. O importante era avançar heroicamente, incorporando novas fronteiras ao território brasileiro.

Esse tipo de raciocínio caracteriza grandemente a obra do autor, não só em relação aos cearenses, mas a todas as cruzadas de exploração e conquista, seja no apresamento dos índios e correrias visando trabalho compulsório, 0 seja no caso dos formatos degradantes do sistema de aviamento, considerados percalços necessários à obra maior da civilização que estava em curso.

A análise do trabalho dos *pioneiros* que chegaram ao território amazônico é arraigado nos escritos de Arthur Reis, como na obra *O seringal e o seringueiro*, de 1953, publicada pelo Ministério da Agricultura do governo Vargas. O livro busca descrever o sistema e o ambiente de trabalho dos seringais, contemplando as técnicas e manuseio dos instrumentos da faina, as áreas de maior concentração das *heveas*, além de indicar um histórico do avanço dos exploradores em direção aos altos rios. Esse último ponto é tratado com especial atenção pelo autor, que considera o avanço das explorações uma "expansão sensacional, mas desordenada", configurando uma "outra etapa do deslocamento da fronteira, quando os seringueiros penetraram no território dos altos rios Purus-Acre e Juruá, que

⁵¹ REIS, Arthur César Ferreira. *História do Amazonas*. Belo Horizonte, Itatiaia, 1953, p.220-221.

desbravaram e transformaram em áreas utilizadas pela ocupação e pela exploração econômica." Arthur Reis acompanha em sua narrativa muitos desses pioneiros em suas travessias rumo ao oeste amazônico, inclusive fazendo alusão as investidas de um deles, João Gabriel de Carvalho e Melo, que retorna ao Ceará em busca de trabalhadores.

Em outubro de 1869 chegou a primeira leva de cearenses. Era de cinquenta homens. Dirigia-a João Gabriel de Carvalho e Melo, pioneiro, ousado, heróico, que se fixara no baixo Purus, para onde levou os nordestinos, trazidos da Serra de Uruburetama.⁵³

Esse é um registro da primeira incursão do cearense à terra natal, depois de longos anos vivendo no território amazônico. João Gabriel fora como representante do sistema de aviamento em busca de trabalhadores. Essa incursão do migrante é tratada como digna de nota não só na obra de Arthur Reis, mas também em Craveiro Costa e Samuel Benchimol, que igualmente falam da trajetória do heroico João Gabriel. A figura do cearense aglutina os valores exemplares do pioneiro, que se tornam extensivos a todos os migrantes em suas peripécias pela floresta, que passam a comungar das mesmas características. mesmo diante da heterogeneidade suas experiências.

Arthur Reis faz alusão às movimentações de João Gabriel não falando somente do ano de 1869, pois acompanha sua trajetória desde 1857, quando afirma que o cearense encaminhou "quarenta famílias do Maranhão e do Ceará, estas tangidas pela seca de 1845, estabeleceu-se perto da foz do Purus, no Itapá, de onde se deslocou, em 1862, para o Berurí, e para o Tauariá, entre o igarapé Mapixí e a ilha Purupuru-carneira." O autor mapeia os deslocamentos do agente pelo território amazônico no sentido de visualizar as etapas de avanço sobre o rio Purus, assim como para perceber o desenrolar do fluxo

⁵² Idem, Ibidem, p.51.

⁵³ REIS, Arthur César Ferreira. *O seringal e o seringueiro*. Rio de Janeiro: Ministério da Agricultura, 1953, p. 31.

⁵⁴ Idem, Ibidem, p.32.

migratório de cearenses, no qual João Gabriel é situado como pioneiro.

Ao ler todas as referências organizadas por Arthur Reis sobre o assunto é significativo um episódio em particular, que se refere a outras duas incursões do cearense a sua terra natal. Essas movimentações foram vivenciadas nos anos de 1877 e 1878, períodos de agudas dificuldades decorrentes da problemática da seca na Província do Ceará. Nessas ocasiões, as migrações em direção ao território amazônico foram grandemente acentuadas, não passando despercebidas pelo autor, que avalia a influência da estiagem nos deslocamentos, considerando-a decisivas, "forçando a retirada de milhares de indivíduos (...) um verdadeiro inferno."55

Um aspecto digno de nota nos arrazoados de Arthur Reis são as listas de passageiros das duas viagens (arroladas em seu texto), infelizmente sem nenhuma indicação de fonte. O destino dessas pessoas, que fizeram parte da tripulação do vapor Anajaz (1877) e do vapor Tapajóz (1878), foi a boca do rio Aquiry, atualmente Acre, onde se estabeleceu e sedimentou-se uma povoação que perdura até hoje, o município de Boca do Acre/AM. A expedição do Anajaz foi a segunda vinda do Ceará sob a responsabilidade de João Gabriel. É perceptível que o cearense subia progressivamente o rio em suas idas e vindas, desde a sua desembocadura até as proximidades das áreas limítrofes com outras nações, indício da devassa feita em busca de cada vez maiores fontes de produtos das matas, possíveis graças ao número crescente de migrantes presentes nesse processo. Mais uma vez, João Gabriel é posicionado no texto no rol dos heróis da floresta, responsável pela abertura de novas frentes para a exploração, além de ser um sujeito comprometido com a entrada de trabalhadores, considerados tão necessários ao desenvolvimento da província.

Carvalho e Melo, com uma nova leva de dezesseis cearenses de Uruburetama à cata de aventuras, ardendo por outras situações onde abundasse o leite tentador da hévea, foi o iniciador dessa ocupação.

⁵⁵ Idem, Ibidem, p.34.

Aviado da firma paraense "Elias J. Nunes da Silva", Carvalho e Melo, viajando no "Anajaz", do comando do piloto Simplício Gonçalvez, chegou a 3 de Abril de 1877 á boca do Aquirí, onde deu desembarque, lugar chamado Anajaz, pouco acima da bôca do Acre, à margem direita do alto Purus. Seus companheiros eram: Francisco Inácio Pinto, Alexandre de Oliveira Lima, Francisco Chagas Souza, José Joaquim de Matos, Manoel Paes D'ávila, Quirino José Uchoa, Antonio Pereira de Santana, Manoel Tombador, José Francisco Catuaba, Manoel Nobre, Francisco Xavier Barbosa, Ricardo Pompeu, Ricardo Carneiro, Antonio Clemente, João Terço de Graciano de tal. No ano seguinte, em fevereiro, Carvalho e Melo trazia, no vapor "Tapajoz", outro grupo de doze emigrantes que se foram distribuindo, como os anteriores, pelas margens do Aquirí e do alto Purus. Chamavam-se: José Duarte de Negreiros e seus filhos José e Vicente Duarte, Francisco Seleiro, Alexandre de Melo, Antonio Severiano, Joaquim Raimundo, Joaquim Francisco, Benedito Pereira de Matos, Francisco Pinheiro Bastos e os irmãos Antonio e Adelino Catunda. 56

A aventura de João Gabriel é situada como o marco inicial da conquista do território que atualmente corresponde ao estado do Acre. Esse caso é ilustrativo tendo em vista o período de estiagem, outro marco considerado por muitos o pontapé inicial do fluxo migratório. O peso dessa argumentação recai principalmente sobre a primeira expedição, a do Anajaz, largamente registrada não só como representante do pioneirismo no Acre, estendendo-se, pois, como exemplo para todo o território amazônico.

Essa dedução erige um duplo problema, reforçando a seca de 1877-1879 como razão das migrações (ou até mesmo como ocasião gênese), e atribuindo aos integrantes da expedição, nomeadamente para João Gabriel, que estava "à cata de aventuras, ardendo por outras situações onde abundasse o leite tentador da hévea", um rótulo heroico, situado fora do contexto problemático de *fronteira*. Ou melhor, a situação fronteiriça é considerada, nessa argumentação, um dos componentes que valorizam ainda mais os tripulantes da embarcação, entrando em evidencia a *vitória sobre as dificuldades*, que são amesquinhadas diante da força dos cearenses do Anajaz.

⁵⁶ Idem, Ibidem, p.33-34.

É interessante perceber que ao vestir os cearenses como heróis são silenciados os problemas motivadores das migrações. Essa dedução indica que ao vencer a distancia, enfrentar a fronteira, tendo sido expulsos pelas secas *fora de si* e em miséria, essas pessoas chegariam à floresta tomando ímpetos de aventureiros, em combates diários nos longínquos seringais, divorciando-se assim de sua condição de trabalhador pobre, e cobrindo-se da aura dos "grandes feitos". De uma ponta a outra dessas representações existe uma estruturação narrativa que remete a *migrantes desumanizados*, ou seja, transformados em vítima sem vontade, ou em heróis, cujos ímpetos encobrem a problemática social na qual estavam inseridos.

Por isso é importante não perder de vista reflexões sobre as facetas da memória, a construção de marcos históricos, a elaboração de tipos migrantes (vítimas, heróis...), a visibilidade dos mundos do trabalho na floresta, pensando fatores criticamente. esses vislumbrando caminhos OS que levaram a construção dessas representações, considerando ainda o peso da participação dos migrantes na empreitada. Algumas dessas dinâmicas foram aqui evidenciadas, levando em conta um compromisso de situar travessias de trabalhadores migrantes cearenses (analisando tessitura) e seus desdobramentos no mundo amazônico historicamente.

Referências

BENCHIMOL, Samuel. *Amazônia*: um pouco – antes e além depois. Manaus: Ed. Umberto Calderaro, 1977.

BULCÃO, Soares. Arraial — Villa de São João da Uruburetama: justificação da mudança de nome. In: *Revista do Instituto Histórico Geográfico e Antropológico do Ceará*. Fortaleza: [s.n], 1931.

- _____. O Comendador João Gabriel. In: Revista do Instituto Histórico Geográfico e Antropológico do Ceará. Fortaleza: [s.n], 1932.
- _____. O Comendador João Gabriel: retificações do artigo de 1932. In: Revista do Instituto Histórico Geográfico e Antropológico do

- Ceará. Fortaleza: [s.n], 1939. . Subsídio para a História do Departamento do Alto-Puruz. In: Revista do Instituto Histórico Geográfico e Antropológico do Ceará. Fortaleza: [s.n], 1940. CARVALHO, José. O matuto cearense e o caboclo do Pará. Fortaleza: Edições UFC, 1973. COSTA, Craveiro. A conquista do Deserto Ocidental. Rio Branco: Fundação Cultural do Estado do Acre, 1998. CUNHA, Euclides da. À margem da história: Euclides da Cunha.-São Paulo: Martins Fontes, 1999. (Coleções temas brasileiros.) _____. Canudos e outros temas. Brasília: Senado Federal, 2003. _____. O rio Purus. Rio de Janeiro: SPVEA,1960. _____. Um Paraíso Perdido: ensaios amazônicos. Brasília: Senado Federal, 2009. RANGEL, Alberto. Inferno Verde (Scenas e Scenários do Amazonas). Tours, Typographia Arrault & Ca, 1927 REIS, Arthur César Ferreira. A Amazônia e a cobica internacional. 3ed. Rio de Janeiro: Record. 1968. ____. A Amazônia que os portugueses revelaram. Rio de Janeiro: Serviço de Documentação do Ministério da Educação e Cultura, 1956. . História do Amazonas: súmula para professores. Manaus: Editora Valer, 2008. _____. O seringal e o seringueiro. Rio de Janeiro: Ministério da Agricultura, 1953.
- . História do Amazonas. Belo Horizonte, Itatiaia, 1953.
- SANTOS, Roberto Araújo de Oliveira. *História econômica da Amazônia*. 1800- 1920. São Paulo: Queiroz, 1980.
- SAYAD, Abdelmalek. *Imigração ou os Paradoxos da Alteridade*. São Paulo: EDUSP, 1998.
- WEINSTEIN, Bárbara. *A borracha na Amazônia*: expansão e decadência, 1850-1920. São Paulo: HUCITEC: Editora da Universidade de São Paulo, 1993.

Cassacos, Retirantes, Migrantes, Trabalhadores: memória e representações em torno trabalhadores das obras públicas durante as secas.

Lara de Castro*

migrante nacional da região conhecida atualmente por Nordeste aparece em literaturas, memórias, jornais quase sempre em meio a jornadas incríveis, fugindo da fome, sofrimento e morte, entretanto, sem saber ao certo onde vão aportar. Os sertanejos, que já eram associados aos aspectos do meio árido tido como adverso, imutável e hostil, com problemas sociais causados pelas estiagens, passavam a ser ainda mais lidos como seres desgovernados pelo instinto.

nordestinos. efeito, migrantes com frequentemente caracterizados em memórias e até na historiografia como animais que seguem um estímulo natural de arribar quando a natureza não permite a opção de permanecer e se adpatar. É como se a única escolha desses sujeitos diante das dificuldades fosse a migração. Contudo, entre as alternativas que eram desenhadas pelos trabalhadores pobres em tempos de secas também estava a lida nas frentes de trabalho. Nas secas da década de 1950, assim como em outros períodos, lavradores, vaqueiros, artesãos e donas de casa, sem conseguir garantir meios de sobrevivência, deixaram seus afazeres, seus animais, sua casa, sua rede, seus pertences, em busca de opções. Se disparar rumo ao norte amazônico ou partir para outros estados foram destinos dos migrantes daqueles anos, permanecer nos seus locais de origem, trilhando as rotas das obras públicas em busca de trabalho, também foi um importante meio de contornar as dificuldades.

Depois de conseguir uma disputada vaga nas frentes de serviços,

^{*} Doutora em História Social pela Universidade Federal da Bahia e professora do curso de história da Universidade Federal do Amapá.

os trabalhadores viviam num cotidiano de muita lida, em condições diferentes das habituais, fora dos nos secos, pouca comida, sujeitos a doenças e epidemias, para garantir a sobrevivência. Partícipes da política de Estado oficial que previa empregar pobres para justificar a assistência em períodos de estiagem, os retirantes foram protagonistas na produção de uma volumosa estrutura em todo Nordeste. Dentro delas, interviram amplamente com sua mão de obra operando em açudes, em estradas, em perfuração de poços, em instalação de canais de irrigação, redes de energia, postos de piscicultura, escolas, igrejas, entre outros.⁵⁷

Esses trabalhadores migrantes dos tempos de secas, que comumente eram adjetivados de "famintos", "esqueletos animados", "flagelados", "endemias andantes", entre outros, receberam na década de 1950 também outro apelido: *cassacos*. Por meio desse artigo fararse-á o esforço de compreender porque o retirante-operário era designado de cassaco e os possíveis desdobramentos dessa nomenclatura.

O cassaco é um animal conhecido no Interior do Nordeste como um bicho feio, fedorento e faminto. Assemelha-se a um grande rato e é conhecido especialmente pelo rastro de odor nauseante que é deixado pelos caminhos que percorre, causando uma impressão asquerosa. Fora isso, com constante necessidade de comer, espera as melhores oportunidades para caçar, perturbando e deixando os olhares dos donos de pequenas criações atentos. Fome, feiura e fedor estão entre as possíveis marcas que o bicho emprestou ao trabalhador pobre em épocas de secas. É importante lembrar que o termo cassaco é mencionado na literatura, na imprensa e na memória dos próprios trabalhadores, todavia a nomenclatura cassaco precisa ser criticada para que, antes de utilizá-la, as experiências desses trabalhadores, seus sentimentos, suas lutas, seus desejos, seus modos de vida, não sejam homogeneizados e diluídos num apelido.

⁵⁷ Minha pesquisa de doutoramento tem como objetivo entender a experiência operária dos retirantes nas obras públicas em tempos de secas (década de 1950).

Antes de tudo, deve-se mencionar que, desde o fim do século XIX, disseminou-se a reprodução de imagens que associavam o sertanejo aos aspectos do meio árido tido como adverso, imutável, hostil. Além do mais, o infortúnio provocado pelas estiagens era apontado como potencializador das desgraças, tornando degenerada a população do sertão nas secas. Nesse universo, o migrante daqueles tempos ora era tomado como vítima apática, ora era apontado como trabalhador heroico. De qualquer maneira, ele sempre aparece em literaturas, memórias e outras obras, em meio a jornadas incríveis, fugindo da fome, sofrimento e morte, mas sem ter a menor definição sobre os próprios sentidos. Um elemento que, assim como qualquer animal, obedece a um estímulo natural de migrar quando a natureza não permite a alternativa de permanecer e se adpatar.

O retirante aparece, por exemplo, na obra de Rodolfo Teófilo, como uma endemia andante, um errante desgraçado pela miséria da seca, um ser anestesiado pelo estado de extraordinária miséria orgânica. "Caravanas de retirantes", num "espetáculo contristador", comparadas a "esqueletos animados" que tinham a seca como reposta de todas as mazelas das suas vidas. A alternativa para contornar tais péssimas condições de existência, que, aliás, pareciam só existir nos momentos de estiagem, era unicamente a migração.⁵⁸

Os migrantes das secas também aparecem largamente nas produções de Euclides da Cunha. Para esse intelectual os "retirantes" que se deslocavam para Amazônia enfrentavam uma dura rotina de trabalho em nome de uma "campanha formidável". Eram os "amansadores de deserto" que, disciplinados pelas dificuldades outrora impostas pelo meio árido, carregavam a missão de desbravar

.

⁵⁸ THEÓFILO, Rodolpho. *História das secas 1877-1889*. Rio de Janeiro: Imprensa, 1922,pp. 97-98. Rodolfo Teófilo foi um farmacêutico e intelectual do fim do século XIX e início do século XX que deixou registradas várias ocorrências das secas e seus problemas, em obras literárias e científicas. A estiagem de 1877 é considerada pela historiografia como marco para a projeção da seca enquanto problema nacional. Da mesma forma, essa estiagem projetou, através da imprensa e de intelectuais, imagens sobre o retirante, solidificando uma memória em torno desses sujeitos que, às vezes, parece intransponível.

aquele espaço, realizando tal feito, contudo "sem o saberem", de forma natural, ingenuamente. Conforme Alexandre Cardoso, o "retirante" é tratado na obra de Euclides da Cunha como um "expatriado" da terra seca que se desloca sem refletir sobre o próprio gesto, fazendo "um trabalho de gigante, sob as penas de sua decisão infundada e irrefletida de migrar". Sendo assim, ao enveredar rumo ao duro trabalho na desconhecida região amazônica, os "caboclos titânicos" – assim nominados por Euclides da Cunha – passam de *vítimas* a obstinados e "verdadeiros *heróis*", um "trabalhador inconsciente, mas heroico".⁵⁹

O "retirante", portanto, fosse um "esqueleto animado", fosse um "caboclo titânico", sempre agia espasmodicamente, instintivamente, sem refletir sobre os próprios feitos. E, por conseguinte, a própria ideia que se constrói em torno do operário das secas está afinada a essas duas principais imagens. Esse trabalhador tanto é visto como a vítima fatal, já que enquanto "retirante" sofreu as intempéries impostas pelo meio, como também é visto como o "trabalhador heroico", pois, "caçando ganho" nas frentes de serviços, torna-se obreiro incansável, adaptando-se a qualquer serviço, nas estradas ou açudes, 61 como está presente na obra de Paulo Guerra.

O romance *Luzia-Homem* de Domingos Olímpio, que se passa num contexto de seca, tem como pano de fundo a construção de uma obra pública utilizando os braços de migrantes das secas. Essa

⁵⁹ CARDOSO, Antonio Alexandre Isidio. *Nem sina, Nem acaso*. Op. Cit., pp.169-170

As narrativas de Euclides da Cunha, nesse texto, é fruto de uma viagem que ele realizou, em 1905, como chefe da Comissão Brasileira de Reconhecimento do Alto-Purus, tecendo comentários sobre vários aspectos dos mundos do trabalho na floresta amazônica. Já conhecido pela obra *Os Sertões*, esse autor também tem grande influência nos escritos sobre a floresta, contribuindo de igual modo para as representações usuais sobre os migrantes cearenses.

⁶⁰ LAMARTINE DE FARIA. Oswaldo. Cassacos. In: *Tipos e aspectos do Brasil* – coletânea da Revista Brasileira de Geografia. IBGE – Conselho Nacional de Geografia. 8.ed. Rio de Janeiro: IBGE, 1966, p.104.

⁶¹ GUERRA, Paulo. *A civilização da seca*: Nordeste é uma história mal contada. Fortaleza: DNOCS, 1981, p.137.

literatura retrata estes num "instinto de conservação", deixando seu lar e chegando às cidades, "andrajosos, esquálidos, torpemente sórdidos", para mendigar "resíduos destinados a repasto de cães". Entretanto, ao conseguirem trabalho na construção, mesmo deslizando "em marcha de cobra, conduzindo materiais", ficam "insensíveis à fadiga, ao calor". Desse modo, como narra o escritor, uns permanecem ainda que uma "taciturnos". tenham em seu íntimo impotente"; outros ficam "resignados, como heróis". Aqui, portanto, um claro exemplo de obreiros das secas que congregam em seu bojo as adjetivações de vítima apática e trabalhador heroico. Antes de conseguir ocupação, os retirantes causavam até sordidez e podiam se alimentar inclusive com comidas destinadas a cães, quando passavam a obreiros nas secas, porém se comportavam como exemplares labutadores firmes diante do cansaço, todavia ficavam calados, com revolta impotente, ou aceitavam seus destinos como "heróis". 62

Essas feições, que tem como principal amparo a literatura e colocam o "retirante" no lugar da criatura que se movimenta passivamente, de forma "animada" e "ingênua", também contribuíram para o atrelamento desses migrantes a animais em diferentes escritos. Romances como *A Fome*, *Luzia-Homem*, *Os Cassacos*⁶³ (de Cordeiro de Andrade), *O Quinze*, *Aves de Arribação* e *Vidas Secas*, ⁶⁴ por exemplo, propagam uma concepção fatalista no qual a aridez do sertão

-

⁶²OLÍMPIO, Domingos. *Luzia-Homem*. 9.ed., São Paulo: Ática, 1983, pp.12, 38. Disponível em: http://www.bibvirt.futuro.usp.br. Acesso em: 11/7/2013. Esse romance trata de uma retirante que se empregou numa obra pública na seca, no fim do século XIX, o apelido Luzia-Homem dava-se porque poucas retirantes eram lotadas naquele serviço que, mesmo empregando famintos, exigia a força de um homem.

⁶³ ANDRADE, Cordeiro de. *Cassacos*. Rio de Janeiro: Andersen, 1934. Existem dois romances com o título Cassacos. *Cassacos* publicado, na década de 1930, por Cordeiro de Andrade e *Os Cassacos* publicado, em 1976, por Luciano Barreira, referindo-se à seca de 1958, então, utilizado de forma recorrente como fonte nesta pesquisa.

QUEIROZ, Rachel de. O Quinze. 52.ed. São Paulo: Siciliano,1993; RAMOS, Graciliano. Vidas Secas. 51. ed. São Paulo: Record, 1983; SALES, Antonio. Aves de Arribação. Rio de Janeiro: José Olympio. Fortaleza: Academia Cearense de Letras, 1979.

desgraça as criaturas, sendo a causa potencial dos males dos sertanejos. Além do mais, algumas dessas obras fazem comparações diretas de migrantes das secas com animais.

Um personagem de um diálogo presente no romance Luzia-Homem refere-se às retirantes que buscam água como "corja de porcas".65 Já Graciliano Ramos, no livro Vidas Secas, associa seus personagens em situações dramáticas a ratos, 66 urubus 67 e cachorros. 68 miséria com a estiagem fazia "todos" viverem "calados",69 expressando dor, sofrimento e expectativas por meio de "grunhidos" e onomatopeias. Fabiano e sua família vivenciavam um mundo conflituoso, uma situação tão alarmante que aparentemente era mais suportável aos animais. Essa alegoria feita por Graciliano Ramos não deseja ridicularizar, mas mostrar pela fala, pelo silêncio e pelos acontecimentos extremos como a situação da seca poderia limitar as possibilidades das condições de existência do indivíduo.

É interessante perceber que não é incomum associar o pobre da seca a bichos e todos os casos citados tratam de sujeitos que sentem no estômago a precisão de buscar sobrevivência. É como se a necessidade vital de alimentar-se, nesse caso a privação do próprio alimento, animalizasse o sujeito, fazendo-o buscar adaptar-se de diversas maneiras, numa bruta ação para garantir a vida. Isso também serve para a vinculação que ocorre entre o trabalhador das frentes das secas e o animal cassaco tão presente em diversas fontes utilizadas nesta pesquisa. Contudo, embora se possa afirmar que o nome cassaco é regularmente utilizado para apelidar os trabalhadores das secas da década de cinquenta do século XX, possivelmente essa nomenclatura é anterior a esse período.

Na verdade, não se sabe certamente quando essa terminologia

⁶⁵ OLÍMPIO, Domingos. Luzia-Homem, Op. Cit., p.7.

⁶⁶ RAMOS, Graciliano. Vidas Secas, Op.Cit., p. 134. "Ele, a mulher e o filho tinham-se habituado à camarinha escura, pareciam ratos".

⁶⁷ Ibidem, p. 51. "Fabiano andava banzeiro, pesado, direitinho um urubu".

⁶⁸ Ibidem, pp. 134 e 96. "Evidentemente os matutos como ele não passavam de cachorros"; "um des graçado, era como um cachorro, só recebia ossos".

⁶⁹ Ibidem, p. 11.

apareceu. O indício mais antigo encontrado é o do romance *Os Cassacos*, de Cordeiro de Andrade, ⁷⁰ publicado em 1934, que tem como cenário a cidade de Sobral (CE) durante a seca de 1919. Não obstante o livro conte a história de migrantes buscando garantir a sobrevivência frente a uma estiagem, ele não faz menção a estes sertanejos em obras públicas, o que leva a crer que, nesse momento, a relação do bicho cassaco foi feita com o retirante e não com o operário das secas.

De qualquer modo, sabe-se que, nas secas de 1915 e 1919, visto pesquisas realizadas anteriormente no mestrado, não foi encontrada nenhuma menção a nomenclatura cassaco fazendo alusão ao trabalhador das obras das secas. Nas fontes que Frederico Neves arrola para seus estudos sobre as estiagens das dezenas de 1930 e 1940, também não existe nenhuma menção à nomenclatura cassacos.⁷¹ Entretanto, na década de 1950, o termo cassaco passa a nomear o migrante que se emprega nas obras de emergência durante as secas. Depois disso, literaturas, livros, publicados, inclusive por engenheiros que participaram das obras, jornais, passam a utilizar largamente essa designação como sinônimo de trabalhador-migrante da seca.

O engenheiro Paulo Guerra, por exemplo, acredita que o termo cassaco é utilizado para alcunhar o trabalhador das frentes de emergência por conta do "cheiro desagradável", da miséria e do flagelo. E também porque o cassaco é um marsupial, espécie de animal com bolsa abdominal utilizada para carregar os filhotes, e os "mais autênticos flagelados" também chegavam aos alistamentos carregando consigo mulher e prole. Os mais pequeninos, inclusive,

Ordeiro de Andrade nasceu em Sobral (CE). em 1910. Fundou o jornal *O Debate* e, devido a polêmicas em torno das matérias publicadas nesse periódico, foi embora para o Rio de Janeiro. Escreveu o romance *Os Cassacos* longe de sua terra natal, publicando, em 1934. RAMOS, Vitória. Aspectos etnolinguísticos no romance *Cassacos* de Cordeiro de Andrade. *Anais do XV Congresso Nacional de Linguística e Filologia*. Cadernos do CNLF, vol. XV, nº 5, T. 1. Rio de Janeiro: CIFEFIL, 2011, p. 324. Disponível em: http://www.filologia.org.br/xv cnlf/tomo-1/29.pdf>. Acesso em: 27/7/2013.

⁷¹ NEVES, Frederico de Castro. *A Multidão e a História*, Op. Cit.

muitas vezes eram "carregados em lençóis a tiracolo, formando redes minúsculas", parecidas as naturais bolsas ventrais do bicho cassaco.⁷² Os trabalhadores que se identificam como cassacos, na entrevista, atribuem o uso do apelido ao cheiro, mas também ao trabalho de cavar a terra.

Em síntese, a aproximação pejorativa do trabalhador das frentes a um animal se deu em decorrência da roupagem de um faminto que saía do seu lugar habitual de existência e ia viver na rota das obras públicas, morando geralmente em casebres sem higiene, às vezes, já carregando a filharada e esposa, mas, às vezes, apartado do convívio de seus familiares. O olhar que o observava era de caridade, mas também de medo e repugnância, já que o operário das secas era tido como mal cheiroso e maltrapilho, um miserável egresso de um mundo problemático, agora descortinado pela seca, que saía para buscar alimento, quem sabe por meio do saque, tornou-se um estorvo social. Para a sociedade, animalizou-se e precisaria voltar a ser gente, algo que poderia ser alcançado, sobretudo, por meio do suprimento alimentar dado pelo justo trabalho.

O meio árido, a seca e a fome faziam parte de uma equação que, para muitos, sintetizava qualquer movimento que os pobres das secas faziam frente aos seus problemas, fosse uma ação associada ao atraso, a resignação, a insensibilidade e até a violência. A propósito, as menções literárias citadas anteriormente guardam como elemento comum a fome, fazendo crer que a escassez de comida atiçava os impulsos mais animalescos dos indivíduos, colocando-os no mesmo nível de sobrevivência puramente instintivo de um bicho. A necessidade primordial de alimento fez com que insistentemente os conflitos que envolviam o fator fome fossem vistos como mecânicos e espasmódicos. Assim, os trabalhadores em tempos de estiagem na rota das obras públicas, em busca de soluções para seus problemas, eram tidos como sujeitos apáticos, sem dimensão dos próprios movimentos, enlouquecidos pela fome e, por isso, desorientados e descontrolados,

⁷²GUERRA, Paulo de Brito. Flashes das secas, Op. Cit., p.3.

portanto suas ações também eram lidas como não pertencendo ao universo humano (em oposição aos reflexos básicos naturais e animalescos), inclusive das ações políticas convencionais e articuladas.

A fome é um elemento utilizado para rotular as ações dos retirantes, mas outras características também são empregadas para qualificar essas atuações. To be início, é bom lembrar como as ações dos trabalhadores rurais não institucionalizadas — a exemplo das provocadas por trabalhadores em tempos de secas — eram vistas como secundárias no rol de movimentos necessários a uma transformação social coletiva. Recebendo influências, com efeito, de estudos clássicos sobre os movimentos sociais que costumavam negligenciar esse tema, conforme Frederico Neves, centrando suas "análises no sindicalismo rural ou em outras formas de organização", Para não esquecer do cangaceirismo e messianismo.

Os trabalhadores do campo não eram considerados como agentes de primeira linha para a consolidação de uma desejada atitude política, pois suas ações seriam determinadas do "exterior", pelas relações "econômicas e sociais", por isso, precisariam de um agente externo para desafiar "o poder que os oprimia". Fora isso, agitações rurais só eram avaliadas como movimentos sociais no momento em que eram metodizadas, institucionalizadas, aproximadas aos modelos de manifestações urbanas. Desses problemas surge a compreensão

-

Num plano mais geral das ações dos pobres, apoio-me em Thompson, Hobsbawm e George Rudé para entender esses problemas. Num plano mais local, Frederico de Castro Neves é um dos principais nomes que estudam os movimentos sociais e os retirantes, discutindo saques aos comércios e órgãos públicos. THOMPSON, E. P. Costumes em comum. São Paulo: Companhia das Letras, 1998; HOBSBAWM. Eric J. Deveriam os pobres se organizar? In: Mundos do trabalho. São Paulo: Paz e Terra, 2008; RUDÉ, George. A Multidão na História: estudo dos movimentos populares na França e na Inglaterra, 1730-1848. Rio de Janeiro: Campus, 1991; NEVES, Frederico de Castro. Economia Moral versus Moral Econômica: o que é economicamente correto para os pobres? Projeto História. São Paulo: Educ, nº 16, p. 39-57, 1998; NEVES, Frederico de Castro. A Multidão e a História: saques e outras ações de massas no Ceará. Op.Cit.

geral sobre as ações dos trabalhadores em tempos de secas como ou um "pedido de socorro", provocado pela possibilidade de morte, ou um "um grito" de um grupo "sem forças suficientes" diante do "poder dominante", portanto ações "atrasadas", "primitivas", "pré-políticas", "instintivas" "espasmódicas".⁷⁵

Essa noção homogênea de camponeses como atrasados e desorganizados pode receber influência de uma leitura simplista da obra de 18 de Brumário de Marx:

Os pequenos camponeses constituem uma imensa massa, cujos membros vivem em condições semelhantes, mas sem estabelecerem relações multiformes entre si. Seu modo de produção os isola uns dos outros, em vez de criar entre eles um intercâmbio mútuo. [...] Seu campo de produção, a pequena propriedade, não permite qualquer divisão do trabalho para o cultivo, nenhuma aplicação de métodos científicos e, portanto, nenhuma diversidade de desenvolvimento, nenhuma variedade de talento, nenhuma riqueza de relações sociais(...) Cada família camponesa é quase auto-suficiente; ela própria produz inteiramente a maior parte do que consome, adquirindo assim os meios de subsistência mais através de trocas com a natureza do que do intercâmbio com a sociedade. Uma pequena propriedade, um camponês e sua família; ao lado deles outra pequena propriedade, outro camponês e sua família. Algumas dezenas delas constituem uma aldeia, e algumas dezenas de aldeias constituem um departamento. A grande massa da nação francesa é assim, formada pela adição de grandezas homólogas, da mesma maneira por que batatas em um saco constituem um saco de batatas).⁷⁶

A preocupação em apontar essa clássica e controversa citação de Marx é porque curiosamente ela traz uma série de adjetivações que, por algum tempo, recaíram sobre os migrantes das secas. Dentro dessa lógica, qualificações como "imensa massa", sem comunicação entre si, "sem riqueza de relações sociais", sem identidade de classe e interesses em comum são associadas a essas ocorrências. Contudo, os trabalhadores rurais do semiárido nordestino, que se retiravam de seus

⁷⁵Ibidem, p.19.

⁷⁶MARX, Karl. O 18 Brumário de Luís Bonaparte. In: *Manuscritos econômico-filosóficos e outros textos escolhidos*. São Paulo: Abril Cultural, 1974. 413p. (Os Pensadores, XXXV). Trad. José Carlos Bruni, pp. 402-403.

lugares, não podem ser vistos como "imensa massa". As diversidades das suas origens, dos seus modos de trabalho, das suas rezas e festas, a força de sua comunidade, enfim, a variedade dos seus costumes, já desmistifica essa condição. Como é demonstrado nesse capítulo, seus conflitos e seu cotidiano evidenciam tal "riqueza de relações sociais" e mostram que existiam interesses que os uniam em variados momentos, que, de certa forma, revelavam uma comunhão e uma coletividade na busca pela melhoria de condições de existência em nome da assistência aos pobres em tempos de secas.⁷⁷

Conforme Vinícius de Rezende, sociólogos nos anos 1960 estudaram a formação da classe proletária no Brasil interpretando a origem rural de grande parte dos operários como uma "mácula" que ausências na composição da classe importantes trabalhadores nacional. 'Falta de consciência de classe e de ações coletivas, baixa participação sindical, altas taxas de instabilidade e profissional, fascínio mobilidade frente grandes indústrias, às conformismo submissão"; estas formulações e seguramente impactavam as ações de trabalhadores migrantes pobres do Brasil interiorano.⁷⁸

Do mesmo modo, as atuações dos migrantes das secas sempre foram de difícil interpretação por não se encaixarem num certo "padrão político" de organização. Frederico Neves, em seu estudo sobre pobreza, seca e política, inspira a entender porque as ações dos

.

⁷⁷ Frederico de Castro Neves alega que "por todo o século XIX as obrigações dos proprietários de terras no âmbito da relação de reciprocidade desigual – submissão versus proteção – foi se tornando um encargo cada vez maior", o que dificultou a proteção dada aos retirantes em tempos de crise com a concessão de terras férteis e outros. Dessa forma, o Estado assumiu o dever de amparar os retirantes em tempos de estiagens, quando passou a socorrer os retirantes. Isso foi tornando-se costume no século XX.

⁷⁸ Segundo Rezende, dentre os principais intérpretes dessa linha estão: CARDOSO, Fernando Henrique. *Proletariado no Brasil*: situação e comportamento social. Revista Brasiliense, n. 41, p. 98-122, 1962; LOPES, Juarez Rubens Brandão. *Sociedade Industrial no Brasil*. São Paulo: DIFEL, 1964; RODRIGUES, Leôncio Martins. *Conflito industrial e sindicalismo no Brasil*. São Paulo: DIFEL, 1966; REZENDE, Vinícius Donizete de. *Tempo, trabalho e conflito social no complexo coureiro-calçadista de Franca-SP (1950-1980)*. Op. Cit., p. 173.

"retirantes" não são vistas como políticas — dessa forma, ignoradas em muitos estudos — segundo pressupostos os mais usuais e aceitos.⁷⁹ Primeiro, as ações ditas políticas são as conduzidas ao encontro ou de encontro ao Estado. Segundo, as demandas devem partir obedecendo às hierarquias institucionais — entidades, associações, organizações de classe, sindicatos, partidos. Terceiro, deve haver uma liderança, uma distinção entre os que conduzem e os que executam. Quarto, deve existir um planejamento das ações com objetivos predefinidos e fins traçados. Grosso modo, acredita-se que o nível de "politização" das ações, baseada nas características acima, pode definir sua eficácia e por isso as lutas dos trabalhadores das obras durante as secas são vistas muitas vezes como apolíticas.

Realmente, em geral, nestes movimentos, não existe uma percepção clara de instituições e lideranças que os dirigem, por isso, tratando-se de atuações coletivas, elas podem ser confundidas com turbas. Ademais, não há articulação metódica e prévia de objetivos nem fins traçados. Até porque, como é bem lembrado por James Scott, "o objetivo, afinal, da grande expressão da resistência camponesa não é diretamente derrubar ou transformar o sistema de dominação, mas antes sobreviver". ⁸⁰

Dessa forma, designações como retirante, flagelado e "cassaco" podem condensar uma ampla variedade de trabalhadores das frentes de serviços, desde agricultores idosos até donas de casas viúvas, desconsiderando suas particularidades. Na busca por sobrevivência, a seca e a fome podem ser lidas como a síntese da existência social do sertanejo, reduzindo-os a "esqueletos animados", numa realidade aleatória. A historiaografia, em acréscimo, mesmo as vezes o considendo como "trabalhador heróico", durante muito contribuiu para o reforço de tal estigma, reservando ao migrante nortista o espaço da vitimazação e da apatia, fosse

⁷⁹ Ler: NEVES, F. C. Seca, Pobreza e Política: o que é politicamente correto para os pobres? Op. Cit.

⁸⁰ SCOTT, J. Formas cotidianas da resistência camponesa. Trad. MENESES, M.A. e GUERRA, L. In. *Raízes*, Campina Grande, vol. (21) N° (1), p 10-31, 2002.

representações construídas, fosse pelo estabelecimento de marcos historiográficos instransponíveis, fosse pelo, as vezes proposital engessamento que separa os migrantes nacionais dos europeus — e seu suposto lugar privilegiado, da agência e da força motora da modernização.

O que ocorreu nas estiagens da década de 1950, ao contrário, evidencia que os retirantes, em direção aos núcleos urbanos acabavam por modificar os cenários das ruas, das repartições públicas, por meio de saques e outros movimentos, como já demostrou Neves em suas pesquisas. Longe de menosprezar a participação do Estado e seus agentes, enquanto esfera de poder, gestor público e administrador, como tenho mostrado em meus estudos, nas frentes de serviços, os pobres também construíam alternativas frente aos problemas sociais da seca, não apenas por meio de ações coletivas, mas acionando arranjos cotidianos, individuais ou em grupo. amplamente operários do universo do trabalho das frentes públicas de emergência sobreviver, entretanto, nem sempre lutavam diuturnamente para escapavam da fome, das doenças e da morte.

Referências

ALMEIDA, Beto. O século do DNOCS. *Revista Conviver Nordeste Semiárido*.V.I.N."6 DNOCS/BNB-ETENE, 2009.

ALMEIDA, José Américo. *Secas no Nordeste*. Ministério da Viação e Obras Públicas. 1953.

ALVES, Joaquim. *História das secas* - séc. *XVII a XIX*. Edição facsímile. Fortaleza: Fundação Waldemar Alcântara, 2003.

ANDRADE, Cordeiro de. *Cassacos*. Rio de Janeiro: Andersen, 1934. BARREIRA, Luciano. *Os Cassacos*. Rio de Janeiro: Nova Cultura, 1976.

BENCHIMOL, Samuel. *Amazônia:* um pouco – antes e além depois. Manaus: Ed. Umberto Calderaro, 1977.

CARDOSO, Antonio Alexandre Isidio. *Nem sina, Nem acaso*: a tessitura das migrações entre a Província do Ceará e o território amazônico. Fortaleza, Mestrado em História Social - Universidade

Federal do Ceará, 2011.

CASTRO, Lara de. "Avalanches de flagelados" no sertão cearense: retirantes-operários e engenheiros na lida das obras contra as secas. (Série Conviver nº. 12). Fortaleza: DNOCS/BNB-ETENE, 2010.

COSTA, Pedro Eymar Barbosa; GONÇALVES, Adelaide (Orgs.). *Mais borracha para a vitória*. Fortaleza: MAUC/NUDOC; Brasília: Ideal Gráfica, 2008.

CUNHA, Euclides da. *Os Sertões: campanha de Canudos*. 20. Ed. Rio de Janeiro: Ediouro, 1998.

CUNHA, Euclides da. À margem da história: Euclides da Cunha.-São Paulo: Martins Fontes, 1999. (Coleções temas brasileiros).

GEERTZ, Clifford. *A Interpretação das Culturas*. Rio de Janeiro: Guanabara, 1989.

______. *A Civilização da Seca:* o Nordeste é uma história mal contada. Fortaleza: DNOCS, 1981.

_____. Flashes da Seca. Fortaleza: DNOCS, 1983.

HOBSBAWN. Eric j. Os trabalhadores. Estudos sobre história do operariado. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

______.Deveriam os pobres se organizar? In: *Mundos do trabalho*. São Paulo: Paz e Terra. 2008;

LAMARTINE DE FARIA. Oswaldo. *Cassacos*. In: Tipos e aspectos do Brasil – coletânea da Revista Brasileira de Geografia. IBGE – Conselho Nacional de Geografia. Rio de Janeiro: IBGE, 8ª edição, 1966.

MARX, Karl. O 18 Brumário de Luís Bonaparte. In: *Manuscritos econômico-filosóficos e outros textos escolhidos*. São Paulo: Abril Cultural, 1974. 413p. (Os Pensadores, XXXV). Trad. José Carlos Bruni, p. 402-403.

MEDEIROS FILHO, João e SOUZA, Itamar de. *A seca do Nordeste: um falso problema*. A política de combate às secas antes e depois da SUDENE. Petrópolis: Vozes, 1988.

MONTEIRO, Renata Felipe. *Um monumento ao Sertão*: ciência, política e trabalho na construção do açude Cedro (1884-1906). Dissertação de mestrado em história, Universidade Federal do Ceará – UFC. Fortaleza. 2012.

NEVES, Frederico de Castro. *A multidão e a história: saques e outras ações de massas no Ceará*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2002.

_____. Seca, Pobreza e Política: o que é

politicamente correto para os pobres?. *Trajetos* (UFC), v. 7, p. 186-199, 2009.

OLÍMPIO, Domingos. *Luzia-Homem*. 9.ed., São Paulo: Ática, 1983 PERROT, Michelle. *Os excluídos da História. Operários, Mulheres, Prisioneiros*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

QUEIROZ, Rachel de. O Quinze. 52.ed. São Paulo: Siciliano,1993.

RAMOS, Graciliano. Vidas Secas. 51ed. São Paulo: Record, 1983.

RAMOS, Vitória. Aspectos etnolinguísticos no romance *Cassacos* de Cordeiro de Andrade. Anais do XV Congresso Nacional de Linguística e Filologia. Cadernos do CNLF, vol. XV, nº 5, T. 1. Rio de Janeiro: CIFEFIL, 2011, p. 324. Disponível em: http://www.filologia.org.br/xv_cnlf/tomo_1/29.pdf>. Acesso em: 27/07/2013.

RIOS, Kênia Souza. *Campos de concentração no Ceará: Isolamento e poder.* Fortaleza museu do Ceará/SECULT, 2002.

RUDÉ, G. *A Multidão na História*: estudo dos movimentos populares na França e na Inglaterra, 1730-1848. Rio de Janeiro: Campus, 1991;

SALES, Antonio. *Aves de Arribação*. Rio de Janeiro: José Olympio. Fortaleza: Academia Cearense de Letras, 1979.

SCOTT, J. Formas cotidianas da resistência camponesa. Trad. MENESES, M.A. e GUERRA, L. In. Raízes, Campina Grande, vol. (21) N° (1), p 10-31, 2002.

SECRETO. María Verónica. Ceará, a fábrica de trabalhadores: Emigração subsidiada no final do Século XIX. IN: Trajetos. V.IV. Dossiê: trabalho, trabalhadores. Fortaleza: Departamento de História da UFC, 2003.

SECRETO, María Verónica. *Soldados da Borracha*. Trabalhadores entre o sertão e a Amazônia no governo Vargas. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2007

SILVA, Jeovah Lucas da. As *Bênçãos de Deus: a seca como elemento educador para o trabalho (1877-1880)*. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2003.

THEÓFILO, Rodolpho. *História das secas 1877-1889*. Rio de Janeiro: Imprensa, 1922.

_____. *A Fome: Cenas da seca no Ceará*. Rio de Janeiro: Imprensa Inglesa,1922.

THOMPSON, E. P. Costumes em Comum. São Paulo: companhia das letras, 1998.

De arigó a soldado da borracha e o fazer-se seringueiro na Amazônia

Frederico Alexandre de Oliveira Lima*

O que se pretendeu com esse texto foi, partindo das lembranças e das falas daqueles que migraram para Amazônia durante a 2^a Guerra Mundial ou de seus contemporâneos e conviventes, refletir acerca dos significados do migrar, do ser $Arigó^{81}$ em terra alheia, do trabalhar nos seringais e do fazer-se seringueiro e $Soldado\ da\ Borracha\ em\ luta\ por\ seu\ reconhecimento.$

Na tentativa de dar azo ao afloramento dessas vozes, a História Oral tem sido mais que uma simples opção metodológica, sendo, sobremaneira, um compromisso político com a reconstrução e valorização da experiência que vem por meio da palavra viva daqueles sujeitos a quem não foi permitida durante um longo lapso temporal externar suas memórias e experiências. Se a memória não é necessariamente e sempre a verdade do passado, não o é, igualmente, invenção ou mero devaneio, como sugerem alguns dos críticos da História Oral. Assim,

O desafio da história oral nesse sentido é mostrar, diferentemente do que costuma ser consagrado, que a memória não é apenas ideológica,

^{*}

^{*} Bacharel em Direito, Mestre em História – É integrante do Grupo de Pesquisa em História Social da Amazônia (Ufam/CNPq) Trabalho e movimentos Sociais. Professor das Faculdades La Salle e Dom Bosco em Manaus. E-mail: faol245@hotmail.com

⁸¹ Alcunha pejorativa dada aos migrantes nordestinos no período da *Batalha da Borracha*, derivada do nome de uma ave de arribação comum no Nordeste brasileiro.

⁸² PORTELLI, Alessandro. Tentando aprender um pouquinho. Algumas reflexões sobre a ética na História Oral. In: PARELMUTTER, Daisy e ANTONACCI, Maria Antonieta. Ética e História Oral. In: *Projeto História*, n. 15. São Paulo: PUC, Abril/1997c, p. 13-49.p.17.

mitológica e não confiável, mas sim um instrumento de luta para conquistar a igualdade social e garantir o direito às identidades.⁸³

Nesse sentido, emerge da fala destes sujeitos que, após uma viagem que durava meses, desde as cidades de origem até Belém, Manaus, Porto Velho, Rio Branco e, de lá, para os diversos seringais, os migrantes acabam por entabular contatos com um novo universo, com um novo meio ambiente que em nada se assemelhava a seus locais de origem. A Amazônia era e ainda é um lugar diferente de qualquer outra região do País e, por isso, gerava admiração e receio. Na floresta tropical, tudo é superlativo, imensidões de águas, de matas, árvores gigantescas, mamíferos, peixes e répteis maiores do que em qualquer outro lugar. É certo que tais conceitos não são regra, mas ao menos é assim que parecia ser para aqueles que adentravam a foz do Amazonas com destino aos seringais. De pronto, surgem ideias e expectativas de que uma nova vida se avizinhava. Fortuna talvez, mas principalmente liberdade! Liberdade pensada numa dimensão de olhar retrospectivo, às estruturas do viver nos locais de origem. O ideal de liberdade que acompanha o migrante se mescla confusamente com uma situação de fuga; fuga do solo árido, das fomes, das secas, da inanição, da perda de familiares, especialmente dos filhos ou irmãos mais novos, frágeis criaturas, sempre espreitadas pelo carcará da inanição, e das doenças e epidemias dilaceradoras.

É comum observar nos relatos daqueles que eram chamados de *Soldados da Borracha*, que o deslumbramento com a Amazônia vinha dessa fartura e abundância, o que, a princípio, parecia referendar os discursos da propaganda de arregimentação promovida pelo Estado Novo.

Muitos *Soldados da Borracha* já haviam ouvido falar das violências e arbitrariedades cometidas nos "tempos áureos" da

⁸³ ALBERTI, Verena; FERNANDES, Tania M. e FERREIRA, Marieta Moraes (Orgs.). *História Oral*: desafios para o século XXI. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2000.p.13.

exploração de borracha, porém, o que se verifica nos seus relatos é que, ao chegar à Amazônia, o sentimento majoritário que os possuía era o de esperança, o de recomeço, mesmo quando havia latente a ideia de retornar à terra de origem. Porém, aquela terra úmida e exuberante seria o lugar onde principalmente a esperança da realização dos sonhos se fazia presente e onde também se acalentavam sonhos de não estar submetido à vontade de ninguém.

O nordestino, o sertanejo, o flagelado, o peregrino, o herói, o monstro, o Judas... são todas faces de indivíduos com histórias em eterna marcha. Corpos inquietos e perpetuamente seduzidos pela estrada. Habitantes de lugares onde a seca, a miséria constante, a exploração, mas também a altivez, os desejos e os delírios são partes de uma vida sofrida e fabulosa. Elementos que se entrelaçam na ordem do viver encantado de homens, mulheres e crianças que falam da luta pela sobrevivência nas formas do mundo e do além-mundo.⁸⁴

O contato com uma nova geografia era algo que causava espanto aos homens que chegavam à Amazônia, e isso, de alguma forma, reforçava a ideia de inesgotabilidade de recursos naturais, de uma terra que precisava ser dominada, explorada e controlada. É interessante notar que hoje, por meio da maleabilidade dessa memória que se adapta aos temas e demandas do presente, é possível ouvir dos antigos *Soldados da Borracha* uma sincera preocupação com os recursos desperdiçados no passado:

Quando chegamos ao porto de Manaus, oito horas do dia, eu olhei assim para o rio Negro, ainda dentro do navio. Aí eu via aquela nuvem que subia, descia, depois se acabava. Daqui a pouco, aquela nuvem estrondava por ali, subia, ficava na flor d'água e despois sumia. Aí eu perguntei, o que é aquilo ali? Qual o significado daquelas nuvens? Aí ele disse: é peixe. É a piracema de Jaraqui. Agora, hoje, pra comer um Jaraqui em Manaus não é fácil não, mas naquela época era assim. Aquela nuvem de peixe subia e ficava na flor d'água. A água do rio Negro era preta e mais preta ela ficava. Lá se mariscava com tarrafa,

⁸⁴ RIOS, Kênia Souza. A batalha de João nas terras do sem fim. In: GONÇALVES, Adelaide; COSTA, Pedro Eymar Barbosa (Orgs.). *Mais Borracha para Vitória*. Fortaleza: MAUC/NUDOC; Brasília: Ideal Gráfica, 2008. p.51.

com tarrafa de argola. Não era essa tarrafa de chumbo que joga e desce. Era apropriada para descer e fechar e pegar tudo, fechar em baixo e puxar. Ela arrastava aquela roda de peixe. Com três ou quatro tarrafeadas você enchia uma canoa de Jaraqui. Agora tá difícil Jaraqui. Lá nós só comia Jaraqui escolhido, ninguém comia Jaraqui pequeno. Jaraqui pequeno amargava. Só Jaraqui grande e assado. Jaraqui só presta assado. 85

As obras que tratavam da migração para a Amazônia no período da Guerra, escritas durante o Estado Novo reforçavam essa visão deslumbrada que se não era de todo equivocada, ao menos era exagerada, visando apresentar as políticas do Presidente Vargas, como ato de salvação dos nordestinos premidos pela seca. Tal postura acabava por colocar todos os migrantes em um estereótipo que poderia até representar a maioria dos *Soldados da Borracha*, mas que, com toda certeza, não os representava na totalidade. Essa visão acabava por esconder ou escamotear outro aspecto que era relevante para os migrantes, que era a possibilidade de liberdade, de autodeterminação, de lutar por sua sobrevivência e existência. Mesmo assim, é importante que observemos como aqueles que estavam no extrato dominante da sociedade naquele período, viam a chegada dos *Soldados da Borracha* a Manaus:

Apesar do abatimento físico e moral que se notava à chegada, percebia-se lhes igualmente, nos olhos espantados, certo deslumbramento, certa admiração, sufocada, prestes a expandir-se... É que eles viam bem de perto o verde sem fim que os cercava, a fartura cobiçada da água... Daí momentos recebiam a primeira dádiva da natureza amazônica: — a chuva que caía larga e farta, desoprimindo os ares, alegrando-os, memorando neles o mais forte sentimento nostálgico da terra incendiada... A maioria dos nordestinos correu para o pátio externo dos pavilhões, deixando-se encharcar com a chuva e os garotos brincando nas biqueiras [...] Eles chegavam dos desertos combustos do nordeste, batidos pela inclemência da terra desumana e atirados para dentro desta Amazônia carinhosa— Canaã do Brasil—que os recebia, não apenas com desvelos e proteção do governo, mas

⁸⁵Depoimento do Sr. Senhor Joel Batista Ribeiro, concedido ao autor em 18 de janeiro de 2012, na cidade de Rio Branco – AC.

também com a oferenda de chuvas perenes, das águas remansadas e das matas intérminas, que serão deles para a fecundidade das searas.86

Porém, essa visão romantizada de uma terra prometida, de uma "nova canaã", construida pelas elites com escopo definido, como forma de se contrapor ao apresentado como o lugar de sofrimento, de dor e de abandono, o nordeste seco e "sem vida", objetivando fazer crêr que a nova vida estava na planicies alagadas do Norte, na majestosa floresta tropical. Essa visão era desbotada logo após a chegada a amazônia, perdia suas cores, a medida que as doenças, as mortes, a exploração e as dívidas comecavam a ser acumuladas. A amazônia era convertida da terra da fartura das imagem apregoada pelas elites, para o local de penúria e sofrimentos reais do trabalhadores.

Nos pousos, os migrantes, ainda não acostumados com a vida Amazônica, ficavam aguardando a chegada dos seringalistas, que os apontavam, numa operação semelhante àquela existente no trabalho da estiva. A escolha do seringalista, não descuidando de uma avaliação da compleição física, mesmo que superficial, lançava mão, todavia, de critérios bastante frágeis e subjetivos, como rememoram os próprios migrantes:

Os patrões preferiam os cearenses porque tinham fama de trabalhadores, os paraibanos tinham fama de valentes, os baianos preguiçosos, os pernambucanos de cangaceiros e por isso viravam capangas. Ainda tinha os cariocas que eram malandros. O homem

0

⁸⁶MENDONÇA, Carlos. *Gente do Nordeste no Amazonas*: Reportagem em torno do repovoamento do Amazonas em 1942. Manaus: Imprensa Pública, 1943.p.6.

Em que pese o deslumbramento com elementos da natureza amazônica que podiam intervir para acentuar esperanças e expectativas de dias melhores no novo espaço, tais imagens de idílio empregadas pelo cronista, podem obscurecer dimensões extremamente cruentas. que estiveram igualmente presentes na chegada dos migrantes à Amazônia, como as novas estruturas de dominação, as relações de produção espoliativas que frequentemente incluíam castigos físicos e prisões, sem falar da jornada de trabalho, da inadaptação ao ambiente hostil, do isolamento e pauperismo que, por fim, também caracterizou tais sujeitos sociais.

tinha que ser magro e ter canela fina para andar muito. Se fosse gordo não queriam porque não ia aguentar a lida no seringal.⁸⁷

Outro método de escolha utilizado pelos patrões e, posteriormente, apropriado pelos migrantes foi o aproveitamento dos laços de fraternidade criados entre os *Soldados da Borracha*, nos seus locais de origem ou durante as viagens. Foi bastante comum que amigos fossem para o mesmo lugar, baseados em indicações mútuas, ainda que também associadas às subjetividades já citadas.

Eu já cheguei ao pouso destinado para o seringal Califórnia em Feijó no Acre, de onde eu tinha saído. Eu vinha trazendo gente comigo, 53(cinquenta e três) colegas, tudo lá de Uruburetama, que o patrão tinha mandado pedir. Ele só queria cearense. Eu trouxe um paraibano, porque um cearense se deu com ele e pediu para levar. Era um paraibanim até bom de trabalho.⁸⁸

Fator interessante a se observar é a recorrência nos relatos dos informação Soldados da Borracha da de que não existia obrigatoriedade de que eles fossem para um seringal específico. Muitos migrantes recusavam ir para certos rios devido às histórias de insalubridade e doenças que grassavam na região e que, circulando entre eles, causava verdadeiro temor. Foi comum observar relatos de Soldados da Borracha que mudaram de seringal ou de rio, exatamente pela incidência de doenças e epidemias. Assim, fica claro que aventura, a fortuna, a fuga da seca, a propaganda, a defesa da pátria ou qualquer outro motivo que estimulasse a migração, podia esbarrar em alguma limitação imposta pela "leitura" que os próprios migrantes faziam do processo.

Eu estava na hospedaria de Ponta Pelada, lá com o Capitão Guedes, o fala fina. Aí quando foi no mês de outubro de 1943, eu me alistei com o Coronel Francisco das Chagas Leopoldo de Menezes, para um afluente do rio Negro, rio Caurés, com 48 companheiros. Desses 48,

-

⁸⁷Depoimento do Sr. Melquisedec Barroso Soares, concedido ao autor em 16 de janeiro de 2012, na cidade de Rio Branco – AC.

⁸⁸ Idem.

voltamos 18 para Manaus. Eu fui um dos tais que quando cheguei ao barração, que o patrão me olhou e disse: "esse não bota o dia manhecer". Eu hoje graças a Deus boto 89 anos. Quando voltei do rio Negro, fui para Manaus e de lá para outro seringal afluente do rio Purus. Aí cortei 9 anos. 89

Como já mencionado, muitos migrantes não foram para os seringais, ficando pelas cidades, perambulando em busca de ocupação que garantisse a sobrevivência no espaço urbano, ou então em busca de um modo de volver a seu torrão natal. Devido a tais resistências, as próprias autoridades lançaram mão de alguns dos migrantes para diversos outros serviços, inserindo-os nas atividades policiais, nos serviços de manutenção pública, ou mesmo nas fábricas de beneficiamento de castanha e borracha.

Muitos deles, artífices e operários especializados, são aproveitados nos serviços das oficinas e estaleiros de Manaus, ou em trabalhos da prefeitura, e alguns mesmo, recrutados para as fileiras da força pública do Estado. 90

Paralelamente, exsurgem das falas dos *Soldados da Borracha* diversas outras formas de resistência à ida para os seringais, a exemplo das redes de contatos formados por intermédio da religiosidade:

Só podia sair do Aleixo se fosse com patrão, fosse para o seringal ou fosse para outra tarefa. Acontece que eu, minha mãe e meus irmãos, nós era evangélicos. Aí, um dia, chegou um pastor lá e nos tirou da escravidão. Aí nós viemo para Manaus. Quando chegamos em Manaus, nós fomos trabalhar numa fábrica de castanha por nome Ajuricaba. 91

No fim, a maioria acabava por ir aos seringais, aos rios da

< www.opniaotv.com.br/index.php?vid=3349>. Acesso em: 11 jun. 2012.

⁸⁹Depoimento do Sr. José Romão Grande, obtido no site:

⁹⁰ MENDONÇA, Carlos. Gente do Nordeste no Amazonas. Op. Cit.p.20.

⁹¹Depoimento do Sr. Joel Batista Ribeiro, concedido ao autor em 18 de janeiro de 2012, na cidade de Rio Branco – AC.

borracha, em busca de riqueza ou de uma "terrinha para se fixar". Iam aos seringais cheios de promessas e de sonhos, que, em sua maioria, não se realizaram.

No primeiro *boom* da Borracha, qualquer espécie de cultura de subsistência era rechaçada, pois todas as energias do seringueiro nordestino deveriam estar destinadas a produção gomífera:

Conforme a borracha ia tendo a sua importância aumentada nas pautas de exportações provinciais, os sucessivos Presidentes de Província reclamavam do abandono da agricultura, em favor da extração daquele produto. Estaria ocorrendo, assim, uma corrida rumo aos seringais, por parte dos braços trabalhadores, fazendo com que a Província estivesse tendo que importar gêneros destinados ao seu próprio consumo. 92

Em consequência, o seringueiro não se fixava à terra, pois sua única intenção era produzir borracha, pagar suas dívidas no barracão e tentar voltar para seu torrão natal.⁹³

Com a derrocada da indústria extrativa amazônica de látex, houve uma debandada dos trabalhadores nordestinos, que buscavam retornar para casa, ocasionando um esvaziamento de braços capazes na região amazônica. Reportando-se àquele momento, Mendonça argumenta:

Não mais parecia uma retirada, mas uma fuga, aos grupos. Os seringueiros não estavam radicados à terra. Domaram-na, apenas para a produção da hevea, mas não a estimavam... Não tinham por ela o apego e o amor que se tem ao solo trabalhado pela messe dos roçados. Sempre lhe fora vedado cultivar a terra. O patrão não queria lavouras; Exigia borracha, só borracha. E eles abandonavam o Amazonas. 94

No entanto, o trabalhador arregimentado para a Batalha da

⁹² BATISTA, Luciana Marinho. *Muito Além dos Seringais*: Elites, Fortunas e Hierarquias no Grão-Pará, c.1850 –c.1870. 283 f. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro. 2004.p.63

⁹³ MENDONÇA, Carlos. Gente do Nordeste no Amazonas. Op. Cit.p.23.

⁹⁴ Idem.p.27.

Borracha vinha para a Amazônia com promessas governamentais de tratamento diferente dos idos tempos da primeira corrida pela exploração do látex. De acordo com as normas estabelecidas nos contratos de encaminhamento e propalada de forma ostensiva por intermédio de cartazes de propaganda e cartilhas, o seringalista ficava obrigado a facultar ao seringueiro, independentemente de qualquer indenização, o cultivo da terra até um hectare no entorno de sua barraca, possibilitando o consumo pessoal ou da família. Também era assegurado ao seringueiro a meação da castanha recolhida e a totalidade das peles dos animais silvestres que abatessem, além da exploração da madeira de árvores diversas da seringueira e castanheiras⁹⁵.

O que se viu, e o que se fixou na memória dos *Soldados da Borracha*, no entanto, foi algo bem diferente do alardeado. Repetia-se o engodo do propagandismo de finais do século XIX, desta feita com participação direta do Estado Brasileiro. Nos novos seringais, imperavam as antigas prática e proibições, onde o sistema de aviamento, atrelava, mediante um sistema de endividamento, o produtor ao barração, impedindo sua autonomia na produção da subsistência.

Na verdade, o que ocorria é que desde o momento em que era escolhido e embarcado para o seringal, o brabo já começava a acumular uma dívida com o patrão. O mecanismo de prender o trabalhador por meio de uma dívida interminável foi chamado de "sistema de aviamento". Essa dívida crescia rapidamente, porque tudo que se recebia no seringal era cobrado. Mantimentos, ferramentas, tigelas, roupas, armas, munição, remédios, tudo, enfim, era anotado na sua conta corrente. Só no fim da safra, a produção de borracha de cada seringueiro era abatida do valor de sua dívida. Mas o valor de sua produção era, quase sempre, inferior à quantia devida ao patrão. 96

O Estado Brasileiro prometia aos trabalhadores arregimentados

⁹⁶ NEVES, Marcus Vinicius. A Heroica e Desprezada Batalha da Borracha. In: *Revista História Viva*. Junho de 2004.

 $^{^{95}}$ Decreto-Lei nº 4.841, de 17 de outubro de 1943, artigos 6º, 7º e 8º.

que não os desampararia à própria sorte nas mãos dos seringalistas, estabelecendo regras mínimas a serem observadas no contrato de trabalho, objetivando coibir os abusos cometidos no período áureo da borracha, inclusive prevendo a solução de possíveis conflitos por intermédio à Justiça do Trabalho. É o que podemos observar em um trecho do Decálogo do Seringueiro⁹⁷, de autoria do Interventor Álvaro Maia, que deveria ser proferido em tom de juramento perante a Bandeira Nacional pelos *Soldados da Borracha* chegados a Manaus:

6º Prometemos cumprir as ordens do Governo da República, porque, arregimentados como soldados, trabalhamos como homens livres, à luz de contratos assinados no Ministério do Trabalho, com as garantias das leis sociais, benemerências do Estado Nacional. 98

Tal previsão ia ao encontro da política trabalhista de Getúlio Vargas, que buscava impor a todos os brasileiros a intervenção do Estado nas relações de trabalho, aos moldes do sistema trabalhista italiano⁹⁹. Tais promessas governamentais serviam para garantir aos *Soldados da Borracha* que as arbitrariedades relatadas no período áureo da borracha, "nos tempo antigos", não se repetiriam.

Ao mesmo tempo em que se apela para o messianismo do juramento dos *Soldados da Borracha*, o Estado também busca impedir fugas ou resistências aos trabalhos nos seringais, tentando impor ao migrante, por meio de juramento de honra, a ideia de que, como soldado, não poderia fugir à batalha para a qual fora convocado, o que mais e mais assemelhava e identificava a arregimentação do migrante à condição de militar: "7° Juramos permanecer nos seringais para que

⁹⁷ É importante notar o tom messiânico da mensagem transmitida pelo representante de Vargas no Amazonas, que assemelhava o juramento dos *Soldados da Borracha* aos dez mandamentos da lei mosaica.

⁹⁸ Revista Sintonia, n°37. Manaus, Junho de 1943.

⁹⁹ Em 1º de maio de 1943, Vargas promulga a Consolidação das Leis do Trabalho (Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943), com objetivo de garantir direitos trabalhistas aos trabalhadores. Porém, fica claro que tais direitos, se eram pouco respeitados para os trabalhadores urbanos, eram inócuos para os trabalhadores rurais ou extrativistas.

fomos designados, por que são quartéis do Brasil, e deles não sairemos, cometendo crime de deserção, como não sairíamos de uma frente de batalha" 100.

A busca por majoração dos lucros por parte dos seringalistas resultava numa preferência clara pelos trabalhadores nordestinos, ao invés da utilização da mão de obra local. Isso estava ligado não só ao senso comum que alegava uma suposta capacidade maior de trabalho do nordestino em relação ao índio ou ao caboclo, mas, principalmente, pela maior possibilidade de lucro a ser auferida com o *Arigó*. É o que parece argumentar o texto de Wolff:

Uma explicação para a preferência dos patrões pelos seringueiros nordestinos, é que estes, além de produzirem muito mais borracha por se dedicarem naquele primeiro momento, exclusivamente ao corte da seringa, ainda consumiam toda a subsistência em forma de mercadorias que comprava dos patrões. O patrão ganhava na compra e na venda da borracha, na renda cobrada pelas estradas de seringa e ainda nas mercadorias que vendia aos seringueiros. Os índios, entretanto, jamais abandonavam seus roçados, a caça, a pesca como atividades de subsistência, precisando assim de muito menos mercadorias, e produzindo menos borracha por dedicarem tempo a essas atividades essenciais para manutenção das famílias. 101

Buscando melhorar sua condição financeira, bem como aumentar seu grau de liberdade em contrapartida ao regime de subordinação ao barracão, vinculada exclusivamente à produção de borracha, os seringueiros buscavam a mitigação de suas dívidas por intermédio de outras formas de auferir renda. É certo que em períodos de entressafra do fábrico de borracha, que normalmente se estendia de maio/junho até novembro, os seringueiros acabavam por majorar a renda utilizando de outra atividade extrativa, a castanha, cuja safra ia de dezembro a fevereiro:

_

¹⁰⁰Revista Sintonia, n°37. Manaus, Junho de 1943.

¹⁰¹ WOLFF, Cristina Scheibe. *Mulheres da floresta*: Uma História: Alto Juruá, Acre (1890-1945). São Paulo: Hucitec, 1999.p.180-181.

Castanha dava mais dinheiro rápido em três meses do que em seis meses de seringa. Só não ganhava mais por que também tinha sujeira na castanha, assim com o tinha na borracha. Assim como o seringueiro ruim colocava sujeira na borracha, tinha gente que colocava todo tipo de castanha, xoxa, estragada. Por isso o patrão dava um quebra (desconto no peso da castanha). 102

Poucos relatos informam que algum seringueiro tenha tido um bom saldo, sendo assim capaz de pagar suas dívidas e ir embora dos seringais. De fato, esses casos parecem ter sido raras exceções. Muitos, resignados com sua situação, acabavam por gastar o pouco dinheiro acumulado durante longas jornadas na selva com os gastos necessários à uma modesta subsistência, embora sempre se dê mais destaque aos gastos que se faziam, vez por outra, com mulheres, bebedeiras e farras nas cidades.

Viver na Amazônia exigiu dos migrantes o contato e a convivência não só com outras realidades ambientais, mas principalmente com outras culturas que já estavam instaladas na região. Seringueiros, ribeirinhos e índios, com suas crenças, costumes e tradições, foram sujeitos que passaram a fazer parte da realidade dos migrantes e que fizeram parte de sua mudança e transformação de *Arigó*, de *brabo*, de *Soldados da Borracha*, em seringueiro e morador da Amazônia. É o que parece afirmar o texto de Funes:

Na arte de se tornar seringueiro, o triste deserdado, ou esperançoso, do Nordeste vai moldando sua vida à nova realidade: de brabo, passa a manso, aprende a domar uma outra montaria, a canoa, e as pegadas do rio são marcas do tempo; sua alma torna-se tão profunda quanto os rios: vivazes, agitados, inquietantes como as águas das superfícies, onde as imagens do macro cosmo refletem no microcosmo das águas, constituindo uma imagem indivisível, um todo único. 103

102 Depoimento do Sr. Francisco de Assis Frazão, concedido ao autor em 03 de junho

Ideal Gráfica, 2008.p.19-20.

de 2013, na cidade de Manaus.

103 FUNES, Eurípedes. Eldorado no Inferno Verde "Quem vive no inferno se acostuma com os cães". In: GONÇALVES, Adelaide e COSTA, Pedro Eymar Barbosa (Orgs.). *Mais Borracha para Vitória*. Fortaleza: MAUC/NUDOC; Brasília:

Esse contato, essa miscigenação, essa fusão de realidades distintas não foi sempre pacífica. Existiram conflitos e resistências. Em muitos casos, a falta de compreensão das culturas locais e a pressão pela abertura de novas áreas de exploração, resultaram em conflitos. É preciso dizer sem rodeios: os seringueiros, que hoje partilham com os índios, a condição de ponta de lanças da preservação da Amazônia, num primeiro momento foram algozes dos índios, ampliando o processo de genocídio que já se arrastava por séculos. Como os índios resistiam à perda do controle de suas terras, o resultado eram conflitos sangrentos, sendo as famosas *correrias*, provas cabais dessas ações:

Lá onde eu estava tinha e tem muito índio. Só em 45 e 46 eles me atacaram 3 vezes. Dia 30 de março, eles atacaram nóis. Depois em agosto eles vieram de novo e atacaram o cozinheiro. Depois, em 28 de janeiro, eles atacaram de novo. Em janeiro de 1946. O patrão mandava fazer correria, mas não servia de nada. Eles eram brabo no mato. Em (19)49, o Pedro Biló passou o verão todinho matando índio. Eles não tava mais deixando o pessoal trabalhar. Ele vinha passava cinco seis dias descansando aí entrava no mato e ficava dez quinze dias na mata só matando índio. Ele andava com dez quinze homens para ajudar. ¹⁰⁴

O Estado fazia vista grossa a tais atos de genocídio, apesar de, em alguns momentos, existirem pífias tentativas de tentar evitar tais conflitos. É certo que, para seringalistas e seringueiros, a única forma de garantir a segurança era "correr" com os índios das áreas de exploração, e, portanto, qualquer ação do governo em sentido contrário era rechaçada de forma veemente.

Mas o Governo não queria que matasse. Em (19)45, o cara veio para tirar voto. E o homem tinha acabado de chegar da correria e tinha trazido uma caboquinha assim, pequena e deu prum nego véi que chamava até Manoel Antônio. Aí o cara quis tomar a caboca e disse: — Não vão fazer correria mais não. Aí o Patrão, o Raimundo Prado ainda

¹⁰⁴Depoimento do Sr. Melquisedec Barroso Soares, concedido ao autor em 16 de janeiro de 2012, na cidade de Rio Branco – AC.

era vivo, disse:- Então você traga sua mãe pra ficar no lugar dos meus freguês que tão morrendo aos monte. Eu mando matar todas as vez. 105

Em muitos casos, os índios, ou "caboclos brabos", quando não eram mortos, eram levados para a sede dos seringais como troféus vivos, revivificando práticas escravistas que, de forma hipócrita, os discursos oficiais anunciavam ter ficado no passado colonial. Reduzidas simples mercadoria sanha truculenta a pela dos suas correrias, meninas e mulheres jovens eram seringalistas vendidas abertamente ou trocadas para serem esposas dos seringueiros. Em outros casos, eram dadas como presente para pessoas importantes ou, ainda, conduzidas para cidades onde, frequentemente, seriam exploradas como verdadeiras escravas domésticas, a trabalhar por comida e um chão para dormir. Boa parte dessas condutas ficaram marcadas na memória e na fala de um Soldado da Borracha Amazonense:

Quando nós viemo de Aripuanã, ainda trouxemo dois índios quando viemo de lá. Era uns dois rapaizim assim. Hoje em dia estão bem de vida. Ficaram com um pessoal que são dono de num sei quantas casas de posto de gasolina e metalúrgica lá no Japiim. Eu até batizei, o nome de um era Antônio e o outro José. 106

Desse contato conflituoso e, por vezes, sangrento, resultou em múltiplas interações, de valores, de culturas e modos de viver que se amalgamaram na figura dos *Soldados da Borracha*. Podemos pensar como Peter Burke, numa "concepção de cultura como bricolagem, em que o processo de apropriação e assimilação não é secundário, mas essencial". Assim, aprenderam com o índio as artimanhas da selva, os medicamentos que poderiam retirar da mata, assimilaram muitas de suas crenças, lendas e mitos. Desse contato, resultaria ainda um novo

¹⁰⁵ Idem.

¹⁰⁶Depoimento do Sr. Ovídio Batista, concedida ao autor em 23 de outubro de 2011, na cidade de Manaus – AM.

¹⁰⁷ BURKE, Peter. *Variedades de História Cultural*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.p.263.

modelo de encarar o meio ambiente, fruto de interesses econômicos, de conflitos culturais e principalmente da necessidade de sobrevivência, que se estendeu desde a primeira ocupação de áreas para extração de látex, e que se estende até os dias atuais.

Aqueles que para organismos e governos, tornou-se modelo de comportamento equilibrado com o meio ambiente foi construído historicamente, a partir do contato entre culturas indígenas e nordestinas, que sob o sistema dos seringais encontraram condições propícias para sua constituição e desenvolvimento, mas que não para no que acompanhamos hoje.(MONTYSUMA, 2006, p. 87).

Nos seringais, esses migrantes, *Soldados da Borracha*, passam a ter outra denominação, a de *fregueses*, sendo doravante supridos pelos patrões e submetidos não mais ao contrato de trabalho préestabelecido pelo Governo Federal, mas sim pelos regulamentos dos seringais onde estavam alocados. Nesses regulamentos, o rigor ou "brandura" dependia exclusivamente da boa vontade do seringalista.

De forma geral, o patrão-seringalista fornecia a mercadoria ao freguês seringueiro até que este conseguisse construir sua barraca e aprontar as estradas para iniciar a exploração. Quinzenalmente, as mercadorias necessárias ao sustento do seringueiro eram trocadas pela borracha produzida, sendo tais trocas anotadas na caderneta do seringueiro, objetivando o acerto de contas ao final do período de produção (fábrico), podendo resultar em um saldo positivo, o que na maioria das vezes não ocorria.

No período da Segunda Guerra Mundial, devido à grande demanda por borracha, e à consequente pressão norte-americana por mais produção, aliada ainda ao desejo dos *Soldados da Borracha* em buscar desesperadamente o saldo no barracão, verificou-se, em alguns seringais, a utilização de práticas predatórias que levaram à exaustão muitas seringueiras. Essa disparidade entre grande necessidade de produção e a pressão por obtenção de saldo, fez com que alguns seringueiros utilizassem de métodos de extração predatórios, que retiravam da seringueira todo o látex até levá-la à morte, ao exemplo

da antiga prática do garrote ou arrocho. 108

As próprias seringueiras foram submetidas frequentmente ao "processo de arrocho", que consitia em apertar as arvores com cipós ao rés do chão, golpeando-as por todos os lados, para que exsudas sem o máximo de leite.(...) O "arrocho" foi responsavél pela inutilização das seringueiras da região das ilhas (foz do amazonas), as primeiras trabalahdas e onde se produzia borracha de melhro qualidade. 109

Essas ações, muito em voga no primeiro período de exploração da borracha, resultaram na quase extinção ou exaurimento das árvores de seringa nas áreas dos baixos rios amazônicos. Dessa prática, surgem figuras especializadas nos seringais, os fiscais que cuidavam de verificar se o seringueiro estava extraindo látex de forma adequada, sem maltratar a seringueira e sem levá-la à morte. Sobre essas mudanças, diz um depoente:

Tinha um mateiro que ia levar você até tal colocação, chegava lá fazia a barraca, difumador. Aí se a estrada fosse num lugar virgem, que nunca tivesse sido cortado, ele ainda ia dividir as seringueiras tudinho para agente trabalhar. Se uma seringueira pegasse oito tigelas, só podia trabalhar quatro, para não cansar. Não podia usar machadinha, que usava no tempo antigo, só a faca pra não machucar a madeira. 110

Hélio Melo seringueiro e escritor autodidata acreano afirma: "O freguês tem que zelar as estradas, ou melhor, cortar dentro do regulamento exigido. Para isso, o patrão tem seu fiscal, que corrige as estradas". 111 Com efeito, as lembranças de tais regramentos mantiveram-se vivas na fala dos ex-seringueiros:

¹¹⁰Depoimento do Sr. Francisco de Assis Frazão, concedido ao autor em 29 de outubro de 2011, na cidade de Manaus.

78

_

¹⁰⁸ Amarração feita na parte inferiror do tronco da seringueira para que todo o látex escorresse de uma só vez. Geralmente resultava na morte da árvore.

¹⁰⁹ BATISTA, Luciana Marinho. Muito Além dos Seringais. Op.cit.p.175.

¹¹¹ MELO, Hélio. *Coletânea de textos*. Rio Branco: Fundação Garibaldi Brasil, 2011.p.29.

Os patrões tinham muito cuidado e muita lei para cortar a seringueira. Eles tinha mateiro lá, que preparava estrada e deixava o tapiri pronto. Para cortar a madeira, sempre cortava de um lado e outro descansava. Sempre de cima pra baixo. Da altura de nossa cabeça para baixo. Depois, já por volta de 1964, que foi o último ano que cortei antes de vir para Manaus, aí já não tinha mais lei cortava de qualquer jeito. Faziam maldade com a seringueira. Ela apodrecia e morria. 112

Durante a *Batalha da Borracha*, nos seringais onde era permitido o plantio, a atividade de agricultura era subsidiária à atividade de produção de borracha, de castanha ou até mesmo de extração de madeira e caça. Porém, após a Segunda Guerra, e à medida que os preços da borracha caíam, as práticas de proteção foram, em muitos casos, abandonadas, só sendo retomadas novamente, pelos próprios seringueiros a partir da maior difusão do discurso ambiental, quando, então, a consciência de preservação volta a ser valorizada. Essa mudança de paradigma preservacionista é defendida por Montysuma (2006, p. 86):

Todo conhecimento de seringueiros em relação à floresta, que é admirado e estudado pelos cientistas de vastas áreas do conhecimento, compreendendo-o situado nos marcos do desenvolvimento sustentável, resulta de uma construção histórica em que se mesclam interesses do patrão dono do seringal, de um lado, e extrativista seringueiro, por outro. Cada um em sua trincheira, dentro de seu papel que lhe cabe no organograma do extrativismo, colabora a seu modo para a constituição do esboço preservacionista que assistiremos tomar corpo na passagem do século XX para o XXI.

Ainda de acordo com Montysuma, as referências à busca da preservação da seringueira e da floresta em pé, vinham, num primeiro momento, dos patrões, que tinham tal interesse estribado no fundamento econômico, e que, de alguma forma, impediram a extração do látex até a morte da seringueira, o que resultaria na perda de um investimento alto feito em prol da produção do "ouro elástico". Por esse motivo, deixavam o chamado "inverno amazônico"

¹¹²Depoimento do Sr. Francisco de Assis Frazão, concedido ao autor em 03 de junho de 2013. na cidade de Manaus.

(dezembro a abril) como período de descanso para as árvores: "Pelas leis do patrão, no inverno, os patrão não queria que cortasse seringa, era época delas descansarem. No inverno o seringueiro vivia de um couro, da pesca, ia mariscando até passar o inverno" 113.

Existia no âmbito dos seringais um acordo tácito, em que se subentendia que as seringueiras pertenciam ao patrão, porém a borracha extraída pertencia ao seringueiro, cuja produção devia ser vendida ao patrão. Essa prática criava no seio dos próprios seringueiros uma repulsa a qualquer tipo de trabalho assalariado, uma vez que ele podia produzir o quanto fosse necessário para quitar seu saldo, algo que jamais ocorreria caso tivesse um salário fixo, ou seja, fosse empregado, como acontece atualmente em alguns seringais do Acre:

Eu não vendo a borracha, pois a borracha é deles, eu sou empregado... Quando o seringueiro era dono da borracha e fazia uma borracha bem difumada e bem feita, aquilo vinha outro dinheiro, as veis o dinheiro vinha drobrado pros seringueiro.¹¹⁴

A impossibilidade de plantar junto às áreas de seringa, estava associada a dois fatores: de um lado, a necessidade de destinar todo o esforço para produção de látex e, de outro, à proibição por parte dos em seringalistas que buscavam manter seus fregueses dependência dos barrações. Como em sua maioria, os seringueiros eram nordestinos e afetos às atividades campesinas, eles acabavam, de alguma forma, buscando burlar a proibição de plantar seus legumes, uma vez que era uma forma de libertação do jugo do barração, embora também fosse um trabalho por eles considerado natural. Aos seringueiros, que em sua maioria eram solteiros e cuja única intenção era formar saldo para voltar ao Nordeste, o fato de não poder plantar em nada interferia na sua faina diária. Porém, para aqueles que tinham decidido permanecer na Amazônia e que estavam acompanhados de

.

 $^{^{113}\}mbox{Depoimento}$ do Sr. Aldenor da Costa Souza, concedido ao autor em 19 de Janeiro de 2012, na cidade de Rio Branco - AC.

¹¹⁴Idem.

famílias que haviam trazido consigo ou constituído na região, a busca por alternativas ao aviamento do patrão – como o plantio de roças, a caça e a pesca – eram recorrentes e consideradas questão de sobrevivência. Essa é uma afirmação que é corroborada pela pesquisa de Albuquerque. Para ele,

[...] geralmente os trabalhadores rurais têm, na floresta, alternativas controladas por eles próprios para "fugir" de um maior endividamento junto ao barração, numa atitude de insubordinação contra as regras disciplinadoras do sistema de "troco". 115

Pelos relatos dos antigos *Soldados da Borracha*, verificamos que eles não consideravam natural ou justa a proibição de fazer plantações próximas aos seus ranchos. Essas distorções foram suprimidas aos poucos com a quebra da produção de borracha, quando os patrões não recebiam mais produtos das casas aviadoras e não possuíam mais condições de aviar ou fornecer mercadorias a seus seringueiros.

Com a queda dos preços da borracha, ocasionada pelo fim da 2ª Guerra Mundial, muitos seringalistas perdem a capacidade de aviar seus fregueses, o que fez com que diversos patrões permitissem a prática da agricultura pelos seringueiros e suas famílias, ou que, simplesmente, não tivessem mais como a conter. A falta de capacidade de aviamento colocava em certos momentos o seringueiro em condição de completa penúria, uma vez que sua produção agrícola nem sempre era capaz de suprir todas as necessidades.

Os últimos dez anos foram marcados por quedas cada vez maiores nos preços pagos pela borracha vegetal amazônica, levando à redução e em alguns momentos, à completa inexistência de mercado para esse produto, alterando drasticamente as formas de abastecimento das populações rurais.¹¹⁶

_

¹¹⁵ ALBUQUERQUE, Gerson Rodrigues. *Trabalhadores do rio Muru*: o rio das cigarras. Rio Branco: EDUFAC, 2005.

¹¹⁶ Idem.p.104.

A nova crise da economia extrativista, ocasionada pela fuga do capital americano, teve consequências semelhantes à quebra da indústria gomífera na virada do século XX. A falta de capacidade de aviamento acabou por flexibilizar as rígidas relações existentes de trabalho nos seringais, dando maior autonomia e liberdade aos seringueiros, para que buscassem outras formas de sustento. 117

Como as histórias se misturam e os dramas se repetem, resulta natural notar a existência de muitas confusões acerca de dois momentos de extração do látex da seringueira 118, sendo que muitos não conseguem discernir os atos, fatos e sujeitos do momento de exploração de borracha da virada do século XIX e primeira década do XX, associados mais com a situação decorrente do suposto fausto que ela proporcionou, dos *Soldados da Borracha*, arregimentados durante a Segunda Guerra Mundial. Outro equívoco é a veiculação da imagem do seringueiro como um preservador da floresta, desde o momento em que chega na Amazônia, como se pode observar numa famosa toada do Boi Garantido, de Parintins:

Vem desbravador das matas Vem, "Soldado da Borracha", vem ver Os monumentos erguidos com teu sofrimento

No teatro da vida, és o protagonista De uma história de glória, desse povo valente Seguidor das ideologias de preservação Do seringueiro Chico Mendes

Seringueiro amazônida, mateiro destemido Vem garantir o teu sustento ignorando o perigo Vem pra dizer que defender o verde

¹¹⁷ COSTA SOBRINHO, Pedro Vicente. *Capital e trabalho na Amazônia ocidental*: Contribuição à história social e das lutas sindicais no Acre. São Paulo: Cortez, 1992.p.59

¹¹⁸ Cabe observar que a produção de borracha na Amazônia se espraia muito além dos dois momentos descritos, pois consiste numa atividade extrativista já manejada pelas populações indigenas e só na segunda metade do século XIX retomada como atividade mercantil por explorades de diversas origens, e que de forma bem menos pujante se extende até os dias atuais.

É o teu destino. 119

O nordestino que sai de sua terra como trabalhador pobre e despossuído, e que é utilizado pelos patrões, dentre outras coisas, como instrumento para "limpar" a selva de seus habitantes originais – vistos como empecilhos ao avanço do "progresso" e da "modernidade" – aos poucos vai se associando aos elementos nativos da Amazônia e com eles aprendendo. É como fruto dessas experiências históricas, que *fazem-se* seringueiros, "construindo seus diálogos e a hora de soltar os gritos"¹²⁰, e, dessa forma, tornam-se, eles mesmos, elementos formadores dos *povos das florestas*, responsáveis por sua manutenção e preservação. ¹²¹ Assim, para os seringueiros e *Soldados da Borracha*, o ambientalismo é ponto de chegada e não ponto de partida.

O seringueiro, que durante muito tempo necessitou ser controlado pelo patrão para que não matasse a seringueira extraindo o látex até sua exaustão, tornou-se, por sua própria experiência, construída na lida diária, o protetor da floresta e, junto com outros povos da floresta, passou a ser defensor do meio ambiente. Essa mudança de posicionamento resultou no surgimento de uma consciência de preservação da floresta e de seu meio de vida, principalmente porque não se poderia esperar para sempre pela atenção do aviamento ou por recursos vindos de fora da região.

Com o fim da Guerra, apesar de o preço da borracha estar garantido pelos *Acordos de Washington* até 1947, 122 o que se observa é um paulatino endividamento dos seringalistas e arrendatários, que

_

¹¹⁹ Toada "Seringueiro da Amazônia", composição de Rozinaldo Carneiro. Boi Garantido, 2007.

¹²⁰ FUNES, Eurípedes. Eldorado no Inferno Verde "Quem vive no inferno se acostuma com os cães".p.19.

¹²¹ LIMA, Frederico Alexandre de Oliveira. Resenha de "Mais Borracha Para Vitória", de Adelaide Gonçalves e Pedro Costa. In: *Fronteiras do Tempo: Revista de Estudos Amazônicos*, v. 1, 2011, p. 159-164.p.161.

¹²² MARTINELLO, Pedro. A Batalha da Borracha na Segunda Guerra Mundial.p.321.

preferem, dessa forma, entregar suas propriedades hipotecadas ao Banco da Borracha, ou, ainda, vendê-las para empresários interessados em implementar a criação de gado de corte. A partir desta época, o que se vê em muitos casos na Amazônia é a secular prática da grilagem, que quase sempre vinha associada à violência contra os posseiros ou ocupantes tradicionais das terras, como podemos observar numa noticia associada à cidade de Boca do Acre, no Estado do Amazonas:

Grilagem, em suma, é o que passou a fazer em Boca do Acre, escandalosamente. E não foi outra a razão pela qual muitos (sic) sulistas, entre grandes médios e pequenos fazendeiros, acabaram aportando por lá. Compravam as terras em escritórios montados no sul pelos grileiros, e quando iam assumir as propriedades adquiridas, encontravam-nas ocupadas por posseiros que viviam ali há 30 ou 40 anos. 123

A chegada desses novos empreendedores, chamados na região dos altos rios de "paulistas", causou grande impacto na vida dos povos da floresta. A derrubada da floresta para plantio de capim e colocação de gado bovino resultava na expulsão das populações que viviam da extração dos produtos da floresta, entre eles a borracha.

A produção em larga escala de carne bovina acabava por afastar as culturas tradicionais e por destruir a floresta que dava o sustento dos seringueiros e outros extrativistas, piorando a condição de vida desses trabalhadores e sem que nada fosse dado a eles em contrapartida. Isso fica evidente na fala contida no Jornal *O Varadouro*, que se auto intitulava um *Jornal das Selvas* e que circulou na capital do Acre entre o final dos anos 70 e início dos anos 80. O jornal recorrentemente denunciava os desmandos dos "paulistas" e dos governantes que apoiavam suas ações:

No caso do Acre e da Amazônia em geral é de se perguntar, antes de tudo, sobre quem sai lucrando com a devastação das florestas e a exploração do seu potencial mineral e vegetal. O próprio diretor do

-

¹²³O Varadouro, nº 12. Rio Branco, setembro de 1978, p. 15.

INPA teve uma expressão adequada para responder a esta questão: "Não devemos permitir – disse ele – que gaúchos, paulistas e outros venham acabar com as florestas da Amazônia. Eles chegam aqui: criam o boi; mandam carne para a Alemanha e outros países; o dinheiro fica lá e o homem da Amazônia fica apenas com o 'berro do boi'". 124

Os seringueiros passam a se chocar com as agressões promovidas pelos paulistas, não só as agressões físicas para a expulsão dos posseiros e dos ocupantes tradicionais das propriedades adquiridas, mas também para com a natureza. A ausência de floresta, de roças, de água, enfim do mundo ao qual estavam habituados, causava espanto aos seringueiros, conforme podemos inferir da fala dos depoentes:

Eu saía daqui de Rio Branco um dia desses e fui no (KM)100 da transacreana numa picape de um fazendeiro que tem ali por nome Marcelo. Eu na carroceria. Fomos até o 100 e eu não vi um pé de roça, uma árvore, só capim e campo, campo, campo. Isso aí que acabou com tudo, por que a natureza é uma coisa muito bem feita, se você faz um campo numa vertente d'água, se você limpa, ali logo não tem mais água. Aí se acaba tudo. Nóis homi é que acaba tudo. 125

A experiência construída pelo seringueiro no seio da floresta, a percepção de que a natureza era sua provedora, a forma de produzir mantendo a floresta em pé e, principalmente a consciência de como se relacionar com o meio ambiente em que viviam, fez surgir no seio desses sujeitos a necessidade de resistir a essa "invasão". Daí surgiram os movimentos organizados, visando impedir a derrubada da floresta e a extinção do modo de vida construído na floresta, os *empates* e a ideia até das futuras reservas extrativistas. Como pode inferir da fala do Sr. José Barbosa:

Entonces, o caminho mais fácil pra nós vencer é a união, para reivindicar os direitos em nome de uma classe. Se for em nome de

-

¹²⁴O Varadouro, nº 1. Rio Branco, Maio 1977, p. 5.

¹²⁵Depoimento do Sr. Aldenor da Costa Souza, concedido ao autor em 19 de Janeiro de 2012, na cidade de Rio Branco – AC.

uma pessoa, não vai conseguir, por que esse direito pertence a muitos. Mas unido, ela pode conseguir. Essa união tem favorecido muito a gente. 126

A consciência de que o homem é que acaba com tudo, faz com que o seringueiro, reconhecendo-se como homem, busque formas de preservar a floresta. Isso tem possibilitado, frequentemente, a união deles com índios, castanheiros e ribeirinhos, e resultado em processos organizacionais que tentam resistir a essa avalanche de "modernidade" (leia-se: desmatamento, poluição etc.) que destrói seu modo tradicional de relacionamento com a floresta e de viver com e para ela.

O seringueiro fez correrias contra o nativo e mudou a paisagem, alterou parcialmente o meio ambiente, pois a riqueza que buscava estava sobre a terra. Ele sangra a árvore para fazer a "péla" de látex, não precisa arrancar a "pele" da natureza. Não desfigura a paisagem de forma violenta como ocorrerá na fase de ocupação da Amazônia, de forma caótica, desenfreada, desordenada e criminosa, pela agropecuária, mineração e, especialmente hoje, pelo agronegócio. Neste processo, a terra é rasgada, despojada de sua paisageme de sua gente, índios e seringueiros que assumem, juntos, uma nova identidade: "Povos da Floresta", guardiões das matas, da vida, da natureza..¹²⁷

É certo que muitos foram para as cidades, sob os mais diversos argumentos, a exemplo de dar uma melhor educação para os filhos ou por força de expulsão, devido às terras que ocupavam terem sido vendidas a algum *paulista* para criar gado; porém, na cidade eles sempre se sentiam – e muitos ainda se sentem –como estranhos. A seringueira, a borracha e a floresta fazem falta, pois, como eles mesmos dizem "quem se habitua a viver do seu leite, não se acostuma mais a qualquer outro serviço". 128

¹²⁶O Varadouro, nº 12. Rio Branco, setembro de 1978, p. 21.

¹²⁷ FUNES.op.cit.19.

¹²⁸ Extraído do Regulamento Interno dos Seringais de Otávio Reis (apud BENCHIMOL, 1992, p. 41).

Referências

ALBERTI, Verena; FERNANDES, Tania M. e FERREIRA, Marieta Moraes (Orgs.). *História Oral*: desafios para o século XXI. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2000.

ALBUQUERQUE, Gerson Rodrigues. *Trabalhadores do rio Muru*: o rio das cigarras. Rio Branco: EDUFAC, 2005.

BATISTA, Djalma. *O complexo da Amazônia*: Análise do processo de desenvolvimento. 2ª Ed. Manaus: Valer, Edua, INPA, 2007.

BATISTA, Luciana Marinho. *Muito Além dos Seringais:* Elites, Fortunas e Hierarquias no Grão-Pará, c.1850 —c.1870. 283 f. Dissertação (Mestrado em História) — Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro. 2004. BENCHIMOL, Samuel. *Romanceiro da Batalha da Borracha*. Manaus: Imprensa Oficial. 1992.

BURKE, Peter. *Variedades de História Cultural*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

COSTA SOBRINHO, Pedro Vicente. *Capital e trabalho na Amazônia ocidental*: Contribuição à história social e das lutas sindicais no Acre. São Paulo: Cortez, 1992.

FUNES, Eurípedes. Eldorado no Inferno Verde "Quem vive no inferno se acostuma com os cães". In: GONÇALVES, Adelaide e COSTA, Pedro Eymar Barbosa (Orgs.). *Mais Borracha para Vitória*. Fortaleza: MAUC/NUDOC; Brasília: Ideal Gráfica, 2008.

LIMA, Frederico Alexandre de Oliveira. Resenha de "Mais Borracha Para Vitória", de Adelaide Gonçalves e Pedro Costa. In: *Fronteiras do Tempo: Revista de Estudos Amazônicos*, v. 1, 2011, p. 159-164.

MARTINELLO, Pedro. A Batalha da Borracha na Segunda Guerra Mundial. Rio Branco: EDUFAC, 2004.

MELO, Hélio. *Coletânea de textos*. Rio Branco: Fundação Garibaldi Brasil, 2011.

MENDONÇA, Carlos. *Gente do Nordeste no Amazonas*: Reportagem em torno do repovoamento do Amazonas em 1942. Manaus: Imprensa Pública, 1943.

MONTYSUMA, Marcos. Entre o proibido e o permitido na floresta amazônica: uma historicidade da formação preservacionista entre os seringueiros de Xapuri. In: *História Poder e práticas sociais*. Cascavel. Edunioeste. 2006.

MOOG, Clodomir Vianna. O Ciclo do Ouro Negro. Impressões da

Amazônia. Belém: Conselho Estadual de Cultura, 1975 (1ª edição de 1936).

NEVES, Marcus Vinicius. A Heroica e Desprezada Batalha da Borracha. In: *Revista História Viva*. Junho de 2004.

PORTELLI, Alessandro. Tentando aprender um pouquinho. Algumas reflexões sobre a ética na História Oral. In: PARELMUTTER, Daisy e ANTONACCI, Maria Antonieta. Ética e História Oral. In: *Projeto História*, n. 15. São Paulo: PUC, Abril/1997c, p. 13-49.

RIOS, Kênia Souza. A batalha de João nas terras do sem fim. In: GONÇALVES, Adelaide; COSTA, Pedro Eymar Barbosa (Orgs.). *Mais Borracha para Vitória*. Fortaleza: MAUC/NUDOC; Brasília: Ideal Gráfica, 2008.

SHARP, Jin. "A História Vista de Baixo". In: BURKE, Peter (Org.). A Escrita da História: novas perspectivas. São Paulo: Editora da UNESP, 1992.

THOMPSON, Edward Palmer. A formação da classe operária inglesa: A árvore da Liberdade. Vol. I. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

______. A Peculiaridade dos Ingleses e Outros Artigos. Campinas, SP: editora da UNICAMP, 2001.

WOLFF, Cristina Scheibe. *Mulheres da floresta*: Uma História: Alto Juruá, Acre (1890-1945). São Paulo: Hucitec, 1999.

Trabalhadores do açaí: história, memória e ambiente.

Fabrício Ribeiro*

O açaí faz parte da cultura alimentar do povo paraense, se constituindo em uma rica fonte de comercialização e de renda para os trabalhadores que se relacionam com esta atividade. A produção do açaí, desde o ato de plantar, vem se transformando em um trabalho cada vez menos "artesanal" ou tradicional, passando a fazer parte de um processo industrializado, no qual o fruto é pasteurizado, embalado e exportado para fora do estado do Pará. Além de comercializado em variados pontos de venda pela cidade de Belém, o açaí ganha espaço nos supermercados, adquirindo uma nova lógica de mercado destinado à comercialização desse produto que historicamente fez e faz parte da alimentação cotidiana de poluções ribeirinhas, indígenas, periféricas e da maioria do povo paraense.

Mourão (1999) aponta que na Amazônia os produtos de origem vegetal sempre tiveram um papel de destaque para a sociedade local. Essa importância remonta aos povos indígenas, atravessando séculos até os dias atuais. Sendo que a tradição em retirar da natureza o necessário à sobrevivência confere ao mundo vegetal uma relevância significativa no modo de vida dos amazônidas. É a partir deste hábito que percebemos que em vários bairros da região metropolitano de Belém ainda é expressivo o trabalho e o consumo deste produto, que está relacionado a uma atividade tradicional da economia.

Na busca de entender a complexidade dos processos que constituem a história dos trabalhadores do açaí, relacionados com essa atividade, este capítulo objetiva reconstruir através da memória dos

^{*} Mestre em História Social da pela Universidade Federal do Pará.

diferentes indivíduos sociais¹²⁹ envolvidos, uma história social do trabalho, enfatizando as mudanças no processo de trabalho. Dessa forma, tentamos perceber as permanências e rupturas nesse mercado de trabalho e na vida dos trabalhadores com a introdução da exportação do açaí, que se intensificou com a presença de empresários, fábricas e medidas legislativas por parte do Estado, que evidenciam mudanças na tradição do processo de produção, da venda e do consumo.¹³⁰

Porém, nessa pequena apresentação, buscou-se discutir o métier de trabalho desses sujeitos que se relacionam ao processo de extração, relação do homem com a natureza, evidenciando trabalho transformações no mundo do através da memória dos diversos atores envolvidos nessa atividade. apanhadores (peconheiros), donos de terrenos, marreteiros e de algumas famílias que tradicionalmente¹³¹ viviam/vivem da labuta com o açaí, do plantar e colher os frutos.

A memória e a procedência do açaí

A memória de nossos entrevistados e as fontes jornalísticas

Detectamos 11 grupos de trabalhadores que se relacionam em suas atividades com o açaí. Entre eles estão: Apanhador (peconheiro), dono de terreno, meeiro, amassadeira, atravessador, carregador, catador de açaí, marreteiro, maquineiro (batedor de açaí), funcionários de fábricas e empresários.

transformações existentes no processo de trabalho e modo de vida trabalhadores do açaí. Principalmente quando em suas reflexões apontam que o advento e a intensificação de uma sociedade capitalista e industrial provocam novas formas de trabalho, que produzem uma nova forma de concepção do tempo. Sobre ver cap. 6. Tempo, Disciplina de Trabalho e Capitalismo Industrial. In THOMPSON, E. P. Costume em comum. Estudos sobre a cultura popular tradicional. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

¹³¹ Utilizamos o termo tradicional para nos referirmos as sociedades ou grupos "não-urbanas" que vivem pela Amazônia, neste caso mais específico, os trabalhadores do açaí, que desenvolvem relações complexas e históricas com o meio natural. Sobre o conceito de Sociedade tradicionais na Amazônia ver o trabalho de ADAMS, Cristina, MURRIETA, Rui e NEVES, Walter (orgs.). Sociedades caboclas amazônicas: modernidade e invisibilidade. São Paulo Annablume. 2006.

quando abordam sobre a elevação do preço na feira do açaí, nos dão pistas sobre a procedência e diversificação desse labor pelos "matos", "interior", "açaizal" e delimitam nosso espaço de pesquisa ao falarmos dessas vivências no processo de trabalho pelas ilhas do estado do Pará.

Essas memórias apontam para a procedência do fruto do açaí que é comercializado na feira, sendo ela diversa, vindo de várias localidades do Pará e de alguns estados vizinhos, os quais vêm comércio diversificado "interiorano". subsidiar e um dependendo da época, os marreteiros, atravessadores e batedores trabalham com diferentes tipos de açaí. No período da safra o leque é imenso: Cametá, Ponta de Pedra, Igarapé Miri, Abaetetuba e etc, sendo o da região do Marajó¹³² a base dos tipos de açaí a serem comercializados na feira, fazendo parte do repertório dos locais de origem do fruto. No inverno, período da falta do açaí, outros estados e regiões longínquas são muito importantes para subsidiar o comércio na feira e nos pontos espalhados pela cidade. Vem também do Amapá e do Afuá o "açaí gelado", como é conhecido. Este é comercializado no período de inverno, sendo trazido nos porões das embarcações com gelo, para que melhor se conserve, devido ao grande percurso e tempo que leva para que possa chegar na feira e ser distribuído (revendido). Outra variante que também ajuda a manter o comércio vivo e operante é o "açaí da estrada", que não é visto com bons olhos entre os batedores, mas que ajuda a não baixar tanto a quantidade do produto na feira. O "açaí da estrada" vem em caminhões com lonas pretas que

-

¹³² Segundo Fernando Cabezas, pesquisador do museu Emilio Goeldi, a ilha do Marajó é formada por um conjunto de ilhas, possuindo cerca de 50 mil quilômetros quadrados e é a maior ilha fluviomarítima do mundo. Sua grande diversidade aquática está principalmente ligada a seu sistema de marés que gera diversos habitats. Esses habitats são gerados pelo complexo sistema de marés da região, pelo clima e pelo nível pluviométrico. Sendo que o açaí e o miriti, junto com a pecuária de búfalos são as principais atividades econômicas dessa região na atualidade. Fazendo parte desse arquipélago as cidades de Santa Cruz do Arari, Salvaterra, Souré, Ponta de Pedra, Muaná, Curralinho, dentre outras. Ver em http://www.museu-goeldi.br/portal/content/ictiofauna-no-arquip%C3%A9lago-do-marai%C3%B3.

cobrem o fruto do sol e da chuva, uma tentativa de manutenção da qualidade do fruto, mas que acaba o deixando abafado, com cheiro forte, e amolecido pelo calor. É por isso considerado velho e de pouca produtividade para ser manuseando pelos batedores, mas é utilizado em períodos de escassez dos frutos na feira.

A maioria de nossos entrevistados, ao falarem do trabalho de infância ou contemporâneo, falam de sua origem, do local que nasceram ou vivem, sendo eles em sua grande maioria da região do Marajó, do município de Ponta de Pedra. É desse espaço, que os trabalhadores trazem a baila suas experiências de trabalho através de suas memórias, apontando que dependendo da época ou da safra do Marajó, a base de sustentação do comércio estabelecido na feira, os marreteiros, os batedores e atravessadores procuram conhecer a qualidade e a procedência do açaí destas regiões. Eles evidenciam, "a pessoa que quer trabalhar neste ramo tem que saber conhecer o açaí" 133. É necessário que a pessoa conheça se será possível retirar deste fruto o suficiente para quitar o custo de aquisição, se é um açaí rentável, que possibilite conquistar a confiança dos compradores do fruto.

O período de grande demanda de trabalho se faz durante a safra, mais especificamente entre os meses de agosto e meados de novembro, onde os açaís provenientes do Marajó estão maduros e bem consistentes para comercialização e consumo. Sendo necessário que o trabalhador que se relacione com este fruto saiba quando o açaí encontra-se *pretinho*, momento ideal no qual ele está maduro, e quando pode adquirir maior produtividade, ganhando certo ar de um "bom açaí", sendo percebido como portador de um alto padrão de qualidade entre quem conhece e sabe que este é o ponto ideal para ser retirado dos açaizais e posteriormente comercializado.

O plantar e o colher cotidiano: de trabalho familiar à exportação

_

 $^{^{133}}$ FARIAS, Renato. Batedor de açaí, $40~\rm anos$. Entrevista realizada em 14/09/11.

A coleta de frutos e raízes constitui uma das mais tradicionais maneiras de extração dos meios de subsistência do homem. Essa atividade de retirada manual do açaí, onde o conhecimento sobre maturação do fruto e técnica de subir nas arvores de açaí (*Euterpe oleracea*) é essencial e praticada por esses trabalhadores pela região amazônica. O extrativismo corresponde à coleta de produtos retirados da natureza, uma atividade que por muito tempo foi à única fonte de renda de famílias inteiras pelo "interior" e ilhas do Pará

Devemos compreender que esse trabalho extrativista é rememorado como uma cultura familiar, principalmente relacionada atividade de coleta do açaí, se constituindo como parte fundamental da cultura das populações locais, que têm uma relação íntima com a natureza. Não podemos esquecer que além de comercializar o açaí, essas populações o consomem, pois ele faz parte do seu hábito alimentar.

De modo que, o trabalho com açaí, pelas ilhas no "interior", é rememorado e apontado como uma atividade que envolve a participação de todos os membros da família. São eles os responsáveis pela plantação, coleta, limpeza dos terrenos, comercialização e o preparo do suco para o consumo doméstico. Um trabalho que começa cedo, nas primeiras horas da manhã, onde os homens, pais e filhos, têm o papel primordial de coleta dos frutos; são eles que saem em busca do fruto. "ia só eu e o papai pro mato apanhar o açaí. Quando ainda tava um pouco escurinho, a gente sai pra apanhar e ai ficava até meio dia e uma hora, ai eu com ele apanhava 30 paneiros. Eu subia e ele ajeitava lá em baixo". ¹³⁴

Um trabalho que começa cedo, e normalmente só termina no fim da manhã "Os pequenos (filhos) que me ajudavam. Aí a gente ia de manhã cedinho apanhar, e quando era umas 11 horas terminava de apanhar. Aí depois a gente tirava e colocava tudo no paneiro pra botar

-

¹³⁴ FIRMINO, Benedito. Dono de Terreno, 62 anos. Entrevista14/09/11.

o açaí pra embarcar". 135

A matéria do jornal Diário do Pará do dia 09/06/2004 *Crianças trabalham na colheita* apresenta essa característica peculiar do trabalho familiar com açaí no interior, apontando a participação frequente das crianças no trabalho das famílias ribeirinhas, uma característica fundamental destas unidades domésticas, "na Ilha do Marajó é comum os filhos de produtores da população ribeirinha ajudar os pais na pesca e na colheita de Açaí, entre outras tarefas consideradas por eles familiares." Por mais que hoje haja todo uma legislação e debate em torno do trabalho infantil e da proibição do mesmo, as fontes nos mostram que tais atividades, ainda permanecem com a presença de filhos de donos de terrenos e jovens "peconheiros" nos matos ou açaizais.

Os trabalhadores rememoram que eles ou seus filhos participavam neste meio. Muitos eram os responsáveis por subirem e coletarem os frutos, que servirão tanto para o consumo, como para a comercialização. Para desenvolver tal função é necessário conhecer a natureza, os frutos adequados a serem retirados e saber se eles estão suficientemente maduros.

A própria natureza se coloca neste universo de trabalho, é ela que direcionava a sazonalidade do fruto do açaí, o momento de maturação, estando ligado ao tempo da natureza, era ela que de certa forma "ditava" o tempo suficiente de maturação, não o homem, para retirada do fruto. Em certos momentos, era ela que também direcionava a atividade que seria realizada "quando chovia a gente não gostava de entrar não no mato" 137. Mas não podemos esquecer, que estes próprios sujeitos criam e recriam suas estratégias, trabalhar em outras atividade em período de entressafra ou quando está chovendo. Isso nos possibilita inferir que estes sujeitos fazem grande uso de suas experiências em seu cotidiano, em que o saber empírico e o

¹³⁵ RIBEIRO, João; Dono de terreno, Marreteiro e Batedor de Açaí, 75 anos. Entrevista 22/12/11.

¹³⁶ VIEIRA, Francisco Gaspar. Apanhador de açaí, 20 anos. Entrevista 14/09/11.

¹³⁷ FIRMINO, Benedito. Dono de terreno, 62 anos, entrevista 14/09/11.

conhecimento dos perigos, da periodicidades e maturação dos frutos, das cheias e secas das mares, lhes ajudam no desenvolver de suas atividades.

Mas, não é qualquer pessoa que consegue alcançar o topo das árvores e retirar o açaí: "tem que saber subir na árvore, também escolher o açaí bom que vai tirar. Aí a gente sobe com a peçonha para ajudar, depois chega lá em cima a gente corta e desce, e depois põem no paneiro." Os apanhadores são principalmente as crianças e jovens, que tem a habilidade de subirem até o topo dos açaizeiros. São eles que detêm as condições ideais para fazerem a coleta dos frutos. É claro que alguns homens adultos, também interagem neste meio, ter habilidade e um físico adequado, onde peso deve ser condizente com as estruturas das arvores de açaizeiros, que "são finas e altas". Mas é necessário frisarmos que essas habilidades para desenvolverem tal trabalho, o porte físico, tamanho e o peso; são algumas das características necessárias para auxiliar um bom apanhador na coleta dos frutos:

Se eu não subir ai, o açaí vai ficar ai em cima, os açaizais são altos e finos pra alguém mais gordo subir, e ninguém vai querer ficar entrando ai no mato para apanhar, então se não é a gente não vai ter outro. Tudo começa aqui, no plantar e no tirar o açaí. 139

Mourão (2010) aponta que o uso ou consumo e o preparo do fruto do açaí tem sua ligação na ancestralidade dos povos indígenas, cuja história mostra que a utilidade do açaizeiro é integral: retirando dos frutos o "vinho do açaí", comido e bebido, sendo considerado um alimento básico na dieta alimentar e importante fonte de renda para os moradores ribeirinhos da região amazônica.

O cotidiano da atividade dos plantadores e dos donos de terrenos que estão envolvidos diretamente no processo de extração e "produção" do açaí, não é homogêneo, pois envolve formas distintas

¹³⁹ VIEIRA, Francisco Gaspar. Apanhador de açaí, 20 anos. Entrevista 14 /09/11.

¹³⁸ VIEIRA, Francisco Gaspar. Apanhador de açaí, 20 anos. Entrevista 14/09/11.

de realizar o plantio. Primeiro percebemos que hoje coexistem as formas sistematizadas de plantio do açaí para a exportação e as formas tradicionais, há muitas décadas realizadas pela população local, caracterizadas pelo extrativismo dos açaizeiros espalhados pela mata.

Uma produção tradicional do açaizeiro continua sendo exercida pelo interior do estado, sendo estreitamente ligada a uma cultura familiar, onde os membros da família desempenham as funções necessárias para o desenvolvimento das suas atividades. Uma tradição que incorpora e é passada de pais para filhos no desempenho destas e para manutenção de uma cultura extrativista que é a base de produção de inúmeras famílias que trabalham no processo de extração do açaí.

"tem o açaí que ficava espalhado no mato lá no nosso terreno, que era necessário entrar pra apanhar. E quando ainda tava um pouco escurinho a gente sai pra apanhar, ai ficava até meio dia e uma hora, ai eu com a mamãe apanhava 30 paneiro, só eu com ela. Eu subiu e ela ajeitava lá em baixo [...].Só era no mato, tinha muito. A gente começava em agosto, ia setembro, outubro, novembro, dezembro e janeiro. Ai terminava, ai ia lá por safra dava dois mil, dois mil e duzentos, ai no menos que dava era mil e oitocentos, quando tirava pouco açaí. Ai quando acabava a safra a gente ia trabalhar na roça, ia tirar milho e mandioca. Ai quando era safra trabalhava nos dois." 140

O trabalho no interior consistia em uma relação com outras atividades que subsidiavam o sustento das populações da Amazônia que trabalham com o fruto do açaí. A interação com atividades complementares se desenvolve na relação com diferentes períodos de safra, com as peculiaridades da natureza, com a qual essas populações estão intimamente ligadas.

Dependendo do período e da região, esses trabalhadores tinham suas atividades ligadas também a plantação de mandioca, pimenta e pesca pelo "interior" do estado do Pará. Como é percebido na memória desses moradores, outras atividades suplementares eram realizadas ao trabalho com açaí, tanto para ajudar na renda familiar, como atividades principais em "período de falta" do açaí, "a gente ia

.

¹⁴⁰ CARNEIRO, João Serrão. Dono de terreno, 74 anos. Entrevista 14 /09/11.

tirar pimenta, não tinha refresco não!"¹⁴¹. Percebe-se que era uma trabalho duro, tanto na retirada de pimenta, retirada de mandioca, "fazer farinha" ou "limpar o mato", nos mostrando outras atividades e funções que estes trabalhadores realizavam em seu dia a dia.

Como o próprio Thompson afirma sobre noção de cultura (1998, p. 22): [...] não podemos esquecer que cultura é um termo emaranhado, que, ao reunir tantas atividades e atributos num só feixe, pode, na verdade, confundir ou ocultar distinções que precisam ser feitas. Pensar esses sujeitos imbricados em diversas atividades em seu ambiente de trabalho, desenvolvendo outras atividades, mostram a complexidade e diversidade da vida e dos modos de trabalhos existentes no Pará. Atentar que são muitos desses trabalhadores que apanham o fruto, limpam os terrenos, comercializam o fruto na feira, os mesmos, que em alguns casos, plantam mandioca, plantam pimenta, pescam e fazem farinha, nos mostrando a diversidade presente no mundo desse trabalhadores.

Percebemos que nos últimos anos algumas pesquisas que abordam a temática sobre o trabalho com açaí, perpassam uma visão estruturalista¹⁴², otimizadora, em que há uma preocupação com a exploração dos recursos naturais. Repassando a ideia que aquelas formas tradicionais do trabalho (extrativista) seriam pouco rentáveis e atrasadas, que necessitariam de uma padronização voltada para exploração em grande escala. Essa percepção também é fruto da própria mudança que vem ocorrendo sobre o mercado e o trabalho desses sujeitos que se relacionam com o fruto do açaí.

Nas últimas três décadas, o fruto do açaizeiro ou as diversas atividades concernentes a produção do açaí, vem se destacando por seu impacto positivo na economia paraense. A produção de frutos, que

¹⁴¹ RIBEIRO, Rosildo Serrão. Vendedor de açaí, 53 anos. Entrevista em 08/10/13 e 22/04/14.

¹⁴² Sobre os assuntos nessa perspectivas ver os trabalhos de Jorge Eduardo Oliveira de Souza e Pablo Queiroz Bahia. Gestão, logística da cadeia de suprimentos do açaí em Belém do Pará: uma análise das práticas utilizadas na empresa Point do açaí, Simpósio de Excelência em Gestão e Tecnologia – 2010.

provinha quase que exclusivamente do extrativismo, a partir da década de 1990, passou a ser obtida também de açaizais nativos manejados e de cultivos implantados, não somente em áreas de várzea, mas também em áreas de terra firma. Ou seja, seu padrão produtivo passou por algumas alterações, (de extrativo, para manejo cultivado e/ou direcionado), em função da crescente procura no comércio externo à região. Modificando as formas de trabalho e relações que os sujeitos desenvolvem entre si e entre seu espaço de trabalho.

O próprio trabalho de Mourão (2012), nos ajuda a pensar esse processo de mudança nas atividades ligadas ao açaí, onde atenta para presença da indústria do palmito na década de 90, que de certa maneira causou impactos na produção do açaí. 144 Na qual, a presença de indústrias de palmito chegou, o principal produto do açaizeiro era a polpa do fruto, utilizada, sobretudo, para o autoconsumo. A procura pelo palmito aparece então como nova oportunidade de renda, fazendo com que os produtores ampliassem a exploração do açaí em direção a novas áreas em estado silvestre. Contudo, a demanda acelerada pelo produto levou à exploração predatória dos açaizais nativos, ainda mais o abastecimento do fruto. Nesse comprometendo momento, em que as reservas de palmito se distanciavam e as famílias produtoras reagiam para recuperar o alimento, essa tendência foi entrecortada por outra na década de 90, quando o suco de açaí passou a ser moda entre jovens de classe média no Rio de Janeiro e São Paulo, introduzindo uma demanda por frutos em escala nacional. Posteriormente fez com que iniciassem um processo de recuperação das áreas de açaizais nativos, retomando as práticas tradicionais de manejo agroflorestal, o que levou a produção de açaí a triplicar. Mas os produtores de açaí não se limitaram ao desenvolvimento das

¹⁴³ DIÁRIO DO PARÁ. Tecnologia permite duas safras ao ano. Caderno Belém, p. 5, 01/03/00.

¹⁴⁴ Sobre o assunto ver MOURÃO, Leila. Do Açaí ao Palmito: uma História ecológica das Permanências, tensões e Rupturas no estuário amazônico, Belém: editora açaí,1999.

técnicas de manejo no interior dos estabelecimentos. Na verdade, o que se iniciou sob a demanda dos produtores foi um importante de organização da produção regional, processo associações de produtores, pesquisa, entidades governamentais e nãogovernamentais. Percebe-se mais claramente neste momento. presença inicial da exportação do açaí, que ocasionou mudanças significativas no modo de vida desses sujeitos, tanto no que tange as novas relações entre os sujeitos, quanto na da presença dos empresários, das indústrias e novas formas de comércio e tecnologias e que engendraram a concepção de "desenvolvimento" atrelada as novas formas de produção na atividade do açaí.

Porém, com o açaí ganhando status e significado de produto exportável, novos agentes (Empresas e Associações) se apoderaram desse processo produtivo, acrescentando mecanismos para exploração e lucratividade de uma cultura tradicional e familiar. Ocasionando mudanças nessa cultura de trabalho, onde empresários passaram a explorar e a investir na padronização e no aperfeiçoamento do plantio do fruto, ocasionando um maior reconhecimento do fruto e da bebida no mercado nacional e internacional, modificando os processos e as relações dos trabalhadores, bem como a relação com a própria natureza.

Com esse processo de "modernização" da produção e extração do açaí, houve um processo de investimentos e de introdução de tecnologias, através do capital de grandes empresas, ocasionando grandes transformações no processo do preparo do açaí. Essas empresas buscaram, através de suas tecnologias, "modernizar" o processo que cada vez mais deixou de estar relacionado ao modo de vida tradicional de populações que historicamente e culturalmente vinham se relacionando, de modo que novas formas de exploração dos recursos naturais - agora ligados a presença de empresários e investidores na cultura do açaí. O suco da fruta passou a ser comercializado e processado não somente em forma de bebida, mas também em pó, através do uso de tecnologias, utilização de corantes e pasteurização.

O próprio relatório emitido pela Embrapa intitulado "Sistema de Produção" (2006)¹⁴⁵ nos possibilita verificar algumas modificações nessa cultura de trabalho. Afirmando que hoje a maior concentração natural do fruto do açaizeiro continua ocorrendo em áreas de várzeas e igapós do estuário amazônico, sendo estimada em 1 milhão de hectares e, de forma mais rara, em florestas de terra firme. A produção de frutos, que provinha quase que exclusivamente do extrativismo, a partir da década de 1990, passou a ser obtida também de açaizais nativos manejados e de cultivos realizados em áreas de várzea e de terra firme, em sistemas solteiros e consorciados. Entretanto, essa expansão ocorreu com uso de sementes de origem genética desconhecida, resultando em plantios heterogêneos.

A safra que estava intimamente ligada à questão da natureza, período de falta ou não do açaí na feira, passa a ter interferências dos altos investimentos em pesquisas e tecnologias, mesmo que limitada a alguns grupos, também passam a fazer parte desse universo de trabalho. Essas modificações no manejo do fruto, com a introdução de tecnologias, em que duas safras do açaí são estabelecidas, mostram grandes mudanças nesse universo de trabalho, provocando uma verdadeira revolução no processo de produção do fruto do açaí.

Mudanças na própria logística de retirada da produção do açaí dos terrenos pelo interior tem sido visíveis, tanto pelas memórias dos trabalhos, como através de nossa visita *in loco*, através das fotos abaixo, mostram como novas formas vão se estabelecendo nesses espaços de trabalho. Os espaços têm sido direcionados e pensados para retirada em grande escala do fruto. Reduzir o tempo e o modo de retirada ganha destaque.

Outro ponto que chama atenção é o fato que o trabalho que antes era realizado de forma mais intensa, através do extrativismo, passou a receber investimentos e preocupações de órgãos estaduais sobre esse comércio, onde empresários adentraram neste mercado que ganha

¹⁴⁵ Yared, Jorge Alberto. Sistemas de Produção, 4 - 2ª Edição Embrapa Amazônia Oriental, Versão Eletrônica. Dez./2006.

visibilidade nos últimos anos, transformando a paisagem e o universo de trabalho desses sujeitos.

Hoje tem muitas associações e empresas que já tem seus terrenos de plantio do açaí, com sua plantação certinha, plantando os açaizeiros todos em ordem né, dando uma distancia de um açaizeiro para o outro. Mas também existem por ai nus interiores muitos açaizeiros que é dentro do mato, que não é uma plantação padrão. 146

Essas mudanças no processo de trabalho é também evidenciada através da implantação de algumas empresas/fábricas em meio a "mata" e ilhas próximas a Belém, como é o caso da empresa do Senhor Bem Hur¹⁴⁷, que detinha uma área privada na ilha do Murutucú, pertencente a empresa Frutas da Amazônia Ltda – AMAZONFRUT., que em 1995, passa a desenvolver atividades nesta ilha, utilizando mão de obra de trabalhadores assalariados. As Fotos da empresa AMAZONFRUT nos ajudam a perceber essas novas formas de trabalho com o açaí, onde evidenciamos mudanças significativas na estrutura de retirada do fruto, buscando facilitar a retirada dos mesmo, são introduzidos trilhos, vagões e basquetas no processo de acomodação e retirada do fruto da "mata" ¹⁴⁸.





¹⁴⁶ RIBEIRO, João; Dono de terreno, Marreteiro e Batedor de Açaí, 75 anos. Entrevista 22/12/11.

¹⁴⁷ O Sr. Bem Hur é empresário e faz parte dos entrevistados de nossa pesquisa.

¹⁴⁸ As imagens (01 e 02) fazem parte de nosso pequeno banco de dados levantado em 2011-2012. As fotos foram tiradas 22/12/11, na localidade conhecida como "ilha das onças", onde a empresa constitui sua base.

A colocação de trilhos, vagões e basquetas¹⁴⁹ de plástico dentro da mata são alguns instrumentos utilizados no dia a dia dos trabalhadores, que têm vivenciado as mudanças na retirada do produto ocorridas nos últimos anos. Diferentemente de antes, como apontado João Ribeiro em suas memórias "eu com a mamãe apanhava 30 paneiros, só eu com ela. Eu subia e ela ajeitava lá em baixo. Depois eu ia carregar o açaí no paneiro"¹⁵⁰.

Em nosso levantamento realizado em 2012, sobre as empresas que trabalham com exportação do açaí, encontramos 15 delas¹⁵¹ que fazem parte desse processo. Segundo relatório 2012 da SAGRI¹⁵², foram exportadas mais de 100 mil toneladas de açaí para os Estados Unidos (que recebe uma média 77% de toda a produção destinada à exportação), Europa (8,5%), Japão (6%) e outros países (7,8%). Mesmo assim, a maior parte da produção é consumida no Pará: uma faixa de 300 mil toneladas por ano. Os demais Estados brasileiros consomem cerca de 40 mil toneladas. Percebe-se através dos relatórios, pareceres do estado e os próprios jornais¹⁵³, que buscam perpassar nos últimos anos uma visão que a atividade do açaí no estado do Pará hoje está inserida a uma economia internacional, nacional e regional, geradora de novos espaços de emprego e renda profissionais. Conforme levantamento feito SETER¹⁵⁴, foram gerados mais de 2.600 empregos relacionados à

-

¹⁴⁹ Basquetas são os recipientes utilizados para acomodar os caraços de açaí. Antes eram utilizados paneiros.

¹⁵⁰ RIBEIRO, João, 74 anos, Plantador ou dono do terreno, entrevista: 30/10/11

Empresas levantadas durante 2011 e 2012 que trabalham com a exportação do açaí: 1 -Point do açaí/ 2 -Bony Açaí/ 3 - Expresso açaí/ 4 - Açaí da Amazônia/ 5 - Frooty açaí/ 6- Açaí Mil & Ross/ 7 - Amazon Polpas Açaí/ 8 -Açaí verão/ 9 -Açaí mix Amazônia/ 10 - Paraçaí/ 11 -Delícias do açaí/ 12 - açaí da Ilha/ 13 -Amazonfrut / 14-Açaí-Iaçá / 15 -Kibom açaí.

¹⁵² Segundo relatório apresentado pela Secretária de Estado e Agricultura do Estado do Pará 2012.

¹⁵³ Foram utilizados os jornais Diário do Pará e O liberal, ambos de grande circulação no estado do Pará. Tendo como recorte temporal o período de 1985 à 2014, os quais serão explorados em pesquisas que ainda estamos desenvolvendo.

¹⁵⁴ Relatório 2009/2010 da Secretaria de trabalho e Renda do Estado do Pará.

atividade do açaí nos anos 2009/2010.

Porém, o batedor de açaí André Ribeiro, que já trabalha a mais de 15 anos com a venda deste produto, nos dá pistas para entender algumas outras mudanças ocorridas no cotidiano desses trabalhadores com a introdução da exportação. Essas mudanças também fazem referência a "falta" do produto e a variação do preço na feira, que gerou novas perspectivas de negociação e estratégias para aquisição do fruto. Percebe que há mudança na economia local, com a variação do preço e o desenvolvimento de novas relações entre os sujeitos para efetuarem as suas negociações de compra e venda do açaí.

a questão da exportação que entrou na atividade, é que antes a gente tinha bastante açaí pra comprar e revender pros nossos fregueses. Hoje é um pouco mais complicado, porque os marreteiros já não querem vender um preço barato né, porque já sabem que a exportação vai comprar se não comprarmos. Além deles comprarem o açaí direto no com os donos de terrenos lá do interior, eles já tem suas empresas e tudo por lá mesmo e tudo isso faz com que o açaí acabe faltando pra gente. 155

Nota-se várias transformações no cotidiano de trabalho desses sujeitos, seja ele evidenciado pelos trabalhadores na elevação dos preços na feira, que dificulta sua aquisição ou as mudanças ocorridas nos modos de relação do homem com a natureza, seu espaço de trabalho, antes ligado a um conhecimento especifico, um saber sobre o período de amadurecimento dos frutos e do próprio tempo da natureza, seja ela demonstrada no conhecimento e diferenciação dos melhores frutos pelos trabalhadores, bem como, pelo conhecimento do tempo das marés, que possibilita a entrada dos trabalhadores para extração do fruto em áreas de várzeas, em alguns momentos em partes alagadas, onde o açaí se encontrava. Porém, a adoção de novas tecnologias, fez com que formas de trabalho fossem novas incorporadas nesse universo de trabalho, onde duas safras ao ano ou a presença do açaí em áreas de terra firme, evidenciam a penetração e

_

¹⁵⁵ RIBEIRO, André. Vendedor de açaí (batedor), 51 anos, entrevista: 19/09/11.

intensificação de uma concepção capitalista. Isso acabou por desconstruir e ressignificar formas de trabalho tradicionais e relações que os sujeitos desenvolviam entre si. Foi a análise da memória e das experiências desses sujeitos que nos possibilitou perceber que, nesta disputa, os plantadores e vendedores tradicionais então perdendo terreno para os exportadores - empresários, e que o futuro lhes parece incerto com a ameaça de exclusão de um mercado de trabalho que sempre lhes foi familiar em que se entrelaçam em seus relatos não só uma relação com uma atividade de trabalho, mas com suas memórias familiares referentes a vivências com seus pais e avós.

Referências

CARVALHO, Raimundo Sócrates; GOMES, Vera Lúcia. *Trabalho de extração do Açaí e as condições de vida das famílias ribeirinhas: um estudo na ilha do Combú.* 2002.

DECCA, Edgar S. . 1930: *O Silêncio dos Vencidos*. 11ª. ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 2013.

DEL PRIORE, Mary. *História do Cotidiano e da vida privada*. CARDOSO, Ciro Flamarion S. [ET].Domínios da História. Ensaios de Teoria e metodologia. Rio de janeiro: Campus, 1997.

DERGAN, João Marcelo. *História, memória e natureza*: as comunidades da ilha do Combu – Belém-Pa. 2006.

FERREIRA, Marieta de Moraes. *História do tempo presente*: desafios. Cultura Vozes, Petrópolis, v.94, nº 3, p.111-124, maio/jun., 2000.

______, Marieta Moraes; AMADO, Janaína (Org.). *Usos e abusos da história oral*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1998.

HALBWACHS, Maurice. *A Memória Coletiva*. São Paulo, Vértice, 1990.

HOBSBAWM, Eric. *Sobre História*. Trad. Cid Knipel Moreira. São Paulo: Cia das Letras, 1998

LE GOFF, Jacques. *História e Memória*. 5ª. Campinas, SP:UNICAMP, 2003.

LOPES, Aldemar Vidinho Ferreira; SOUZA, João Marivaldo Silva de; CALZAVARA, Batista Benito Gabriel (Colab.). *Aspectos*

econômicos do açaizeiro. Belém: SUDAM, 1982. 55 p.

MOURAO, Leila. Do Açaí ao Palmito: uma História ecológica das Permanências, tensões e Rupturas no estuário amazônico, Belém: editora açaí,1999.

______. *História e Natureza: Do açaí ao Palmito*. Revista territórios e fronteiras, V. 3, N. 1, p.74-96, Jul./Dez., 2010.

NOGUEIRA, Oscar Lameira; FIGUEIRÊDO, Francisco José Câmara; MÜLLER, Antonio Agostinho. **Açaí.** Belém: EMBRAPA Amazônia Oriental, 2005.

OLIVEIRA, Maria do Socorro Padilha de; CARVALHO, José Edmar Urano de, Walnice Maria Oliveira. *Açaí*: (euterpe oleracea Mart.). Jaboticabal: Funep, 2000.

PINSK, Carla Bassanezi (org.). *Fontes Históricas*. 2ª Ed. 2ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2010.

ROGEZ, Herve. Açaí: preparo, composição e melhoramento da conservação. Belém: EDUFPA, 2000.

ROUSSO, Henry. "A memória não é mais o que era". In: FERREIRA, Marieta de Moraes & AMADO, Janaina. Usos e Abusos da História Oral. RJ: FGV, 2002,

SÁNCHEZ, Camilo Torres. O mundo da vida no estuário amazônico: Ecologia política da biodiversidade no arquipélago de Belém do Pará-BRASIL. 2005.

SIMONIAN, Ligia T. L. Açai, ah! Belém do Pará tem!. Belém: NAEA, 2007.

SOUZA, Jorge Eduardo Oliveira. Gestão logística da cadeia de suprimentos do açaí em Belém do Pará: uma análise das práticas utilizadas na empresa Point do açaí. 2007.

THOMPSON, E. P. *Costumes em comum*. Estudos sobre a cultura popular tradicional. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

VARELLA, Flavia; MOLLO, Helena Miranda; PEREIRA, Mateus Henrique de Faria; MATA, Sérgio da. (org.). *Tempo presente e usos do passado*. Rio de Janeiro: editora FGV, 2012.

Trabalhadores extrativistas e o uso comum dos recursos naturais em Maracá- sul do Amapá (1950-1990)

Rafaele Costa Flexa*

Introdução

A região Sul do Amapá, quanto ao que se refere ao extrativismo vegetal presente, constitui como um espaço característico, pois se encontra nela a concentração da *Bertholletia excelsa* (castanha-dobrasil)¹⁵⁶, uma árvore de grande porte, nativa da Amazônia, que ao lado da exploração da *Hevea brasiliensis* (borracha) constituíam em atividades econômicas de maior dinamismo, no início do período em estudo. A exploração extrativista nessa área, no século XX, foi marcada por momentos atrelados pela ocupação de pessoas influentes controlando imensas terras, bem como, na condição empresarial, inserindo o fruto no mercado nacional e internacional.

A exploração da castanha-do-brasil tornou-se a principal atividade econômica na região amazônica, desde o declínio da exploração da borracha. No Sul do Amapá, a atividade extrativista da castanha proporcionou mudanças significativas, principalmente relacionadas à ocupação humana, contribuindo para o povoamento ao redor dos depósitos da produção e aviamentos (barracões) os povoados que hoje existem na região. Também, do mesmo modo

^{*}Graduada em História pela Universidade Federal do Amapá. Mestra pelo Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional da Universidade Federal do Amapá.

¹⁵⁶ A castanha era comumente chamada de castanha-do-pará, atualmente castanha-do-brasil:

¹⁵⁷ HOMMA, Alfredo Kingo Oyama. *Cemitério das castanheiras*. Ciência Hoje. São Paulo, v.34, nº 202. Março: 2004

¹⁵⁸ FILOCREÃO, Antônio Sérgio Monteiro. Agroextrativismo e Capitalismo na Amazônia: as transformações recentes no agroextrativismo do Sul do Amapá.

que a atividade da borracha, o sistema de aviamento se fazia presente, incluindo essa área em peculiaridade com outros lugares da Amazônia, sem contar, com situações conflitantes entre trabalhadores extrativistas, comerciantes e latifundiários.

Sendo assim, o estudo tem como objetivo principal analisar a ocupação e exploração dos recursos naturais desde a década de 1950 até o momento da consolidação da área para os trabalhadores extrativistas do Maracá em 1990, pois esse período corresponde um dinamismo no processo de exploração da castanha como um produto que estabeleceu ocupações e controle das terras sul do Amapá. Desse modo, além das análises bibliográficas sobre a exploração dos recursos naturais e o uso comum; e documentais, referentes, sobretudo, a segunda metade do século XX, relativo à ocupação direcionada à Amazônia, deve-se ressaltar a memória coletiva dos extrativistas, visto que muitos ainda estão vivos e podem nos propiciar através dos relatos à recente história da ocupação e lutas do espaço rural amazônico.

Ocupação e exploração das terras do Maracá - Sul do Amapá

A castanha-do-brasil não era um produto de alto valor comercial, quando comparado com a borracha, nem tampouco configurou uma transformação social e econômica proeminente a ponto de igualar ao boom da borracha na Amazônia, e de forma mais ampla, inserindo o Brasil como um país altamente exportador na economia internacional. Por outro lado, um dos valores mais representativo da castanha é o alimentício, o que a faz ter valor comercial.

A atividade extrativa desse produto é tão antiga quanto o próprio uso da borracha entre os nativos, antes mesmo da descoberta para a fabricação de outros produtos pelos europeus. Tal como a borracha, o

Belém: Universidade Federal do Pará, 2007, 542f. Tese (Doutorado em Ciências: Desenvolvimento socioambiental).

uso da castanha é estimável, na década de 1940 se apontava os variados produtos que essa espécie de amêndoa proporcionava.

As possibilidades econômicas dos castanhais são consideráveis. O epicarpo dos ouriços serve para o fabrico de objetos úteis e de fantasia e pode também ser aproveitado para defumar a borracha, como outrossim para combustível. As castanhas depois de sêcas e livres do tegumento fornecem de 50% a 67% de óleo, alimentar e agradável, outrora usado como sucedâneo do azeite de oliveira, quando não é aplicado na fabricação de sabões, em preparados farmacêuticos, na iluminação e maquinismos delicados. 159

Não obstante, apesar de não se igualar à dinâmica gomífera, de certa forma, proporcionou um dinamismo próprio em alguns lugares do espaço amazônico, onde se encontram os estoques mais expressivos da castanheira.

Em um artigo da década de 40 da Revista Brasileira de Geografia, observa-se o *habitat* dessa árvore estendendo-se pela Amazônia, contudo, somente em determinadas áreas, se apresenta associadas densamente, o que leva a despertar interesse comercial. Ressalta-se também, a atividade da castanha como uma prática rentável no baixo e médio Tocantins, delineando os caminhos fluviais, até então o principal meio de transportar a carga e que tal prática era realizada sob a organização da indústria exploradora, que ocorria há cerca de cem anos nesse espaço. 160

Nesse sentido, o Sul do Amapá faz parte do espaço amazônico, onde os estoques dos maciços castanheiros representam uma quantidade significativa das terras sul do estado. Antes mesmo, de pessoas conseguiram obter imensas terras, a partir de 1900, a exploração dava-se pelos habitantes aos arredores da concentração das castanheiras.

Sills relata que no fim dos anos 1930, no Maracá, os rios e os

_

¹⁵⁹ IBGE. *Tipos e aspectos do Brasil:* castanhais. Revista Brasileira de Geografia, Julho-setembro de 1943.

¹⁶⁰ OLIVEIRA, Américo Barbosa de. *Considerações sobre a exploração da castanha no baixo e médio Tocantins*. Revista Brasileira de Geografia, Janeiro 1940.

castanhais foram vendidos à empresa privada com capital estrangeiro: Agro-Industrial do Amapá, de origem japonesa, ampliando-se assim, o número de produtos comercializados, incluindo massaranduba, sorva, madeira, etc. Não tentaram manter controle absoluto sobre a vida dos ocupantes dos rios, entretanto, continuaram monopolizando a comercialização da produção extrativista, do mesmo modo que ocorria na região da Jarí. 161

A extração vegetal foi uma forte atividade na área do Maracá, porém parece não ter sido a única de interesse pelos que exploravam, pois

as pessoas que controlavam o extrativismo vegetal na região do rio Maracá, também tinham fortes interesses nas atividades de mineração, pois este curso d'água e seus principais afluentes foram rateados em autorizações para pesquisa de ouro em 1939, ficando o cidadão Remiro Branco de Abrunhosa Trindade autorizado a pesquis ar ouro no leito do rio Maracá em um trecho de 25 km entre a cachoeira Pancada até a cachoeira Caranã acima da foz do rio Camaipi (Decreto no 3.906); o cidadão Martinho de Lima e Silva foi autorizado a explorar ouro no leito do rio Maracá em uma extensão de 21 km, entre a cachoeira Caranã e a foz do igarapé Pires (Decreto no 3.964); o cidadão Artur Monteiro de Lemos Silva foi autorizado a pesquisar ouro, em uma extensão de 24 km entre o igarapé Pires e o lugar denominado Franquinho, acima da povoação Aldeia(Decreto no3.965); Alberto de Lemos Monteiro da Silva foi autorizado a pesquisar ouro numa extensão de 23 km no igarapé Rio Branco, confluência com o rio Maracá, (Decreto no 3.963) e o senhor Simão Roffé foi autorizado a pesquisar ouro no leito do rio Camaipi, afluente do rio Maracá, em uma extensão de 25 km a montante da cachoeira Vovó (Decreto nº 4.411). 162

Como se pode notar, a mineração também fazia parte dos planos de exploração no Maracá. Filocreão observa que não se têm informações concisas se havia relações econômicas entre essas pessoas e a empresa Agro-Industrial do Amapá, "se eram arrendamentos para a pesquisa mineral, ou se essas pessoas eram

¹⁶¹SILLS, Erin. *Comercialização da castanha-do-Brasil no Estado do Amapá*. Belém: 1991. Mimeografado.

¹⁶² FILOCREÃO, Antonio Sergio Monteiro, Op. cit. pp. 259-260.

associados ou prepostos dos empresários japoneses." No ano de 1957, o cidadão Alberto de Lemos Monteiro da Silva foi autorizado, pelo Presidente da República, a pesquisar minério de ferro, cassiterita e associados, e através dos Decretos nº 41.316 e nº 41.324 de 10 de abril de 1957 ficavam relatados que seria em áreas de dimensão de propriedade da Sociedade Agro Industrial do Amapá LTDA, no espaço designado Serra Grande, nas confluências do igarapé Rio Branco com o rio Maracá. Acrescenta ainda, já que os Decretos foram firmados pelo "Presidente da Republica, certamente foram utilizados por essas pessoas, que parecem ser da mesma família, para garantir o controle comercial sobre todos os recursos naturais da região, principalmente a borracha e a castanha." 163

No início da década de 1970, a Agro-Industrial é vendida para um grupo norte americano, modificou-se atuação na região, cujo interesse passou a ser na especulação de terra e do extrativismo mineral, deixando de lado os produtos florestais. Contudo, Almeida ressalta que os proprietários limitaram-se ao arrendamento das terras aos exploradores da castanha. A posse das terras foi questionada pelo Grupo Executivo para a Região do Baixo Amazonas (GEBAM), pois constituíam terras tituladas irregularmente. 164

Em relação à fase de arrendamento das terras para os exploradores das castanhas, percorrendo a segunda metade do século XX, alguns moradores antigos do Maracá, através de entrevistas, relatam o domínio de terras e do controle do comércio da castanha por distintos arrendatários.

De acordo com os relatos, quando começaram a trabalhar na coleta das castanhas, o controle do comércio dos produtos extrativistas do rio Maracá estava nas mãos de três portugueses, sendo que um detinha suas estruturas comerciais na localidade denominada de Central do Maracá, e os outros se estabeleceram na foz do Rio

¹⁶³ Ibid, p. 260.

¹⁶⁴ ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. *Terras tradicionalmente ocupadas:* processos de territorialização e movimentos sociais. R. B. Estudos urbanos e regionais v.6, n.1 / maio 2004.

Mazagão. As terras não pertenciam aos portugueses, eles eram apenas os responsáveis pelas atividades de aviamento na região, visto que trabalhavam para o proprietário das terras que morava em Belém. 165

Depois que os portugueses saíram, vários arrendatários foram vistos, que no descrever de um relato, diz ter entrado em "liberdade", se referindo que cada qual requeria um pedaço para explorar o comércio da castanha. Cita, ao menos, seis arrendatários na região do Maracá: Baia, Nicolau, Manoel Pinheiro, José Ivo, Salomão, Miguel Moreira. 166 Em outro relato, consta José Braga, que era português, que por causa da exploração dos trabalhadores extrativistas, Janary Nunes, governador do Território do Amapá, no período de 1944-1956, resolveu interferir na defesa dos direitos dos extrativistas, o que levou a saída deste comerciante da região. 167

Tomé Belo, morador antigo e sindicalista da localidade do Carvão informou que no ano que começou a trabalhar na região, em 1955, quem controlava a área dos castanhais, nesse tempo era um comerciante paraibano conhecido como Raimundo Rodrigues Baia, que tinha comércio também em Cutias, na Ilha do Pará e Belém, a capital. Baia fazia aviamento por meio da empresa Agro Industrial do Amapá S.A. O filho do dono das terras era quem organizava a comercialização em Belém, fazendo contato no mercado para vender as castanhas. Depois que o senhor Baia saiu da organização da comerciantes veio OS conhecidos como produção, posteriormente João Gracindo que ficou oito anos trabalhando com a castanha. Por mais tempo e relevância na exploração dos castanhais, com o sistema de aviamento na área do Maracá foram os comerciantes Salomão, e por último os irmãos Carvalhos que eram portugueses e um grande comerciante de Santana, município do Amapá, o José

 $^{^{165}}$ João Clorindo Carvalho em entrevista concedida a Antonio Sérgio Filocreão em 25/05/2006.

¹⁶⁶ Thid

¹⁶⁷ Tomé de Souza Belo entrevista concedida a Antonio Sérgio Filocreão em 25/05/2006.

Valente. 168

Salomão assumiu em 1958 o posto da castanha, que além daqueles que já moravam na região, vinham trabalhadores de vilas próximas de Mazagão e também trazia pessoas de Boa Vista, no interior do Pará, em uma dessas vindas chegou 200 homens para trabalhar na coleta da castanha. Quando acabava a safra, eles voltavam para os locais de origem. Após uma briga com os Carvalhos, dois irmãos conhecidos como Raimundo e Manoel, Salomão se retira da região. O conflito entre eles ainda não foi bem esclarecido, alguns dizem que foi por conta de que os Carvalhos arrendaram uma parte das terras que o Salomão arrendava, outros dizem ter sido porque os irmãos queriam "mandar" mais na área do Maracá. A comercialização da castanha e aviamento fica, então, sob a responsabilidade de dois compradores, o José Valente e os irmãos Carvalhos, com comércio em Central do Maracá. 169

Ressalta-se que as terras do Maracá pertenciam uma parte a empresa Agro-Industrial do Amapá S.A e uma parte ao Governo. Em ambas, as terras eram arrendadas para exploração dos recursos, que não se restringiam apenas a coleta da castanha. No caso do conflito, acima exposto, nos relatos dizem que Salomão arrendava a parte que pertencia à empresa e os Carvalhos, a parte do Governo, e posteriormente também à outra parte quando o primeiro saiu. 170

Conforme um relato, a empresa que possuía uma extensão de terra considerável, colocou uma firma para fazer as demarcações das terras do Maracá, consentida pelo Governo. Ao realizar demarcações, as áreas que pertenciam ao Governo foram incluídas para a mesma. Isso gerou muitos conflitos, visto que havia muitas pessoas nas áreas que já haviam conseguido títulos de posse, ou moravam sem posses determinadas. Os irmãos Carvalhos também alegaram sair no prejuízo. Nesse impasse, resolveram procurar o governador, que na época era Anníbal Barcellos. O governador

¹⁶⁸ Ibid

¹⁶⁹ Ibid

¹⁷⁰ Ibid

informou que iria repassar para o GEBAM, órgão recém criado, que resolveria o caso. Um morador antigo ajudou a fazer o levantamento ocupacional de toda a área do Maracá, constatando que havia 300 famílias.¹⁷¹

Inicia-se, a partir de então, a atuação do GEBAM.

Inspirando aparentemente os resultados dos relatórios do GEBAM foi assinado, em 29 de julho de 1981, o Decreto n.º 86.236 que declara de "interesse social para fins de desapropriações" e "prioritária para reforma agrária" uma área de 580.000 hectares nos municípios de Mazagão e Macapá. Estão inclusos 45 imóveis que, nos termos do Decreto, "figuram como incorporados ao patrimônio social da empresa Agro-Industrial do Amapá S.A." 172

A partir disso, o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) inicia às desapropriações. As terras desapropriadas vão ficar sem destinação até 1988, quando são criados os Projetos de Assentamento Extrativistas Maracá I, II e III, fruto da mobilização dos trabalhadores extrativistas, na década de 1980, consolidando a exploração dos recursos naturais, que já vinham praticando na região em décadas anteriores. Alguns dos comerciantes que agiam na região vão montar suas fazendas. Com o dinheiro acumulado no comércio extrativista, conseguem se expandir e com a criação de búfalos e bovinos, posteriormente, vai surgir inúmeros conflitos que ainda são vistos com os trabalhadores agroextrativistas, por causa da destruição de roças pelos animais e que até o presente momento persistem.

É relevante perceber que a criação do Assentamento extrativista foi resultado de um amplo movimento social na Amazônia consolidado na década de 1980, cuja situação dos trabalhadores rurais no sul do Amapá corresponde desde quando o coronel José Julio, no início do século XX estendeu seus domínios nessa área, pois muitos

¹⁷¹ Valeriano Alves da Silva em entrevista concedida a Antonio Sérgio Filocreão em 10/06/2008.

¹⁷² ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. "O GEBAM, as empresas agropecuárias e a expansão camponesa". In: IBASE. *Os donos da terra e a luta pela Reforma Agrária*. Rio de Janeiro: CODECRI, 1984, p.62.

conflitos ocorreram em relação à exploração do ambiente. De acordo com a literatura e relatos analisados, os problemas enfrentados pelos trabalhadores rurais foram resultado da ocupação, dos incentivos governamentais e das políticas de colonização implantadas historicamente na Amazônia, perceptivelmente a partir do século XX, quando ocorreram diversos embates entre latifundiários, seringalistas e extrativistas.

Se na década de 1940 essa prática do sistema de aviamento era comum, a permanência dela, em décadas posteriores permitiu que os trabalhadores agroextrativistas delatassem sua situação historicamente construída e se manifestassem por meio da luta pela terra contra a submissão ao patrão. Este, além de impor um sistema expresso em trocas que endividavam seus credores, ainda expandia seus domínios contraindo imensas terras no Sul do Amapá.

A situação das terras Sul do Amapá permanecia sob os dilemas da expropriação e da situação precária dos trabalhadores rurais em que o controle de aviamento e as condições trabalhistas dos extrativistas, de início sem registro em carteira faziam entender que apesar do negócios extrativistas aumento dos e certa diversificação atividades, contribuindo para a formação de Unidades de produção agroextrativistas, ainda sim familiares 0 monopólio comercialização permaneceu, e também da própria condição do uso da terra, em certos lugares (LINS, 2012). 173

Percebe-se então, que as lutas pelo direito a terra estiveram presentes no movimento que se organizava, não apenas como interesse pela busca imediata de conservação, mas dos trabalhadores viviam agroextrativistas permanecerem no local onde para tradicionalmente. Portanto, as populações das regiões do Maracá e Jarí expressavam situações conflitantes com os latifundiários. Segundo o líder comunitário da Comunidade São José, localizada no alto curso

¹⁷³ FILOCREÃO, Antonio Sergio Monteiro, *Op. cit.* LINS, Cristóvão. *Amazônia:* as raízes do atraso. Rio de Janeiro: Daudt Design Editora, 2012.

do rio Ajuruxi¹⁷⁴:

(...) essa região aqui antes, quando ela era habitada por latifundiários, ela era uma área, tinha algumas regiões que ela tinha proprietários que ninguém podia fazer nada, lá era ele que mandava e pronto. (...) quando o movimento social ele começou a tomar força, a gente viu que isso também deveria incumbir pra que a gente pudesse tentar resolver essa região. Porque tínhamos uma empresa aqui na região de várzea que dominava, aqui no Maracá também que vinha dominando aqui, e no Jarí a Jarí que vinha dominando uma outra parte, o que a gente viu que a gente tava sendo imprensado por essas empresas, no caso eu (...) chegando a ser até derrubada a minha casa, chegar a fazer a casa e dizer que não pode fazer ai (...)" (informação verbal). 175

Colocações extrativistas: trabalho e normas na unidade produtiva familiar

No final da década de 1960 um ecólogo chamado Garret Hardin publicou um artigo intitulado "The tragedy of the commons" discutindo sobre a exploração demasiada do ambiente, em espaços de uso comum. Diversos estudos apontaram muitas críticas a respeito de sua parábola, resultando em várias arguições que desafiaram a ideia estabelecida de que as pessoas estariam sempre maximizadas por seus próprios benefícios materiais imediatos e de curto prazo, dos quais levariam a destruir os próprios recursos de que dependiam. 176

Hardin ressalta o comportamento humano, segundo o qual a maioria dos indivíduos, sempre que puder se apropriar de partes de um espaço comum, sem se importar quanto contribuiu para a sua produção, fazendo o mínimo possível em prol do espaço e dele retirarem o máximo proveito. O que implicaria, no espaço de produção, a degradação inevitável dos bens comuns, devido ao excesso de uso. Assim, sobre as terras e pastos em propriedade comum estariam condenados ao uso excessivo e esgotamento, se não

¹⁷⁴ O rio Ajuruxi compõe o limite natural entre o assentamento Maracá e a Resex do rio Cajarí. É também parte do que se denomina baixo Maracá.

¹⁷⁵ Entrevista concedida a Rafaele Costa Flexa em 08/06/2012

¹⁷⁶ HARDIN, Garrett. The tragedy of the Commons. Science, 162: 1243-1248. 1968.

fosse realizada a privatização e gestão pelo mercado de troca. 177

Observando essas discussões feitas por Hardin, não era de se esperar que diversos estudos teóricos pudessem convencer que a tese sobre os recursos comuns não poderia ser válida universalmente, tendo em vista, os inúmeros arranjos de governança locais em diferentes lugares do mundo, desvendando como os usuários de recursos naturais de uso comum haviam superado a tragédia.

Ostrom relata que os estudos apresentados, ressaltaram a importância das instituições de propriedade comum na história e no mundo contemporâneo. Em vez de apenas esbarrar em arranjos particulares ou usuários de governo, com suporte para manter um conjunto comum de recursos, vários especialistas descobriram uma variedade de mecanismos para governá-los.¹⁷⁸

Quando Hardin se refere aos pastos, tal concepção parte, da análise histórica sobre os pastos comuns da Inglaterra medieval, em que se apontava o uso excessivo dos campos o declínio do sistema comum. Thompson fez um estudo dos usos do direito comum, bem como da lei e das noções do direito de propriedade do século XVIII, no momento em que se intensifica o processo de cercamentos dos campos.

Fazendo uma importante ressalva em relação ao desenfreado uso dos recursos, quando Thompson enfatiza que se todas as terras agrícolas da Inglaterra e do País de Gales tivessem sido tão sujeitas a ações predatórias quanto às florestas régias, teriam servido como provas esclarecedoras das teses de Hardin. Pois ele não observa é que ao longo do tempo e do espaço, os usuários das terras comunais desenvolveram uma rica variedade de instituições e sanções

¹⁷⁷ Ibid

¹⁷⁸ OSTROM, Elinor El Gobierno de los Bienes Comunes Desde el Punto de Vista de la Ciudadanía. In: HELFRICH, Silke (ed). *Genes, Bytes y Emisiones: Bienes Comunes y Ciudadanía*. 268–278p. Mexico: Heinrich Böll Foundation, 2008.

¹⁷⁹ HARDIN, Garrett, Op. cit.

¹⁸⁰ THOMPSON, Edward Palmer. *Costumes em comum:* estudos sobre a cultura popular. Tradução: Rosaura Eichemberg. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

comunitárias que conferem restrições e limitações ao uso. 181

Do mesmo modo, Ostrom ao criticar as ideias postuladas de Hardin, informa que o uso comum, do qual falava era, na verdade, acesso livre, em que inexistem usos assentados em regimes articulados a direitos e deveres comuns a determinados grupos e com regras formais ou informais de apropriação da natureza, definidas pelos grupos de usuários. 182

À luz dessas análises e discussões, em convergência com as críticas de historiadores e economistas, sobre a parábola da tragédia dos comuns, observa-se que na Amazônia, diferentes grupos – índios, quilombolas e outras formas identitárias como ribeirinhos, seringueiros, quebradeiras de coco babaçu, pescadores e várias outros – compartilham o uso de recursos comuns. O uso de recursos comuns envolve formas diversas de manejo responsáveis por relações sustentáveis com o ecossistema. Portanto, são amplas as relações construídas com a natureza pelas populações rurais amazônicas. 183

Para Castro quando se observa a relação de povos tradicionais com a natureza, isso se manifesta nos marcos que utilizam para traduzir vivência e adaptação aos ecossistemas. 184 sua compreensão do trabalho, este está intimamente articulado à vida familiar, ou seja, às relações de parentesco no interior do grupo. Segundo Allegretti (1992) o que marca os grupos extrativistas da Amazônia é a apropriação familiar e social dos recursos naturais, onde as "colocações" são exploradas por famílias, os recursos de caça e pesca, são tratados na esfera coletiva e a coleta dos recursos destinados ao mercado é feita segundo normas de coletivamente instituídas, e isto fundamenta as características dos

¹⁸¹ Ibid

 $^{^{182}}$ OSTROM, Elinor. *Collective Action and the Evolution of Social Norms*. The Journal of Economic Perspectives, Vol. 14, Nº. 3. Summer, 2000, pp. 137-158.

¹⁸³ BARBOSA Maria Betanha Cardoso; MARIN, Rosa Elizabeth Acevedo. Manejo e uso comum dos recursos naturais em populações quilombolas no Vale do Rio Capim. Novos Cadernos NAEA v. 13, n. 1, p. 27-45, jul. 2010.

¹⁸⁴ CASTRO, Edna. Tradição e modernidade: a propósito de processos de trabalho na Amazônia. Novos Cadernos NAEA vol. 2. nº 1 - dezembro 2009.

regimes de propriedade comum.

Allegretti ressalta que a colocação – unidade produtiva familiar constituída pelas estradas de seringa (conjunto de seringueiras) e pelas áreas de caça, pesca, agricultura de subsistência, coleta de frutos – é a forma tradicional de uso dos recursos extrativos na Amazônia, da qual esteve sempre centrada. "Os recursos explorados por uma unidade familiar não necessariamente estão restritos espacialmente à área exclusiva de uma colocação, podendo sobrepor-se às de outra, vizinha (...)."185

Os castanhais encontrados nos ecossistemas do Maracá, também são áreas denominadas de colocação, no entanto, não possuem limite definido por hectares para cada família, pois os limites correspondem à concentração das árvores das castanhas, que podem estar limitadas cada uma por locais que não possuem outras árvores das mesmas, separadas por igarapés, árvores de outras espécies ou por acidentes geográficos, como os baixões.¹⁸⁶

A coleta da castanha, não é uma simples atividade, nela há outras atividades que decorrem todo o 1º semestre de cada safra, e das quais abrangem os membros da família. Essa prática bastante antiga, contudo, oferecem riscos, que não são poucos, desde o fruto que pode cair nas cabeças dos coletores, por isso eles se deslocam no final de fevereiro, pois em janeiro os ouriços¹⁸⁷ ainda estão caindo em grandes quantidades; acidentes com utensílios de trabalho; e até mesmo a presença de animais peçonhentos — escorpião e cobras — dificultando a vida dos castanheiros. Muitas dessas experiências são contadas pelos

-

ALLEGRETTI, Mary. Políticas para o uso dos recursos naturais renováveis: A região amazônica e as atividades extrativas. Clüsener-Godt, M.; Sachs, I.(Eds). Extrativismo na Amazônia Brasileira: Perspectivas sobre o desenvolvimento regional. Compêndio MAB 18-UNESCO, Paris, 1994, p. 25.

¹⁸⁶FILOCREÃO, Antonio Sergio Monteiro, Op. cit. INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA. Plano de Desenvolvimento PAE Maracá. Superintendência Regional do Amapá. Relatório. Macapá: 2004. Os animais influenciam na dispersão das sementes das castanheiras.

¹⁸⁷ O fruto da castanheira é uma cápsula indeiscente que não se abre espontaneamente, possuindo uma casca lenhosa muito dura, conhecido como ouriço;

trabalhadores extrativistas antigos. 188

Quando os castanhais eram explorados pelos arrendatários (1950-1980), os trabalhadores extrativistas relatam que as atividades de extração da seringa e da castanha se davam complementadas, no inverno limpavam-se as estradas das seringas e colhiam-se as castanhas. No verão, extraía-se a seringa e limpavam-se os varadouros, ou seja, os igarapés onde se localizam os castanhais e ainda faziam-se as queimadas de baixos das árvores, para que no inverno as castanhas fossem mais produtivas. 189

Assim, o trabalho dos extrativistas percorria o ano todo, além da construção de barracas na floresta, que serve de abrigo para os trabalhadores extrativistas, apanhadores, carregadores, entre outros, e também na quebra dos ouriços. Retiradas as amêndoas são estas movidas em canoa ao barracão do proprietário ou arrendatário do castanhal. Os igarapés se agitam, remontados pelos trabalhadores em batelões ou em montarias. No Central do Maracá, onde são localizados os barracões, era o centro onde agregava toda a produção da castanha do Maracá, que vinha do baixo a borracha e do alto a castanha, por isso, a atribuição do nome. 190

Na época do arrendatário Salomão, as mulheres trabalhavam nos barrações, espalhando e escolhendo as castanhas apropriadas, depois que elas secavam para exportar. As castanhas impróprias eram retiradas e postas para os animais comerem, principalmente os suínos, quando não comiam todas, eram amontoadas e queimadas. Havia proibição pelo patrão de vendê-las, pois não podiam comercializar

¹⁸⁸ Aldenir Torres, em entrevista consedida a Rafaele Flexa, no dia 11/11/2012. IBGE, *Op. Cit.* PAZ, Adalberto Junior Ferreira. *Os mineiros da floresta:* sociedade e trabalho em uma fronteira de mineração industrial amazônica (1943-1964). Campinas: Universidade Estadual de Campinas, 2011, 180f. Dissertação de Mestrado.

¹⁸⁹ Tomé de Souza Belo entrevista concedida a Antonio Sérgio Filocreão em 25/05/2006.

¹⁹⁰ Francisco de Alcântara em entrevista concedida a Rafaele Flexa em 08/06/2012.
Ibidem

nem as castanhas consideradas impróprias para exportação. 191

Se na época da ocupação do Maracá pelos arrendatários configurou-se a repressão do trabalhador rural no ambiente de convivência, por outro lado, o modo como as "colocações" eram pelos donos da determinadas empresa na distribuição dos trabalhadores e exploração, conformam o quadro da produção da castanha, desde a criação do Assentamento extrativista do Maracá. As atividades nesses espaços são realizadas com a dedicação dos familiares ou de forma de mutirão, com a participação de membros da comunidade. Os agroextrativistas assimilaram a forma comunal da área dos castanhais e privada de suas colocações. Os extrativistas do médio e alto Maracá mantêm esses espaços sob seus domínios, e as colocações são particulares, em que cada família explora seu "paiol" reboliços de castanheiras -, contudo não são donos efetivos, apenas para exploração. 192

A colocação, como uma configuração estabelecida de divisão do espaço para o extrativista, requereu um conjunto de normas estabelecidas entre os membros, pois era uma forma de ocupação tradicional dos moradores, que já ocorria em outros tempos. Em relação a isso, depois que os "patrões" saíram do Maracá, cada extrativista pegou uma ponta de castanhal para explorar, sendo que a repartição das pontas eram as mesmas que eles trabalhavam quando tiravam a castanha para o patrão, pois este dividia os trabalhadores em cada ponta apenas para a retirada do produto, tendo em vista que os castanhais eram tidos como propriedade dos patrões. 193

A partir do momento em que o assentamento foi criado, o extrativismo da seringa, da castanha, a prática do costume de pequenos roçados para a agricultura, a caça e pesca, essas

¹⁹¹ Maria das Graças em entrevista concedida a Rafaele Costa Flexa em 08/06/2012.

¹⁹² Aldenir Torres, *Op. cit.* INSTITUTO DE ESTUDOS AMAZONICOS E AMBIENTAIS; KONRAD ADENAUER STIFTUNG. *Projeto de Assentamento Extrativista Maracá I, II III:* Plano de Utilização.

Brasília: 1995.

¹⁹³ Ibid

ocasionaram atividades principais, das quais foram cultivadas ao longo do tempo e no cotidiano pelos moradores desses lugares. Todavia, as regras estabelecidas e vivenciadas foram excepcionalmente necessárias para que as relações no uso do que a natureza oferece conduzissem a organização e gerenciamento dos recursos, para que a relação entre os agroextrativistas não fossem atropeladas por conflitos, já que não havia uma definição quanto à questão de posse, além do que, o espaço de produção familiar não pode ser entendido, somente, segundo a demarcação fundiária tradicional, da qual faz limites estipulados por medição de lotes.

As regras formais que permeiam a relação dos agroextrativistas no ambiente são constituídas pelo Plano de Utilização (PU)¹⁹⁴ e a Concessão de Direito Real de Uso (CDRU). O primeiro foi formulado através de reuniões pelos trabalhadores extrativistas, o INCRA e entidades ambientais para consentir como deve ser o uso dos recursos e das punições, caso haja a infração das regras no espaço das reservas. A segunda é o documento que garante o uso do espaço das reservas. Os dois documentos são partes integrantes, dos quais conduzem a formalização, por escrita, e contemplam as relações entre os agroextrativistas, e estes com o ambiente.

As regras informais, baseadas nos costumes e vivenciadas cotidianamente entre os assentados, foram acordadas entre os membros das comunidades, sem escritos que comprovam a existência delas. Elas existem, são aceitas e praticadas através da confiança entre os membros, o que se pode afirmar os laços de parentesco e vizinhança, determinadas com base na solidariedade. Muitas delas, já conduziam o uso dos recursos, mesmo antes do PAE ser criado, pois a tradição levada à subsistência, perceptível das populações tradicionais, não foram construídas em um momento único, haja vista que deve ser levado em consideração todo um processo de uso e ocupação.

Na literatura produzida sobre os castanhais, muito se tem

Alto Juruá, no estado do Acre.

¹⁹⁴ No Maracá foi instituído através do PU formulado para a Reserva Extrativista do

discutido a colocação como espaço específico desse recurso. Todavia, conforme o disposto pelo PU, a colocação não se refere somente ao espaço da castanha explorado pelos extrativistas. Dessa forma, o termo "colocação" vai mais além do que apenas a atividade de exploração de um produto, constitui, portanto, todo espaço da atividade agroextrativista, cujo assentado possui sua autorização individual. Nesses termos, os roçados em outros terrenos e os castanhais fazem parte desse espaço que é a colocação. O assentado, nesse caso, pode possuir a área do castanhal e a área do roçado ao mesmo tempo, portanto, adquirindo duas colocações. Contudo, não pode adquirir duas colocações de castanhais ou duas colocações de roça.

Algumas atividades extrativistas são de uso particular, como acontece com a colocação dos castanhais. Outras são de uso comum, ou seja, são explorados de forma comunitária, sem autorização de uso individual. É o que acontece com os açaizais nativos e outras espécies de palmeiras, encontrados principalmente no baixo e médio Maracá. No entanto, os açaizais que são plantados em colocações, possuem autorizações individuais de uso, o que os fazem serem particular.

Os laços e credibilidade com o que tem se firmado entre os assentados corroboram para a luta, que ainda continua mesmo depois de se criar uma área especificamente para atender as atividades tradicionais, pois permanece o anseio de cultivar o costume quando, em muitas falas dos entrevistados mostraram a preocupação com as gerações futuras, cujo pensamento é o querer que os filhos possam usufruir, do mesmo modo que eles, dos recursos que a floresta oferece: terra, castanha, animais e muitos outros.

Considerações finais

O histórico de ocupação do assentamento mostra que esse espaço se modificou e ainda foram construídas relações de vínculos baseados no uso tradicional dos recursos naturais, que são característicos das populações agroextrativistas. No Sul do Amapá

houve fases de ocupação e exploração do ambiente proporcionando um contexto de inserção desse espaço na exportação de produtos, tanto a seringa quanto a castanha, pois foram produtos que eram extraídos em tempos diferenciados, porém o trabalho nas estradas era visto o ano todo, nas duas atividades.

As fases pelo qual o Sul do Amapá passou, configurou a expropriação de terras daqueles que viviam nesse espaço, em condição de posseiros, pequeno agricultor e coletor dos produtos da floresta. A fase final, na segunda metade do século XX, antes de o PAE Maracá ser criado, o sistema de aviamento e arrendamento das terras ocasionou muitos conflitos com a população residente, mas ao mesmo tempo, alguns costumes dessa fase foram incorporados, como a divisão das colocações das castanhas, já determinadas pelo "patrão", que permaneceu mesmo depois que esta fase findou.

As normas criadas ao longo do tempo conduzem a vivência dos trabalhadores extrativistas e o que se pode notar, é a capacidade e autonomia que as comunidades têm de se organizar, acrescenta-se ainda, a tomada de decisão, de acordo com que os membros acreditam ser para a melhoria do uso coletivo e individual.

Referências

ALLEGRETTI, Mary. *Reservas Extrativistas:* parâmetros para uma política de desenvolvimento sustentável na Amazônia. RBG. Rio de Janeiro, v.54, n. 1, p. 01-180, jan./mar. 1992.

_____. Políticas para o uso dos recursos naturais renováveis:

A região amazônica e as atividades extrativas. Clüsener-Godt, M.; Sachs, I.(Eds). *Extrativismo na Amazônia Brasileira:* Perspectivas sobre o desenvolvimento regional.Compêndio MAB 18-UNESCO, Paris. 1994.

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. Terras tradicionalmente ocupadas: processos de territorialização e movimentos sociais. R. B. Estudos urbanos e regionais v.6, n.1 / maio 2004.

BARBOSA Maria Betanha Cardoso; MARIN, Rosa Elizabeth Acevedo. Manejo e uso comum dos recursos naturais em populações

quilombolas no Vale do Rio Capim. Novos Cadernos NAEA v. 13, n. 1, p. 27-45, jul. 2010.

CASTRO, Edna. Tradição e modernidade: a propósito de processos de trabalho na Amazônia. Novos Cadernos NAEA vol. 2, nº 1 - dezembro 2009.

FILOCREÃO, Antônio Sérgio Monteiro. *Extrativismo e Capitalismo na Amazônia:* a manutenção, o funcionamento e a reprodução da economia extrativista do sul do Amapá. Macapá: GEA/SEMA, 2002.

_____. Agroextrativismo e Capitalismo na Amazônia: as transformações recentes no agroextrativismo do Sul do Amapá. Belém: Universidade Federal do Pará, 2007, 542f. Tese (Doutorado em Ciências: Desenvolvimento socioambiental).

HARDIN, Garrett. The tragedy of the Commons. Science, 162: 1243-1248. 1968.

HOMMA, Alfredo Kingo Oyama. Cemitério das castanheiras. Ciência Hoje. São Paulo, v.34, nº 202. Março: 2004

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Tipos e aspectos do Brasil: castanhais. Revista Brasileira de Geografia, Julho-setembro de 1943.

INSTITUTO DE ESTUDOS AMAZONICOS E AMBIENTAIS; KONRAD ADENAUER

STIFTUNG. *Projeto de Assentamento Extrativista Maracá I, II III:* Plano de Utilização.

Brasília: 1995.

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA. *Plano de Desenvolvimento PAE Maracá*. Superintendência Regional do Amapá. Relatório. Macapá: 2004.

LINS, Cristóvão. *Amazônia*: as raízes do atraso. Rio de Janeiro: Daudt Design Editora, 2012.

OLIVEIRA, Américo Barbosa de. Considerações sobre a exploração da castanha no baixo e médio Tocantins. RBG, 1940 v. 2; n 1.

OSTROM, Elinor. Collective Action and the Evolution of Social Norms. The Journal of Economic Perspectives, Vol. 14, N°. 3. Summer, 2000, pp. 137-158.

_____. El Gobierno de los Bienes Comunes Desde el Punto de Vista de la

Ciudadanía. In: HELFRICH, Silke (ed). *Genes, Bytes y Emisiones:* Bienes Comunes y

Ciudadanía. 268-278p. Mexico: Heinrich Böll Foundation, 2008.

PAZ, Adalberto Junior Ferreira. *Os mineiros da floresta:* sociedade e trabalho em uma fronteira de mineração industrial amazônica (1943-1964). Campinas: Universidade Estadual de Campinas, 2011, 180f. Dissertação de Mestrado.

THOMPSON, Edward Palmer. *Costumes em comum:* estudos sobre a cultura popular. Tradução: Rosaura Eichemberg. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

Luta pela posse da terra na Amazônia Tocantina: Trabalhadores Rurais em ação e suas parcerias com a igreja progressista (1979-1991).

Adriane dos Prazeres Silva^{195*}

A luta pela terra na Amazônia é uma problemática de âmbito nacional e que se acentuou no período do golpe civil-militar de 1964 que, mesmo no presente século XXI, ainda se desdobra. Diante de um cenário caótico, envolvem-se vários atores sociais latifundiários, grileiros, madeireiros, empresários, grandes bancários e também, em contraposição a estes, encontram-se os posseiros, meeiros, sem terra, sem teto, Igreja Progressista Católica, Comissão da Pastoral da Terra (CPT) e trabalhadores rurais, entre outras categorias de classes a margem do capital que negociam e se confrontam em um espetáculo de horrores que são os conflitos agrários no Pará.

Os trabalhadores Rurais do Baixo Tocantins¹⁹⁶ (microrregião do Estado do Pará) se depararam com uma conjuntura global distinta de seu modo de vida que, por sua vez, foi e é ameaçado pela lógica do capitalismo, inseridos com a nova política fundiária implantada pela ditadura militar no Brasil (1965- 1985) e, portanto, pela entrada de uma nova dinâmica de ocupação de terras que foi um dos principais fatores que fomentaram os conflitos nesse Estado de dimensões continentais.

A periodicidade utilizada nesse trabalho (1979-1991) se justifica em função dos encontros Anilzinho — denominação essa provida de

^{*} Mestre em história social da Amazônia pela Universidade Federal do Pará, bolsista Cnpq, Especialista em Educação Ambiental e uso de Recurso Hídricos pela Faculdade Integrada Brasil Amazônia, Bacharel e Licenciada em História pela Universidade Federal do Pará, Licenciada em Ciências Naturais-Biologia pela Universidade Estadual do Pará. Contato: adrianedos prazeres@gmail.com.

¹⁹⁶ Nesse trabalho, refiro-me às cidades de Igarapé, Mocajuba, Baião, Cametá, Oeiras do Pará e Limoeiro do Ajurú.

um conflito de terra num lugarejo pertencente ao município de Baião, onde a população local foi expulsa de suas propriedades. Após o citado acontecimento, os trabalhadores da região e seus parceiros promoveram o primeiro encontro, no qual foi formulada A Lei Anilzinho: A Lei dos posseiros¹⁹⁷ é "um conjunto de leis construída por esses sujeitos com a finalidade de proteger as pequenas propriedades do latifúndio"¹⁹⁸.

A partir desse primeiro encontro existiram dez outros, cuja principal finalidade era aglutinar os trabalhadores rurais em prol de uma organização. A igreja católica progressista da prelazia de Cametá, ao fazer essa "opção preferencial pelos pobres", abraçou a causa da Teologia Da Libertação e tornou-se uma das principais parceiras dos trabalhadores rurais da região que buscavam defendes suas terras. Inúmeros fatores conjunturais ocorreram em meados do século XX para que a Igreja Católica progressista¹⁹⁹ fortalecesse sua atuação junto aos setores sociais, impulsionada pela Teologia da Libertação que possuía como um de seus fundamentos teológico "a opção preferencial pelos pobres", essa, "ala" da igreja católica, responsável por inúmeras intervenções nos conflitos por terras que se desdobrou período na Amazônia, essa se posicionava nesse ao "lado dos menos favorecidos". Esses fatos se geralmente desdobraram em grande escala dentro da maior floresta tropical do

¹⁹⁷ Relatórios dos encontros Anilzinho ocorrido em 1980, 1981, 1982, 1983, 1984, 1986, 1987, 1988, 1990, 1991 na Prelazia de Cametá.

¹⁹⁸ SILVA, Adriane dos Prazeres. A influência da Teologia da Libertação na luta pela terra na prelazia de Cametá (1980-1991). Monografia de conclusão de curso Universidade Federal do Pará 2011. O trabalho também faz parte de minha dissertação de mestrado que se encontra em andamento.

¹⁹⁹ Movimento de renovação da Igreja Católica Apostólica Romana, surgido após o Concílio Vaticano segundo (1962-1965) e da Assembleia Geral Episcopal Latino Americana, realizada em 1968 em Medellín (Colômbia), que unia alguns ideais Marxistas ao ideal de que a vida dos menos favorecidos financeiramente deveria se iniciar na Terra, com a chamada "opção preferencial pelos pobres", América Latina (BOFF, 1986; PETIT, 1996)

mundo.200

O primeiro encontro Anilzinho foi em 1980 e o segundo em 1981, ambos foram em Baião com o tema "terra para quem nela trabalha", o terceiro foi na Comunidade Cristã C.C²⁰¹ Nova América 1982, o quarto em 1983 também na CC Nova América, o quinto ocorreu na CC de Livramento 1985, o sexto foi na CC de Aranquembaua 1986, o sétimo foi na CC de Mupi 1987, o oitavo em Pacajá transamazônica 1988, o nono foi em Limoeiro do Ajuru 1990 e o décimo e último em Tuerê-Pacajá 1991. Todos os locais pertencem ao território da prelazia de Cametá e são lugarejos rurais, ademais esses encontros foram patrocinados e articulados de maneira intrínseca com Cúria de Cametá junto com os trabalhadores rurais.

Contudo, cabe a ressalva que esse artigo tem como objetivo entender as relações de organização entre trabalhadores rurais do Baixo Tocantins e igreja progressista, nesse caso a prelazia de Cametá, essa entidade que no ano de 1979 possuía as seguintes paróquias: Cametá, Oeiras, Igarapé Miri, Mocajuba, Baião, Tucuruí, Jacundá e Bagre, as duas últimas paróquias foram retiradas em função dos movimentos organizativos terem ocorridos principalmente nos seis primeiros municípios.

A simbiose entre trabalhadores rurais do baixo Tocantins e A igreja progressista

No contexto de 1970, a Amazônia vivia sob a mira dos grandes projetos que traziam embutido em sua lógica capitalista inúmeras desigualdades, portanto conflitos. A política agrícola praticada pelos governos militares priorizou, nas diferentes regiões do país, as

²⁰⁰ ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno. Aggiornamento Agônico. A trajetória das instituições religiosas como mediadoras dos conflitos agrários na Amazônia. In: LACERDA, Paula Mendes (org.). Mobilização social na Amazônia [recurso eletrônico]: a 'luta' por justiça e por educação. 1. ed. Rio de Janeiro: E-Papers, 2014.

 $^{^{201}}$ As comunidades Cristãs equivalem as CEBs, mas manteremos o termo de uso corrente da região.

culturas de exportação e a concentração fundiária, o que proporcionou créditos e incentivos fiscais aos grandes proprietários de terra e às empresas agroindustriais, assim prejudicando o pequen,e o médio agricultor²⁰².

Entretanto, existiu uma reação que pode ser verificado por meio dos relatos orais e da consulta aos arquivos da Prelazia (Cúria de Cametá), atas de reuniões e principalmente aos informativos mensais, revistas e outros materiais como os relatórios dos encontros Anilzinho. dos animadores de comunidade (formação de lideranças) e das correspondências políticas e dossiês. Foi possível perceber a participação, ou melhor, a preocupação dos caboclos, descendentes afro-brasileiros trabalhadores rurais, enfim de boa parte das pessoas que iriam ser atingida pelos grandes projetos. No caso apresentado temos a barragem de Tucuruí, os sujeitos que seriam atingidos pela construção desse empreendimento se perguntavam "qual seria seu destino após a construção da hidrelétrica de Tucuruí? Qual o posicionamento desses? O que iria ocorrer com seu meio de vida como a pescas? O que ocorreria com as marés e as suas águas?"203 Outro questionamento que os documentos presentes, na cúria de Cametá, permitem-nos responder e compreender é como se deu a organização desses trabalhadores diante do novo cenário estabelecido na região.

As respostas aos questionamentos poderiam ser dadas possivelmente nos encontros realizados, em especial no IV encontro de Anilzinho, ocorrido na CC de nova América; Km 57 da PA 156; em Oeiras do Pará nos dias 20 e 24 de outubro de 1983, atual BR 422²⁰⁴ "onde a população, trabalhadores rurais, operários, pescadores e funcionários públicos, representantes de 119 comunidades, denunciaram ao público e a todos as estâncias do governo, a

²⁰² PETIT, Pere. A esperança equilibrista: a trajetória do PT no Pará. São Paulo: Editora Bom Tempo, Naea/UFPA, 1996.

²⁰³ Refere-se a Consulta aos arquivos da Prelazia de Cametá.

Rodovia de ligação que ao norte limita-se com a cidade de Limoeira do Ajuru (Pa) e ao Sul com Novo Repartimento (Pa)

insegurança que estes tinham em relação às consequências advindas do gigantesco projeto, lavradores, enfim as pessoas exigiam explicações do presidente da Eletronorte quais os efeitos que poderiam advim com a construção da hidrelétrica de Tucuruí?"²⁰⁵.

Esses atores sociais (posseiros, indígenas, caboclos e outros) exigiam dos dirigentes da Eletronorte explicações do que poderia acontecer em relação à poluição das águas do Tocantins, uma vez que a "Eletronorte teria se pronunciado na imprensa de Belém, através de seu presidente que mais de 180.000 hectares de mata iriam ficar sob as águas"²⁰⁶. Esses sujeitos estavam amedrontados com o destino da pesca no rio Tocantins, pois, no período analisado, era uma das atividades básicas de grande parte da população a jusante da barragem de Tucuruí.

A organização dos trabalhadores rurais, ou seja, a formação de sua identidade, deu-se a partir de suas experiências em comum como a luta pela terra, a formação das Comunidades Cristãs dentro das quais ocorreram suas formações políticas religiosa, certamente esse foi um dos fatores que também contribui para que ocorresse a aglutinação de trabalhadores rurais. Os representantes comunitários, muito dos quais trabalhadores rurais, "foram à frente, no combate exigindo explicações do que poderia acontecer com seu meio de vida após a implantação de um projeto como a barragem de Tucuruí e a Alunorte" 207.

A organização dos encontros Anilzinho e da Lei de mesmo nome foi uma experiência essencial para aglutinar os trabalhadores da região do Baixo Tocantins. A comunidade de Anilzinho pertence ao município de Baião. Em 1979, ocorreu nessa região um conflito por terras que se desdobrou de forma intensa e violenta. De acordo com o

-

²⁰⁵ Refere-se ao Relatório do IV Encontro Anilzinho realizado na Comunidade Cristão de Nova América; Km 57 da PA 156; dos dias 20 a 24 de outubro de 1983.

Refere-se ao Relatório de VI Encontro Anilzinho na Comunidade Cristão Aranquebaua, Baião, ocorrido de 15 a 18/10/1986, as informações são referentes a um debate entre a equipe da Eletronorte (Engevix) que informa quais as consequências da barragem que afetaram a vida do povo.

²⁰⁷ Entrevista com o senhor Bernardo Krommendijk, ex-engenheiro agrônomo da Cúria.

I relatório Anilzinho: "O povo foi obrigado a se organizar, homens, mulheres e crianças, gente simples, da roça, ribeirinhos, que viram suas terras sendo alvo de cobiças tiveram que reagir com armas o que na verdade não eram bem armas, mas sim ferramentas de trabalho, mas naquele momento foi transformado em instrumento de defesa da terra, a reação foi transformado em lei, o que ficou conhecido como lei Anilzinho, a lei dos posseiros, a lei não institucionalizada, pois segundo estes trabalhadores a terra era para quem nela trabalha"²⁰⁸.

Na região do Moju, na comunidade do Ipitinga pertencente a diocese de Abaetetuba, houve inúmeras situações em que a Igreja progressista teve que se intervir em favor das classes populares como foi o caso "do trágico 07 de Setembro de 1984", em que 44 trabalhadores (posseiros) foram obrigados a pegar em armas para defender seus direitos, seu chão, o que culminou com a morte do vereador Edilson Ribeiro Soares, representante dos interesses da empresa agroindustrial Reasa. O principal interesse dessa firma era expropriar os trabalhadores rurais, o que não aconteceu por vontade dos trabalhadores e de suas famílias e, também, pela formação política realizada em parte pela Igreja Católica, atuação dos sindicatos, e, ainda, pelo conhecimento baseado na lei Anilzinho, a lei dos posseiros²⁰⁹. Segundo os informativos formulados pela prelazia de Cametá que circulavam na região "A população amazônica resistiu contra as violências impostas pelo governo, é real também que não foi em sua grande maioria, mas, as regiões onde os sindicatos não estavam nas mãos dos "pelegos" a resistência, estava bem mais organizada"210.

Relatório do II Encontro Anilzinho ocorrido em Baião, nos dias 6 a 8 de novembro de 1981, que reuniu os trabalhadores rurais do Baixo Tocantins, representando 63 comunidades de 7 municípios (Cametá, Baião, Oeiras do Pará, Igarapé-Miri, Tucuruí e Limoeiro do Ajurú).

²⁰⁹ SACRAMENTO, Elias Diniz. As almas da terra, a violência no campo paraense.
2007. Dissertação de Mestrado – Universidade Federal do Pará, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, programa de Pós-graduação em História Social da Amazônia, Belém, 2007.

²¹⁰ Revista da Prelazia nº 119, julho de 1984.

Portanto, sujeitos sociais da microrregião lutaram por seus costumes no campo do direito e contestaram a ordem préestabelecidas pelo governo autoritário militar que se instalou em 1964, esses homens e mulheres tentaram defender a melhoria em sua qualidade de vida e no direito básico, uma vez que a constituição federal estabelece o direito à terra e à moradia.

Houve, portanto, parcerias entre alguns trabalhadores rurais do Baixo Tocantins e a igreja progressista da prelazia de Cametá como poderá ser verificado nos projetos de formação de animadores de comunidades, nas cantinas comunitárias, nos sindicatos livres, nos sítios experimentais, assim como nos vários cursos de formação de lideranças. Nos conteúdos desses cursos sempre estavam presentes elementos do marxismo, assim como os princípios da teologia da libertação e na maioria das vezes a linguagem era didática. Essa iniciativa poderá ser verificada com "as ferramentas para derrubar a árvore do mal (capitalismo selvagem)" que eram instrumentos de trabalho do cotidiano dos animadores de comunidade, esse foi um dos meios pedagógicos encontrados para que os animadores entendessem o capitalismo e suas implicações no cotidiano e demonstrando, por sua vez, a necessidade de se organizarem.

Os animadores de comunidades cristãs eram trabalhadores rurais que envolviam no seu afazer toda sua família como foi possível observar nos encontros das esposas e esposos dos animadores entre os dias 24-27 de outubro de 1988 que tinham como tema "a situação dos animadores junto as suas esposas", qual a opinião dessas a respeito do trabalho dos seus esposos animadores?²¹¹ Portanto, é inegável o fato de que a formação dos animadores está diretamente associada à questão das formações de lideranças, pelo menos no setor de domínio da Prelazia de Cametá, muitos desses enveredaram pelo caminho da política partidária como foi o caso do Sr. Luiz Gonzaga, mais conhecido como Zé Capina, ex-vereador de Cametá, ou Manoel Maria

²¹¹ Relatório do Encontro de animadora e animador e seus esposos, ocorrido nos dias 24-27 de outubro de 1988 no seminário de Cametá.

Louzada, outros foram responsáveis pelas conquistas dos sindicatos "das mãos dos pelegos" nos municípios de Cametá, Oeiras-do-Pará, Limoeiro-do-Ajurú Baião entre outros²¹².

A partir da luta e na identificação de suas necessidades comuns que surgiram "a implantação de vários projetos que viabilizasse a melhora de vida da população, principalmente dos trabalhadores rurais", para isso ocorrer no imaginário desses sujeitos deveria haver as conquistas dos sindicatos dos trabalhadores rurais, evento que de fato ocorreu na década de 1980 na maior parte dos municípios da Prelazia de Cametá²¹³. Os Sindicatos de Trabalhadores Rurais "que por natureza deviam proteger e defender o pequeno contra o grande, muitas vezes fugiam desta obrigação", essa era a visão que prevaleceu no encontro dos bispos do Brasil em Itaici, ainda em 1979, que resultou em um documento do qual uma das prerrogativas foi destacar a força do sindicato livre e a importância da conquista desses pelos trabalhadores²¹⁴.

Os conflitos pela terra na Prelazia de Cametá estão também associados à tomada dos Sindicatos dos Trabalhadores Rurais (STR's), como já foi afirmado, "pois este não estava atendendo as necessidades, o descaso com a defesa da categoria em questões como a posse da terra"²¹⁵, essa iniciativa disparou uma campanha, apoiada principalmente pela Igreja progressista de Cametá em favor da tomada dos Sindicatos e também houve a escolha do Partido dos Trabalhadores (PT) como mais um representante da categoria em questão, "uma vez que esse tinha de fato proposta que atendiam em parte os ideais de uma sociedade mais justa e igualitária, sonhado pelos trabalhadores rurais e também pela Igreja Progressista da

.

Relatório do 4º Encontro de animadores da Prelazia de Cametá ocorrido nos dias22 a 24 de abril de 1985, realizado no seminário da aldeia Cametá.

²¹³ SILVA, Adriane. *'A Influência da Teologia da Libertação na luta pela terra na prelazia de Cametá* (1980- 1991).Op.cit..

²¹⁴ Informativo número 4 de 1979, julho, Prelazia de Cametá.

²¹⁵ Relatório do Encontro de Padres e Animadores das Comunidades em Aldeia de 24 a 27 de setembro 1981.

Prelazia da região"216.

Na visão desses trabalhadores,

não haveria verdadeiro desenvolvimento rural, sem participação livre, consciente e responsável dos agricultores, o sindicalismo deveria ser incentivado e fortalecido, com suas autenticas lideranças e atendidas suas justas reivindicações, não só quanto à reforma agrária, legislação rural trabalhista e previdenciária, as diretorias dos sindicatos da região estavam atreladas à política partidária (PDS e PMDB) e a comerciantes, estavam presos aos poderosos e eram manipulados; usavam o sindicato para fazer campanha política partidária. Os partidos do governo eram "pelegos" e estavam se opondo aos interesses dos trabalhadores, ainda havia a reclamação de que os associados não possuíam participação direta e a única coisa que possuíam eram as políticas assistencialistas²¹⁷. Os agricultores reunidos (com total assistência da Igreja progressista) chegaram à conclusão que deveriam montar um sindicato combativo, que defendesse o interesse da classe, as assembleias gerais deixariam de ser legalista, neste existiria uma diretoria voltada para os interesses da classe, a diretoria promovia treinamentos, reuniões, prestação de contas, o dinheiro dos associados deveria ser usado para a assistência iurídica.²¹⁸

Esses atores sociais organizaram passos para se chegar a "um sindicato combativo":

primeiro se fazia necessário criar uma oposição, procurar se associar e convidar os companheiros de luta para o mesmo fim, e por isso se fazia necessário retirar as diretorias pelegas, fazer conscientização sindical, criar comissões e delegacias sindicais, mini delegacias sindicais, os companheiros deveriam pagar em dia as suas mensalidades e por último não menos importante, era necessário os pequenos agricultores se unissem para tornar o sonho realidade.²¹⁹

Um dos informativos mensais da Prelazia traz como matéria de

²¹⁶ Relatório do Encontro de Padres e Animadores das Comunidades em Aldeia de 24 a 27 de setembro 1981

²¹⁷ Relatório do Encontro de Padres e Animadores das Comunidades em Aldeia de 24 a 27 de setembro 1981

²¹⁸ Relatório do III Encontro Anilzinho Comunidade Cristão de Nova América, 28 a 31 de outubro de 1982.

²¹⁹ Ibidem.

destaque o tema "Terra Nossa" argumenta:

"sobre o pouco interesse do governo pela defesa dos trabalhadores e fazia um apelo urgente. Várias vezes repetidas nos jornaizinhos da década de 1970 (pertencente a prelazia) para que cada lavrador tratasse de arranjar documentos pessoais e referentes à posse da Terra, uma vez que estes eram essenciais para conquistar direitos sobre a posse da mesma onde trabalhavam"²²⁰.

Em vista disso, é possível mais uma vez afirmar que desde 1970, em especial em 1979, a Prelazia promoveu encontros com intuito da auxiliar na formação de lideranças para também ganhar os sindicatos das cidades vizinhas (Mocajuba, Oeiras, Baião e Cametá entre outros), "mas com uma grande preocupação de que os movimentos sociais não se tornassem apenas partidários esquecendo-se dos ideais cristãos"²²¹.

No encontro Anilzinho que ocorreu em Nova América de 20 a 24 de outubro, foi destacado à avaliação das intersindicais: o processo de avaliação se deu em divisões de grupos que julgaram a importância, a força e o entrosamento de todos os sindicatos de oposições sindicais da região. Desse modo, é possível verificar a rede de articulações, que foi se constituindo lenta e gradualmente entre os membros da Prelazia e os trabalhadores rurais que se organizaram para ganhar os sindicatos²²².

O encontro dos animadores, que ocorreu no período de 22-24 de abril de 1985, trouxe à tona as seguintes situações: "o movimento sindical estava melhorando, haviam aumentado o número de sindicalizados nos dois municípios de Limoeiro e de Oeiras-do-Pará e também estavam organizando o Partido dos Trabalhadores PT na paróquia e Oeiras"²²³. Houve inúmeras discussões sobre a auto sustentação desses projetos da Igreja Progressista e também dos movimentos sociais, uma dessas ideias era que a Igreja pudesse

²²⁰ Informativo número 4 de 1979, julho, Prelazia de Cametá.

²²¹ Ihidem

²²² Relatório dos Encontros Década de 70-80.

²²³ Encontro Anilzinho Nova América, 20-24 de outubro de 1989.

promover suas próprias plantações agrícolas para poder ter condições de promover seus encontros e seus cursos de formação e treinamento para não mais precisar da cooperação internacional. Então, em Cametá, sede da Prelazia, chegou a ter um plantio de quase 30 mil pés de pimenta que serviria como fundo para manter os trabalhos sociais e pastorais da Igreja²²⁴.

Na Prelazia havia três áreas de plantios demonstrativos, Curuçambabá, Aricurá, Bração-Miri. Esse último era uma área de 100 hectares em Baião, onde foram plantados 5 mil pés de pimenta do reino para demonstração educativa.

A agricultura familiar vinha adicionada de pequenos financiamentos para que os agricultores pudessem colocar na prática o que aprendeu no curso de agricultura, os financiamentos eram pagos com a própria produção de pimenta, pois existia muita inflação, segundo o engenheiro na época a *Pimentus negrituns*, chegou a alcançar \$ 4,00 dólares/kg²²⁵.

Portanto, Bração-Miri era uma área que recebia o ano todo, principalmente nos meses de janeiro até maio, toda semana, grupos de agricultores vindo de toda a Prelazia.

Para aprender na prática o tratamento de diversas culturas, e como montar um sítio familiar, que era uma forma de plantar, de modo que o agricultor tivesse o ano todo o que comer, então era plantado de tudo um pouco, sem esquecer também do meio ambiente, não fazendo queimadas, fazendo uma agricultura sustentável. Havia a experimentação do adubo orgânico, na época o adubo químico era mais barato e por um tempo ele foi utilizado, mas em longo prazo o adubo orgânico se mostrou mais eficiente.²²⁶

²²⁴ KROMMENDIJK, Bernardo. Ex-Engenheiro-agrônomo da Prelazia de Cametá. Entrevista realizada em 19-03-2010 e FRENCKEN, Geraldo. *Em Missão os padres da congregação da Missão (Lazaristas) no nordeste e norte do Brasil.* Fortaleza 2010.

²²⁵ Ibidem.

²²⁶ Entrevista em Maio de 2011 com (Sr. Bernardo Krommendijk ex-engenheiro agrônomo da Prelazia de Cametá).

Perante o exposto, percebemos que algumas das organizações estimuladas pelo pequeno proprietário rural das paróquias da Prelazia de Cametá reagiram por meio da formação de sua própria Lei (Lei Anilzinho: A lei dos Posseiros) e seus desdobramentos contra as políticas neoliberais exercidas pelos bancos e afirmadas por um governo ditatorial que concentrava ainda mais a renda nas mãos dos latifundiários, restando ao agricultor poucas alternativas, sendo uma delas a união e a organização para irem à busca de seus direitos, demonstrando assim que o povo dessa região não assistiu atônitos a entrada dos grandes projetos, sem esboçar reação alguma, pelo contrário, a união existiu, assim como a resistência, as cantinas, as CC's e os projetos agrícolas são demonstração de suas resistências²²⁷.

Referências

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno. Aggiornamento Agônico. A trajetória das instituições religiosas como mediadoras dos conflitos agrários na Amazônia. In: LACERDA, Paula Mendes (org.). Mobilização social na Amazônia [recurso eletrônico]: a 'luta' por justiça e por educação. 1. ed. Rio de Janeiro: E-Papers, 2014.

BOFF, Leonardo. *A trindade, sociedade e libertação*. Petrópolis: Ed. Vozes, 1986.

CHARBONNEAU, Paul-Eugéne. *Da Teologia ao Homem*: ensaio sobre a Teologia da Libertação. São Paulo: Ed. Loiola, 1985.

CIAMBRANELLA, Alessandra. *Do cristianismo ao maoísmo*: a história da ação popular. In: FERREIRA, Jorge. REIS FILHO, Daniel Arão (org.). *Nacionalismo e reformismo radical*, 1945-1964. RJ: Civilização Brasileira, 2000.

COIMBRA, Oswaldo. *A Denúncia de Freio Betto Contra o Arcebispo do Pará, em 1964:* Dom Alberto Ramos mandou prender seus padres. Belém: Paka-Tatu, 2003.

CONSELHO Episcopal Latino-americano documentos da Igreja, documentos do Celam

CONSELHO EPISCOPAL LATINO-AMERICANO. Rio – Medellín

²²⁷ Documentação da Lei Anilzinho I de 10 e 11 julho de 1980 e a Lei Anilzinho II 6 a 8 de novembro de 1981.

– Puebla – Santo Domingos. São Paulo: Paulus, 2004.

COSTA, Hermes Augusto. *Sindicalismo e integração Regional:* uma visão sobre Portugal e Brasil. Faculdade de economia da Universidade de Coimbra 2010.

FAVACHO, José Coutinho. *O Catolicismo Amazônico e as CEB's diante das transformações sociais em ocorrência na região:* estudo sobre a pastoral da prelazia de Cametá, à luz da teologia da Libertação. São Paulo, 1984, Dissertação (Mestrado) PUC/Rio de Janeiro, 1984.

FERNANDES, Bernardo Mançono. *Questão Agrária, Pesquisa e MST.* São Paulo, Cortez, 2001. (coleção Questões da nossa época; v.92)

FONTES, Edilza Joana Oliveira. *Contando a história do Pará*: os conflitos e os grandes projetos na Amazônia contemporânea (século XX)/ Maria de Nazaré dos Santos Sarges... [*et al*]. Belém; E.motion, 2002, v.II.

GOHN, Maria da Glória. *Movimentos sociais e redes de mobilizações civis no Brasil Contemporâneo*. 2. Ed. – Petrópolis, Rj: Vozes 2010.

GRYNSPAN, Mário. DEZEMONE, Marcus. As esquerdas e a descoberta do campo brasileiro: ligas camponesas, comunistas e católicas. In: FERREIRA, Jorge; REIS FILHO, Daniel Arão (Orgs.). Nacionalismo e reformismo radical, 1945-1964. RJ: Civilização Brasileira, 2007.

GUTIÉRREZ, Gustavo. Beber no próprio poço, itinerário espiritual de um povo. Petrópolis: Ed. Vozes, 1984.

HOBSBAWM, Eric: *Era dos extremos*: o breve século XXI. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

LEVY, Charmain. Influência e contribuição: *A Igreja Católica Progressista brasileira e o fórum social mundial. R*eligião & sociedade vol. 29, N° 2. Rio de Janeiro, 2006.

LOWY, Michael. *Cristianismo da libertação e marxismo*: de 1960 a nossos dias. In: RIDENTI, Marcelo; REIS, Daniel Aarão (Orgs.). *História do marxismo no Brasil*: partidos e movimentos após os anos de 1960. Campinas: Ed. UNICAMP, 2007.

MARTINEZ, Paulo Henrique. *O partido dos trabalhadores e a conquista do Estado*: 1980-2005. In: RIDENTI, Marcelo; REIS, Daniel Aarão (Orgs.). *História do marxismo no Brasil*: partidos e movimentos após os anos de 1960. Campinas: Ed. UNICAMP, VOL. 6, 2007.

MARTINS, José de Souza. *A militarização da questão agrária no Brasil*. Petrópolis, RJ: Editora Vozes 1984.

MEIHY, José Carlos Sebe Bom, HOLANDA Fabíola. *História oral:* como fazer, como pensar. 2. Ed., 1ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2011.

MOREIRA, Maria Neli de Paula. De pelegos a lavradores: a trajetória dos trabalhadores Rurais no Município de Oriximiná (1979-1990). Monografia (Bacharelado e Licenciatura em História, Núcleo universitário de Oriximiná, Universidade Federal do Pará), 2011.

MORISAWA, Mitsue. *A História da Luta pela terra e o MST*. São Paulo: Expressão Popular, 2001.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *O MDB e as esquerdas*. In: FERREIRA, Jorge; REIS FILHO, Daniel Arão (Orgs). *Nacionalismo e reformismo radical*, 1945-1964. RJ: Civilização Brasileira, 2007.

NEVES, Fernando Arthur de Freitas (org). *Faces da história da Amazônia*. Belém: Paka-Tatu, 2006.

PEREIRA, Airton dos Reis. *Do posseiro ao sem terra: a luta dos trabalhadores rurais pela posse da terra no sudeste do Pará.* (Especialização em História social da Amazônia, Universidade Federal do Pará) Belém, 2004.

PETIT, Pere. *A esperança equilibrista*: a trajetória do PT no Pará. São Paulo: Boi Tempo NAEA – UFPA, 1996

PETIT, Pere. Chão de promessas elites políticas e transformações econômicas no Estado do Pará pós 1964. Belém: Paka-Tatu, 2003.

PINTO, Lúcio Flávio. *Tucuruí*, *a barragem da ditadura*. Belém: Edição do autor, 2010.

SILVA, Adriane dos Prazeres. A influência da Teologia da Libertação na luta pela terra na prelazia de Cametá (1980-1991). Monografia de conclusão de curso Universidade Federal do Pará 2011.

THOMPSON, E.P. A formação da classe operária inglesa. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1987.

THOMPSON, E.P. *Costumes em comum*: estudo sobre a cultura popular tradicional. São Paulo, companhia das Letras, 1996.

Este livro foi composto em Times New Roman pela Editora da Universidade Federal do Amapá

